

CÉSAR ALBERTO SOUZA – MAJOR QOPM

**A BASE FÍSICA COMO SUPORTE DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: A
EXPERIÊNCIA DE CURITIBA**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Especialista em Estratégia em Segurança Pública.

Orientador: Itamar dos Santos, Cel PM RR.

Orientador Metodológico: Professor **Américo** Augusto Nogueira Vieira D.Sc.

**CURITIBA
2007**

Há uma arte no escutar. Escutar, a fim de descobrir se o que se diz tem significação, e depois de escutar, julgar, aceitar, ou rejeitar; mas, antes de tudo, escutar. A questão é que em geral não escutamos. Vimos preparados para ser desfavoráveis ou favoráveis, e não para escutar com neutralidade. Se apenas escutais, então, decerto, começareis a descobrir o que se esconde atrás das palavras.

As palavras são meios de comunicação. Tendes de aprender o meu vocabulário, a significação do que digo, para sentir a importância do assunto. A coisa de primordial importância é aprender a escutar de maneira apropriada. Se ledes um poema de espírito prevenido, como o podeis compreender? Para compreenderdes o que o poeta deseja transmitir-vos, deveis apreciá-lo com liberdade.

**Jiddu Krishnamurti,
Conferência em Rajahmundry.**

AGRADECIMENTOS

Ao Cel. QOPM Nemésio Xavier de França Filho, Comandante-Geral da PMPR, por proporcionar a realização deste curso em nível estratégico de doutoramento em segurança pública e a minha participação junto a ilustres discentes, verdadeiros amigos, com brilhantes docentes, verdadeiros mestres.

Ao Cel. Altair Mariot, Diretor de Ensino da PMPR, mestre e amigo, pelo apoio, e em reconhecimento à firme condução do CSP 2007.

Ao Cel. PM RR Itamar dos Santos, Secretário de Defesa Social de Curitiba, orientador de conteúdo, de tradicional e centenária família miliciana, expertise das polícias do mundo e profundo conhecedor da nossa polícia, por duas vezes meu chefe e sempre um exemplo a ser seguido. Obrigado pela paciência, pelo material e apoio prestados, que tornaram possível a concretização desta Tese.

Ao Professor Doutor Américo Augusto Nogueira Vieira, àquele que foi além da docência, conquistou mentes e corações através da engenharia do conhecimento no descortinar epistemológico desta tese.

Ao Amigo Capitão QOPM Olavo Vianeí Francischett Nunes, Professor de Português e Literatura, ora Comandante da Companhia Portuária do 9º BPM, pela paciência em corrigir os originais desta tese.

À minha mãe Leony, minha esposa Jussemara, minhas filhas Ariadne e Dáphne, mulheres da minha vida que são razão de minha existência.

Ao Vinicius, amigo e companheiro, irmão de minhas filhas e orgulho a qualquer pai.

À minha enteada Caroline, que me fez avô de duas princesas Thayná e Júlia, e ao meu genro Leo, pelo amor que lhes dedica.

Ao meu irmão Professor José Ricardo Souza, Msc, doutorando em educação matemática nesta UFPR, pela amizade e pelo apoio nos originais em língua estrangeira.

À Mary Célia de Barros Claudino, “Maninha”, bibliotecária da Academia Policial Militar do Guatupê, pelo apoio e amizade.

DEDICATÓRIA

*Um homem se humilha
se castram seus sonhos
Seu sonho é sua vida
e vida é trabalho
E sem o seu trabalho
o homem não tem honra
E sem a sua honra
se morre, se mata
Não dá pra ser feliz.*

Estes versos estão na canção **Um homem também chora** (Guerreiro menino) famosos na gravação do cearense Raimundo Fagner. A composição é de Luiz Gonzaga do Nascimento Junior, o popular “Gonzaguinha”¹ E pareciam destinados ao Cel PM RR Ângelo Rogério Bonilauri, que na sua jornada pelo Curso Superior de Polícia, não aceitou apenas fazer um trabalho de conclusão de curso, fez um estudo profundo que resultou no trabalho “**Sistema de policiamento ostensivo particularizado por áreas**”. Embrião de todos os programas de policiamento comunitário que surgiram no Brasil. Sei de minha pequenez ao estudar tão grandioso tema, trabalho incompreendido por muitos que me precederam, e combatido por muitos que o ignoravam, mas dedico estes 10 anos de estudo sobre o tema, desde o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais em 1996, e cada linha desta Tese a este grande homem, que pela sua obra e criação deu tudo, sua juventude e força produtiva, sua saúde física e psicológica.

¹ Em 1983, no LP “Alô Alô Brasil”.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	6
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	9
1 INTRODUÇÃO	14
2 GESTÃO COMUNITÁRIA DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	20
2.1 O QUE É POLÍCIA COMUNITÁRIA?	20
2.1.1 Conceito de Polícia Comunitária	23
2.2 O QUE É POLICIAMENTO COMUNITÁRIO?	23
2.3 O QUE NÃO É POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	27
2.4 SEIS GRANDES.....	29
2.5 CONSEG.....	30
2.5.1 O primeiro Conselho Comunitário de Segurança do Brasil	32
2.6 A BASE FÍSICA	33
2.6.1 Base Comunitária de Segurança.....	35
3 RAÍZES DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO PARANÁ	40
3.1 O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO DO PARANÁ	40
3.2 SISTEMA MODULAR DE POLICIAMENTO URBANO - SMPU	41
3.2.1 Descrição do SMPU	44
3.2.2 Avaliação do SMPU.....	47
3.3 MÓDULO MÓVEL - POVO.....	48
3.4 COMPARAÇÃO ENTRE O SMPU E POVO 1993.....	51
3.4.1 Avaliação Sobre o Uso do Celular.....	52
3.4.2 Opinião dos Policiais	53
3.4.3 Opinião da Comunidade.....	55
4 EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS	60
4.1 AUSTRÁLIA.....	60
4.2 CANADÁ.....	62
4.2.1 Polícia Comunitária – O Exemplo do Canadá	64
4.3 CINGAPURA	66
4.4 JAPÃO.....	67
4.5 RESUMO DOS MODELOS APRESENTADOS.....	71

5	A VOLTA DO PROJETO POVO	74
5.1	OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO POVO 2004.....	76
5.2	ORIENTAÇÃO FEDERAL	79
5.2.1	Pronasci.....	81
6	A POLÍCIA DO FUTURO	84
6.1	ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE.....	88
7	CONCLUSÃO	92
	REFERÊNCIAS	95
	ANEXO I	100
	ENTREVISTAS 1996 PARA O TTC/CAO ATENDIMENTO DAS RADIOCORRÊNCIAS NO 12.º BPM - PMPR: COMPARATIVO DO SISTEMA MODULAR DE POLICIAMENTO URBANO E POLICIAMENTO OSTENSIVO VOLANTE	100
	ANEXO II	109
	PROJETO POVO ORIGINAL	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ab.	- Absoluto
AMARRIBO	Amigos Associados de Ribeirão Bonito
Art.	- Artigo
BCS	- Base Comunitária de Segurança
BM	- Bombeiro Militar
BPM	- Batalhão de Polícia Militar
BPTran	- Batalhão de Polícia de Trânsito
CAO	- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
Cap.	- Capitão
CCB	- Comando do Corpo de Bombeiros
Cel.	- Coronel
Cia. PM	- Companhia de Polícia Militar
CONSEG	- Conselho Comunitário de Segurança
COPOM	- Centro de Operações Policiais Militares
CPC	- Comando do Policiamento da Capital
CPI	- Comando do Policiamento do Interior
CPRM	- Corpo de Policiamento Radiomotorizado
CPU	- Coordenador de Policiamento da Unidade
D.Sc.	- Doutor em Ciências
EM	- Estado-Maior
FFAA	- Forças Armadas
GPM	- Grupo de Polícia Militar
GPS	- Sistema Global de Posicionamento traduzido do Inglês, <i>Global Position System</i>
HT	- <i>Handie Talk</i> , Transceptor portátil
IBC	- Instituto Brasileiro do Café
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGPM	- Inspetoria-Geral das Polícias Militares
LOB	- Lei de Organização Básica da PMPR, Lei 6774/76
M.	- Masculino

M.Sc.	- Mestre em ciências
MPM	- Módulo Policial-militar
NPO	- Neighborhood Police Officer – Policial da vizinhança
NUSP	- Núcleo de Segurança Pública
OCP	- Omni Produtos de Consumo
Op. Cit.	- <i>Opus Citato</i> , obra já citada no trabalho, faz remissão à página onde se deu a ocorrência
OPM	- Organização Policial Militar
p.	- página
pp.	- páginas
P/3	- Seção de planejamento, operações e instrução, a 3. ^a seção do estado-maior nas unidades
Pel.	- Pelotão
PM	- Polícia Militar
PMPR	- Polícia Militar do Paraná
PMERJ	- Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PMESP	- Polícia Militar do Estado de São Paulo
PNDH	- Programa Nacional de Direitos Humanos
PNSP	- Plano Nacional de Segurança Pública
POVO	- Policiamento Ostensivo Volante
PPO	- Posto de Policiamento Ostensivo
PPU	- Posto Policial Urbano
PPM	- Postos Policiais Militares
QCG	- Quartel do Comando Geral
QOPM	- Quadro de Oficiais Policiais Militares
RCD	- Regimento Coronel Dulcídio, nome histórico do Regimento de Polícia Montada do Paraná.
RPMC	- Real Polícia Montada do Canadá do inglês <i>RCMP - Royal Canadian Mounted Police</i>
RONE	- Ronda Ostensiva de Natureza Especial
ROTAM	- Ronda Ostensiva Tático Móvel
RP	- Radiopatrulha
RPA	- Radiopatrulha Auto

RPMon	- Regimento de Polícia Montada
RR	- Reserva Remunerada
s.	- Substantivo
SEDH	- Secretaria Especial de Direitos Humanos
SENASP	- Secretaria Nacional de Segurança Pública
SESP	- Secretária de Estado da Segurança Pública
SMPU	- Sistema Modular de Policiamento Urbano
SOS	- Sinal internacional de socorro, em código morse (.....)
SWAT	- Armas e Táticas Especiais (do inglês <i>Special Weapons And Tactics</i>)
Ten.-cel.	- Tenente-coronel
TMA	- Tático Móvel Auto
TPM	- Técnica policial-militar
TTC	- Trabalho Técnico-Científico (Técnico-científico)
UOp.	- Unidade Operacional
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UNB	- Universidade Nacional de Brasília
Vtr.	- Viatura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 - CADÊ O MÓDULO QUE ESTAVA AQUI?.....	13
ILUSTRAÇÃO 2 - CIDADE DE MARINGÁ, PRIMEIRO EXEMPLO BRASILEIRO DE GESTÃO COMUNITÁRIA DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	19
ILUSTRAÇÃO 3 - SMPU – POVO.....	39
ILUSTRAÇÃO 4 - BASES FIXAS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO, AUSTRÁLIA, JAPÃO E CINGAPURA.....	59
ILUSTRAÇÃO 5 - FOLDER DE LANÇAMENTO DO PROJETO POVO COMO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO.....	73
ILUSTRAÇÃO 6: ROBOCOP: O POLICIAL DO FUTURO.....	83
ILUSTRAÇÃO 7: DESENHO FEITO POR CÉSAR LOBO: CIDADE ILUSTRADA – CURITIBA.....	91

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DESVANTAGENS E VANTAGENS DAS BCS.	38
TABELA 2 - VERIFICAR ENTRE OS POLICIAIS QUE ATUAM NO PROJETO POVO SUA OPINIÃO EM RELAÇÃO À DEFICIÊNCIA ATRIBUÍDA DE QUE OS TELEFONES CELULARES PRIVILEGIARIAM AS CLASSES COM MAIOR PODER AQUISITIVO.	52
TABELA 3 - IDENTIFICAR QUAL O MEIO DE ACIONAMENTO MAIS UTILIZADO PELOS PESQUISADOS PARA SOLICITAREM O ATENDIMENTO DA PMPR, E A VALIDADE DO TELEFONE CELULAR COMO TELEFONE DE EMERGÊNCIA.....	52
TABELA 4 - VERIFICAR JUNTO À AMOSTRA QUE ATUA NO POVO OS ASPECTOS QUE CONSIDERAVAM POSITIVO E OS QUE CONSIDERAVAM NEGATIVO.	53
TABELA 5 - AVALIAR O GRAU DE CONFIANÇA DA COMUNIDADE NA PMPR. ..	55
TABELA 6 - PESQUISAR SE HÁ CRENÇA NO POTENCIAL DE ATENDIMENTO DOS MÓDULOS POLICIAIS.	56

Resumo da Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Especialista em Estratégia em Segurança Pública

A BASE FÍSICA COMO SUPORTE DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: A EXPERIÊNCIA DE CURITIBA,

César Alberto Souza

Outubro/2007

Orientador: Itamar dos Santos

Orientador metodológico: Professor Américo Augusto Nogueira Viera, D.Sc.

Programa: Curso Superior de Polícia, PMPR – APMG/UFPR.

Apresenta o Sistema Modular de Policiamento Urbano como sendo o primeiro experimento de policiamento comunitário brasileiro, deflagrador da onda “comunitária” que se seguiriam, após março de 1980 quando a Polícia Militar do Paraná instalou módulos policiais militares em toda a cidade de Curitiba e nas principais cidades do interior do Paraná. As conjunturas sociais, políticas e a resistência interna, natural das organizações, tentaram extinguir o sistema, mas reivindicações legítimas das comunidades fizeram com que alguns locais mantivessem seus módulos. Para outros locais, a partir de 1993, nova promessa, novo nome e novos recursos tecnológicos, o módulo móvel estenderia o Projeto POVO a cada bairro de Curitiba, multiplicando-se para outras cidades do interior, mas logo desaparecendo. Em 2004, ressurgia com a filosofia de polícia comunitária, após um sistema fracassado de Totens que prometiam policiais instantâneos em 1998. Através de pesquisa bibliográfica e de campo comprovou-se que o anseio maior ainda é pelos módulos, policiamento comunitário com base física, um compromisso objetivo com a segurança humana e sistêmica que se insere numa gestão comunitária da segurança pública.

PALAVRAS CHAVE: Polícia Comunitária. Policiamento comunitário. Módulos. Gestão comunitária da segurança pública.

Abstract of Monograph presented to the Accounts department, of the Sector of Applied Social Sciences, of the Universidade Federal do Paraná, (Federal University) as requisite to the attainment of the heading of Specialist in Strategy in Public Security.

THE PHYSICAL BASE AS SUPPORT OF THE COMMUNITARIAN POLICING: THE CURITIBA'S EXPERIENCE

César Alberto Souza

October /2007

Advisor: Itamar dos Santos.

Methodological Advisor: Professor Américo Augusto Nogueira Viera, D.Sc.

Program: UFPR/PMPR (Academia Policial Militar do Guatupê) accord

Introduce the "Modular System of Urban Police" (Sistema Modular de Policiamento Urbano) as the first experiment of Brazilian Community policing, started "the communitarian wave" that it would be followed, after March of 1980 when the Military Police of the Paraná State, installed military police modules in all the city of Curitiba, and main outbound cities of the State. The social conjunctures, policies and the internal resistance of the organizations, tried to extinguish this system, but some modules were kept by legally claiming from communities. For others, since 1993 new promises, new name and new technological resources the mobile module would be extend to the "People Project" (Projeto POVO) to each block of Curitiba, multiplying them to the other cities of the state, and finally they early disappeared. This idea reborn in 2004, by the philosophy of community policing, following a failed system called "Totens", that had promised instantaneous policemen in 1998. By collecting bibliographical data and field research proved that the biggest yearning are still these modules, a communitarian policing with physical bases, as an objective commitment with a systemic and human being safety, that inserts itself in a communitarian management of the public safety.

KEY-WORDS: Community policing. Communitarian policing. Modules. Communitarian management of the public security.

CAPÍTULO 1



ILUSTRAÇÃO 1: CADÊ O MÓDULO QUE ESTAVA AQUI?

Na placa está escrito:

GOVERNO NEY BRAGA

*INAUGURAÇÃO DO I POSTO POLICIAL DE SOCORRO FAMILIAR DO NOVO SISTEMA MODULAR
DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.*

CURITIBA 01 DE MARÇO DE 1980

¹ Rua Salgado Filho, 2001.

Local onde estava o primeiro módulo policial do Brasil, em Curitiba, capital do estado do Paraná, no bairro Guabirota.

1 INTRODUÇÃO

Todo indivíduo por excelência é um ser sociável, necessita do convívio com outros de sua mesma espécie. No ser humano esta convivência manifesta-se mais assídua, quer pela necessidade de manutenção da vida, quer pela carência de contatos mais calorosos, fato este que a raça humana forçosamente sempre busca interação com o grupo a qual faz parte sob pena de ser marginalizado.

Essa abordagem por intermédio da antropogênese, denota que além de meramente compor o grupo, o indivíduo persegue o domínio, o controle, enfim, o comando social por fatores de prestígio, poder, ambição ou por tendências inatas de sua psique, que o compele natural a assumir uma posição de liderança o que, às vezes, é aceito ou não pelo grupo que se insere. Quando da negativa, surge o conflito.

Dentro do processo civilizatório as resoluções de conflito passaram a ser gradativamente geridas pelo Estado, como exemplarmente ilustrado por Platão³. Assim, *Politéia* seria composta por três classes, formando um todo harmonioso: os magistrados – filósofos , representando a razão; os guerreiros, a coragem; e os trabalhadores, encarregados da satisfação das necessidades materiais. Os homens encarregados de proteger *Politéia*, os guardiões, os predecessores dos policiais deveriam ser como os cães, ferozes para os estranhos, mas dóceis para os de casa.

No renascimento o pensador Maquiavel reafirmaria a necessidade de se combater o crime “Ora, o crime provoca o medo; o medo busca meios de proteção; estes reclamam partidos, e os partidos criam as facções que dividem as cidades e originam a ruína dos Estados⁴”. [SIMÕES JR., 1986, p. 27]

Denota-se que a história da polícia, ou das polícias como preferem alguns autores, confunde-se com a história da organização social dos seres humanos, com raríssimas exceções.⁵

³ Possivelmente o nome seja Aristócles, Platão era apelido desde a juventude pela amplitude, para alguns dos ombros, para outros do conhecimento.

⁴ Dos Comentários à Primeira Década de Tito Lívio.

⁵ Esquimós possuem um sistema familiar patriarcal.

No livro **Polícia comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão**, publicado em conjunto pelo Major César Alberto Souza e o Cel. Roberson Bondaruk, se destaca:

A atuação policial está sempre inserida no contexto da sociedade. O policial influencia o cotidiano das pessoas, mas também é influenciado e envolvido pelo dia a dia dessas pessoas. Assim, a PM, para prover a segurança pública, não pode ficar distanciada da comunidade. A instituição tem dado mostras de sua capacidade de adaptação às mudanças sociais e políticas dos brasileiros. [BONDARUK; SOUZA, 2007, p.1]

Especificamente a Polícia Militar possui princípios fundamentais que definem suas aspirações com base na preservação do passado histórico como fonte de inspiração e base doutrinária de organização e emprego das instituições policiais, na manutenção de uma estrutura calcada na hierarquia e disciplina, na operacionalidade, na profissionalização e na busca de uma eficácia e efetividade, por uma inserção social.

Atualmente, segurança pública representa clamor público, principalmente nas grandes cidades. Candidatos postulam a cada dois anos, por um programa assentado em fórmulas mágicas para melhoria desta segurança, através de suas propagandas políticas ou em suas manifestações junto aos mais variados órgãos de comunicação.

O problema de segurança não é só de âmbito estadual, mas nacional, de discussão em todos e por todos os segmentos sociais.

A violência nas grandes cidades, conseqüência de múltiplos fatores, tende a crescer, estimulando a criminalidade.

O mau uso dos conhecimentos científicos e tecnológicos, a impunidade dos crimes, os crimes do “colarinho branco”, tendem a crescer, gerando inquietação coletiva, minando as potencialidades do Estado em repeli-los.

A Polícia Militar, muitas vezes, é a única presença do poder público no seio da sociedade, e por este motivo o povo busca na Polícia a suplência do *déficit* de outros setores. Nesse momento a Polícia passa a ser o catalisador de problemas comunitários, não havendo desvio de função, mas agindo como vetor para que o povo saiba como agir e a quem recorrer. O povo sentindo o poder público afastado, exige daqueles que são pagos pelos seus impostos que lhes dê a devida atenção.

Sob esta ótica verifica-se que a Polícia Militar é quem faz este contato, trazendo as demais estruturas do poder público para junto da comunidade.

Assim sendo, o povo com a ausência de um poder público pode ser adotado por pessoas ou grupos nocivos ao convívio social. É nessa lacuna que se insere o programa de polícia comunitária, junto ao povo donde nunca deveria ter saído, este é o futuro da polícia com a comunidade, ou melhor, do poder público com o povo, pois hoje mais do que nunca o povo conspira com quem o protege.

No que se refere às atividades desenvolvidas pela Polícia Militar, a fim de manter a tranqüilidade, segurança e salubridade públicas, exige-se uma presença ostensiva, diuturna, um dispositivo policial garantidor da ordem pública com atuação predominantemente proativa⁶, e existência de força policial em condições de atuar prontamente, através de ações repressivas, no combate à criminalidade.

A comunidade beneficiária dos serviços prestados pela polícia militar não conhece o ordenamento doutrinário da PM, nem o seu embasamento jurídico, muito menos lhe importa as dificuldades materiais, de pessoal ou qualquer outra pela qual o policial militar esteja passando.

Quando se é vítima de um ilícito, quando se avista alguém em atitude suspeita, quando se encontra um estranho nas proximidades, quando se sofre um trauma de acidente, nessas e em semelhantes situações aflitivas, é que o usuário aciona a polícia.

Antecipar estas situações aflitivas e junto com a comunidade definir prioridades é o que caracteriza o policiamento comunitário, o cidadão baliza a atuação da polícia.

Depois da fase guerreira da PMPR, quase ao final da década de 60 sua atuação voltou-se para o combate à criminalidade, as fronteiras e divisas do Estado já estavam consolidadas. Anteriormente a PMPR tinha volantes que mantinham a ordem e evitavam *invasões*.

⁶ Proativa – que vem antes, do grego *pro*, (pronuncia prô) tal qual proa de navio. Polícia proativa visa erradicar as causas da violência, atuando de forma planejada nas mais diversas áreas, contornando problemas sócio-econômicos, tudo com finalidade de não permitir que a violência surja. A polícia proativa atua nos antecedentes da violência, e não apenas reage uma vez praticado o ato delituoso.

Com a radiopatrulha, que atuou até o final da década de setenta, o atendimento passou a ser direito ao cidadão, que acionava a PM após o delito. O Sistema Modular de Policiamento Urbano (SMPU) chegou junto com a década de oitenta, aproximando-se da comunidade, permitindo o acionamento também pessoalmente, não apenas após os crimes acontecerem.

Quase ao final da década de noventa, um sistema de *Totens*, postos de parada de viaturas, com interfones, que teve curta duração, e, mais recentemente, pelas Estações do Policiamento Ostensivo Volante (POVO), em duas versões do mesmo governador, Roberto Requião, 1990-1994 (Projeto POVO 1993) e a volta ao governo do Estado do Paraná de 2003-2010 (Projeto POVO 2004).

Estas formas de atuação no policiamento ostensivo não foram sendo substituídas umas pelas outras, mas se sobrepuseram, convivendo hoje estações POVO e RPA (Rádio Patrulha Auto), mais ROTAM (Ronda Ostensiva Tático Móvel) com equipes em módulos, que constituem uma base física para o policiamento comunitário.

Quando se tem uma base física obtém-se uma relação de confiança e de proximidade, o que maximiza o emprego de recursos pelas modernas teorias de descentralização na execução e centralização no planejamento.

A presente tese demonstrará que a base física é fator fundamental para o sucesso do policiamento comunitário, para a efetiva redução do crime e a conseqüente redução do medo do crime.

A fim de alcançar tal objetivo o segundo capítulo apresenta a GESTÃO COMUNITÁRIA DA SEGURANÇA PÚBLICA considerada neste século XXI a melhor forma de se alcançar à segurança pública no Estado democrático de Direito.

O terceiro capítulo RAÍZES DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO PARANÁ reaviva a exitosa experiência do Sistema Modular de Policiamento Urbano, quando o Paraná teve os melhores níveis de segurança pública, de democracia, qualidade de vida e como foi abandonado por que era eficiente demais. A excelência mata!

O quarto capítulo EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS demonstra que tanto no Japão que possui Polícia Comunitária desde 1879, quanto no Canadá que iniciou sua experiência em policiamento comunitário na década de 90, a base física

Kobans e *Chuzaichos* no Japão, e distritos policiais no Canadá, foram fatores fundamentais para a credibilidade do programa e são sustentáculos para que estes países tenham os menores índices de criminalidade e violência no mundo e os maiores índices de confiança na Polícia, a ponto dos direitos de imagem da RPMC (Real Polícia Montada do Canadá) terem sido vendidos à Disney. Complementa-se o capítulo com as experiências da Austrália e Cingapura, onde a base física também foi essencial para o sucesso do policiamento comunitário, e são realidades mais próximas econômica e culturalmente à realidade brasileira.

Na VOLTA DO PROJETO POVO, quinto capítulo, se discute o retorno dos módulos móveis, os resultados qualitativos da opinião dos gestores da Segurança Pública no Paraná e quantitativos dos usuários, verdadeiros clientes do serviço policial e destinatários das políticas públicas, com uma avaliação da confiança na segurança pública proporcionada pelo governo do Paraná em 2007, e aos planos federais anunciados para o quinquênio 2008 - 2012.

A POLÍCIA DO FUTURO compõe o Capítulo 6, onde se discute a tendência do policiamento moderno frente aos pressupostos apresentados, com um paralelo entre a ficção e a realidade.

Nas CONSIDERAÇÕES FINAIS a confirmação da importância da Base Física, que a partir da experiência de Curitiba se mostra essencial para o aperfeiçoamento do policiamento comunitário em implantação no Estado do Paraná.

CAPÍTULO 2



ILUSTRAÇÃO 2: CIDADE DE MARINGÁ, PRIMEIRO EXEMPLO BRASILEIRO DE GESTÃO COMUNITÁRIA DA SEGURANÇA PÚBLICA.

2 GESTÃO COMUNITÁRIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estabelecido o principal objetivo da presente tese, demonstrar a importância da base física, é necessário buscar os pressupostos teóricos que embasam essa importância da base física. O primeiro pressuposto é o ambiente onde esta base física é mais útil. Essencial quando a segurança pública é gerida por todos, não há apenas agentes, mas múltiplos gerentes.

Nos estados totalitários existe uma segurança, como a segurança nacional, ou a segurança divina, o Estado é soberano e impõe um comportamento geral, interferindo na vida de todos. A segurança pública é mantida, embora a violência viceje principalmente patrocinada pelo Estado. Não é por que a lei permite a pena de morte que ela deixa de ser uma violência.

Esta gestão comunitária de segurança pública é uma versão não contaminada da Polícia Comunitária, sinônimas em significado, mas com uma compreensão mais acessível aos não estudiosos de segurança pública e polícia.

2.1 O QUE É POLÍCIA COMUNITÁRIA?

É comum os governantes e chefes de polícia dizerem que irão investir na polícia comunitária, ora como panacéia para resolver todos os males, ora para se safarem de perguntas capciosas.

No Brasil este termo polícia comunitária está desgastado, quase ninguém sabe o que significa, e cada grupo pode escolher o seu próprio significado.

Os conservadores podem dizer que polícia comunitária é aquilo que sempre fizeram, os inovadores podem dizer que polícia comunitária é aquilo que precisa ser feito, para a esquerda é a polícia cidadã, para a direita é a polícia dos homens de bem que protegem a comunidade.

Nos Estados Unidos existe um escritório central de normatização “Escritório de Serviços de Policiamento Comunitário” que estabelece conceitos e faz o observatório das práticas de polícia comunitária.

Deve-se ter o entendimento que policiamento comunitário é apenas uma parte da “Polícia Comunitária” conforme a obra **Polícia Comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão**, onde se define:

A atividade de Polícia Comunitária é um conceito mais amplo que abrange todas as atividades voltadas para a solução dos problemas que afetam a segurança de uma determinada comunidade, que devam ser praticadas por órgão governamentais ou não. A Polícia Comunitária envolve a participação das seis grandes forças da sociedade, freqüentemente chamadas de “os seis grandes”. São eles a polícia, a comunidade, autoridades civis eleitas, a comunidade de negócios, outras instituições e a mídia. [BONDARUK; SOUZA, 2007, p. 48]

Policiamento comunitário então é uma parte do todo, é a parte da polícia quando atuando na filosofia de polícia comunitária, a própria epigrafe do livro destaca:

Do grego *politeia* para o latim *politia*, polícia tem a ver com a organização política, conjunto de regras para beneficiar e proteger o cidadão. Temos que ser polícia - cívica e moral - intolerante com tudo aquilo que pode incentivar a impunidade e a corrupção. Quando a sociedade se assumir como guardiã dela própria, os políticos farão questão de dizer que, sim, estão integrados no conjunto de normas que se chama Justiça. Com orgulho, dirão que todos somos polícia. **Alberto Dines, jornalista [idem, 2007, p. vii]**

Todos temos responsabilidade, a Constituição Federal também assevera “segurança, dever do Estado direito e responsabilidade de todos”.⁷

A confusão entre polícia comunitária e policiamento comunitário é meramente didática, no livro **Polícia Comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão** no título 2.1.2 Diferença entre Polícia Comunitária e Policiamento Comunitário se esclarece o que seja cada uma delas.

Uma das prováveis causas dessa confusão de termos e conceitos seria a obra que de 1994 a 2003 foi referência para a implantação de polícia comunitária no Brasil, **Policiamento comunitário: como começar**, de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie, tradução de 1994 (1 ed. Rio de Janeiro), de Mina Seinfeld de Carakushansky. Título original “*Community policing: how to get started*” cuja tradução literal através do tradutor Google seria “O Policiar da Comunidade; Como começar começado” uma versão mais parecida com o que pretendia originalmente o autor poderia ser **Gestão Comunitária da Segurança: Como começar do início**.

⁷ Artigo 144, caput, CF 1988.

Pois a Polícia Comunitária é sinônima de “gestão comunitária da segurança pública”, através de seus conceitos se observa que o termo “polícia comunitária” é empregado quando se trata de uma filosofia da qual a polícia é apenas uma parte, a comunidade, os políticos, a justiça, o poder público, a imprensa, a sociedade civil organizada e até a sociedade civil desorganizada se unem para controlar o crime, diminuir a violência e aumentar a segurança. Filosofia e estratégia – pensar e agir.

Thomas C. Frazier (1999, p.4) do Escritório de Serviços de Policiamento Comunitário⁸ definiu o *Community Policing* como:

Quando uma agência de polícia e cidadãos obedientes à lei trabalham juntos para realizar quatro tarefas:

- i - prender criminosos;
- ii - inibir a criminalidade;
- iii - solucionar problemas existentes e
- iv - melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Importante neste conceito destacar a partícula conjuntiva e, soma-se a agência de polícia e os cidadãos obedientes à lei. Na visita que fez ao Brasil em 1999⁹ Frazier destacou que a implantação de um programa de polícia comunitária depende 50% da comunidade e 50% da Polícia. Nas suas próprias palavras:

“A polícia comunitária já existe há 15 anos nos Estados Unidos. Mas ela não funciona da mesma maneira em todos os Estados. Uns estão mais adiantados e outros não. A responsabilidade por essa mudança de filosofia é de toda a sociedade. É 50% da polícia e 50% da comunidade” [1999, p. 7]

O policiamento dirigido à comunidade levará naturalmente a um governo dirigido à comunidade. A aplicação da lei se torna um elo fundamental, as polícias vinculam agências de governo, associações de bairro, comunidades empresariais e organizações de valor para assegurar que os bairros sejam locais seguros e produtivos.

⁸ Integrante do Departamento de Justiça em Washington. Em 1999 Thomas Frazier era responsável pela implantação da polícia comunitária em todos os Estados Unidos, ano que visitou o Brasil. (SP e PE)

⁹ I Fórum Internacional de Polícia Comunitária e Direitos Humanos, de 3 a 5 de novembro, Anhembi, São Paulo.

O Professor Doutor George Felipe de Lima Dantas¹⁰ foi um dos primeiros no Brasil a definir gestão comunitária da segurança pública como sinônimo de polícia comunitária:

A "equação" que orienta a **gestão comunitária da segurança pública** [sem grifo no original] envolve como variáveis básicas as necessidades da comunidade e os recursos técnicos e políticos disponíveis para os agentes da segurança pública. Suas premissas basilares são a confiança e a capacidade de cooperação entre os agentes da segurança pública e os membros da comunidade. [DANTAS, 2004, p.3]

2.1.1 Conceito de Polícia Comunitária

TROJANOWICZ¹¹ É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área. [TROJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1999, p. 19]

2.2 O QUE É POLICIAMENTO COMUNITÁRIO?

São as ações da polícia que age proativamente que tem por filosofia e estratégia a polícia comunitária. É sinônimo de polícia preventiva, polícia interativa, polícia cidadã.

De acordo com o artigo *Community Policing: Would you Know It If You Saw It?* (Policamento Comunitário: Você Saberia se Você Visse?), de Hartman e colaboradores (1988), apud Dantas o chamado "policamento comunitário", incluiria, essencialmente:

¹⁰ Coordenador de Ensino do Núcleo de Segurança Pública (NUSP) das Faculdades Integradas de Brasília, Distrito Federal.

¹¹ Robert Trojanowicz foi um pioneiro internacional renomado na comunidade que iniciou o policamento comunitário, falecido em 1994, teve suas idéias defendidas por Bonnie Bucqueroux, com quem trabalhou por mais de uma década.

- (i) o envolvimento da comunidade no processo decisório da gestão da segurança pública,
- (ii) a descentralização dos órgãos de execução da segurança pública,
- (iii) a resolução de problemas específicos da comunidade e
- (iv) acima de tudo, um maior respeito pelas comunidades, principalmente em suas aspirações específicas por segurança. [DANTAS, 2007, p. 2]

Em Bondaruk e Souza, obra já citada, definiu-se que no policiamento comunitário a polícia militar atua no policiamento ostensivo específico em bairros divididos em subsetores, com policiais atuando, via de regra, sozinhos em viaturas, de bicicleta, a cavalo ou a pé, num sistema interativo com a comunidade, através do policiamento voltado para a solução dos problemas apontados pela comunidade; a polícia civil atua em sua missão de polícia judiciária dando o devido encaminhamento às situações que lhe forem apresentadas, buscando sempre que possível dar prioridade de atendimento aos policiais comunitários, visando estabelecer condições de confiabilidade no sistema comunitário, reforçando as possibilidades de engajamento da comunidade; [2007, p. 35] além de se referir à participação da polícia dentro da polícia comunitária, o policiamento comunitário deve respeitar os princípios do policiamento comunitário:

- a. Filosofia e estratégia organizacional;

O Policiamento Comunitário é ao mesmo tempo filosofia e uma estratégia organizacional que busca a participação da comunidade num trabalho conjunto com a polícia, na busca de soluções para os altos índices de criminalidade, contabilizados hoje.

- b. Comprometimento com a concessão de poder à comunidade (Não há cidadania sem participação);

A redução do medo do crime, a reversão da decadência da vida comunitária e da qualidade geral de vida no meio urbano, passam necessariamente por um trabalho conjunto, onde a comunidade pode influenciar as políticas de Segurança Pública, a serem envidadas pelos órgãos policiais, deles recebendo a prestação de serviço na qualidade que o povo brasileiro merece.

- c. Policiamento descentralizado e personalizado;

Através de um contato pessoal e direto do policial comunitário, diariamente com as pessoas da comunidade, é prestado um serviço personalizado e adaptado para a necessidade de cada cidadão que recorre ao serviço policial comunitário, sendo ali mesmo, de forma descentralizada do comando da unidade policial da área, decidida qual medida deve ser tomada para o atendimento requerido.

d. Resolução preventiva de problemas a curto e em longo prazo;

O trabalho do policial comunitário vai muito além do mero atendimento reativo de ocorrências policiais. Em seus contatos diários com a comunidade, com criatividade e ajuda desta mesma comunidade, o policial encontra soluções viáveis para problemas do dia-a-dia das pessoas, mesmo que não sejam estes necessariamente problemas policiais, mas que em muitas vezes viriam a ser, reduzindo ou eliminando no curto e no longo prazo as conseqüências de tais problemas.

e. Ética, legalidade, responsabilidade e confiança;

O policiamento comunitário se apóia numa relação de confiança estabelecida e fortalecida aos poucos entre povo e polícia. Também a fixação do policial a um determinado espaço geográfico fará com que atitudes ilegais ou arbitrárias não sejam por ele praticadas, posto que seja conhecido de todos, o que reforça a importância da atuação do policial de **unidade de área** sobre o policial de **unidade especializada**. Anônimo e desconectado dos problemas daquela comunidade, o policial de unidade especializada não terá o mesmo cuidado no atendimento de ocorrências policiais. Para o policial comunitário cada vez mais se despertará um sentimento de respeito à ética do serviço policial. Da mesma forma os integrantes da comunidade, principalmente jovens, por quem o policiamento comunitário terá especial atenção, se sentirão induzidos a proceder com responsabilidade dentro da legalidade considerando que são conhecidos pessoalmente pelo policial.

f. Extensão do mandato policial;

O policial comunitário extrapola a sua função predominantemente reativa, atuando mais preventivamente. A reatividade e a força repressiva de qualquer

policial permanecem no policial comunitário, são indispensáveis, mas estas deixam de ser a tônica da vivência profissional.

g. Ajuda para as pessoas com necessidades específicas;

O policiamento comunitário amplia as relações polícia-comunidade, passando a atuar na solução de problemas que vão desde o aconselhamento e resolução de conflitos interpessoais, até atuações na área de assistência social, no amparo daqueles mais necessitados como jovens em conflito com a lei, mulheres, velhos, pobres, deficientes, sem teto; valorizando o respeito à vida daquelas pessoas mais vulneráveis e menos assistidas dentro do tecido social.

h. Criatividade e apoios básicos;

Sem esquecer os benefícios da tecnologia, o policiamento comunitário tenta apresentar formas simples e criativas de ajuda para a solução de problemas que preocupam as pessoas da comunidade.

i. Mudança interna;

A implantação do policiamento comunitário envolve o engajamento de todo o sistema de segurança pública exigindo mudanças na forma de encarar o papel da polícia dentro da comunidade. Sem negar os benefícios do trabalho tradicionalmente feito pelas corporações envolvidas, busca-se atrair e convencer seus integrantes de que uma nova e revitalizada estratégia de atendimento à comunidade precisa ser implementada.

j. Construção do futuro;

A valorização do sentimento de comunidade, a forma simples e criativa para a resolução de problemas comunitários, a relação de confiança estabelecida entre povo e polícia e, principalmente, a assunção definitiva da comunidade em seu posto de coadjutor nas questões de segurança pública apontam para a esperança de um futuro melhor para todos.

A sociedade pode tornar-se melhor aqui e agora. Depende de todos.

O "policiamento comunitário", como prática, é ainda obra incompleta e de curta experiência. Como idéia, porém, sintetiza a essência da missão da Polícia Militar. [2007, p. 49 - 53]

A qualidade de vida da população em um país de complexas carências é um tema bastante difícil de ser abordado, mas possível de ser discutido quando a polícia busca assumir o papel de interlocutor dos anseios sociais.

É preciso deixar claro que para o sucesso do policiamento comunitário é necessário que todas as forças vivas da comunidade assumam um papel relevante na sua própria segurança e nos serviços ligados ao bem comum.

2.3 O QUE NÃO É POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO

TROJANOWICZ e BUCQUEROUX, 1999, no título **O que o policiamento comunitário não é** apresentam a compreensão do que não é policiamento comunitário, em resumo:

- a. Não é uma tática, nem técnica, nem tampouco um novo programa, mas sim um novo modo de apresentar o serviço à comunidade.
- b. Não é só um serviço de relações públicas, mas sim um serviço personalizado, a melhoria nas relações públicas é um agradável subproduto.
- c. O policiamento comunitário não é antitecnologia, mas sim usam a tecnologia quando permitem que os policiais tenham o tempo mais livre para resoluções de problemas.
- d. Não é condescendente com o crime, pois os policiais fazem prisões e outros serviços comuns à profissão como qualquer outro policial, mas antes de tudo se envolvem com a comunidade em iniciativas preventivas de curto e longo prazo.
- e. O policiamento comunitário não é espalhafatoso, comum aos grupos de elite (SWAT) que enchem as manchetes quando atuam, mas complementa estes esforços atacando os problemas crônicos que exigem solução de longo prazo.
- f. O policiamento comunitário não é paternalista, desloca o papel de “polícia especialista”, detentora de todas as respostas para o de

“parceira”, num esforço para tornar o local mais seguro de viver e trabalhar.

- g. O policiamento não é uma instituição isolada dentro da instituição policial, mas sim uma estratégia geral. Embora os policiais comunitários possam ser, às vezes, o símbolo mais visível do engajamento ao policiamento comunitário.
- h. O policiamento comunitário não é **perfumaria**. Ele lida com problemas reais: crimes graves, drogas ilícitas e outros. O policiamento comunitário ataca estes problemas não permitindo que se instalem ou cresçam.
- i. O policiamento comunitário não é um enfoque de cima para baixo, pois transfere mais poder, autoridade e responsabilidade para o nível operacional.
- j. O policiamento comunitário não é apenas um nome a mais para o trabalho de serviço social. Embora sempre os policiais estivessem a ajudar as pessoas com necessidades especiais, o policiamento comunitário formaliza e promove a resolução de problemas comunitários, aliados ao componente de **repressão**.
- k. Policiamento Comunitário não é concebido para favorecer os ricos e poderosos. O objetivo é que a polícia não fique distante da comunidade, mas que se torne integrante ativa da comunidade.
- l. O policiamento comunitário não é **seguro**. O policiamento comunitário inclui implicitamente a possibilidade de incorrer em fracassos e cometer erros.
- m. O policiamento comunitário não é uma fórmula mágica e rápida ou uma panacéia. Embora seja um processo criativo na resolução de problemas com base na comunidade, entende que as soluções às vezes não serão imediatas, mas sim é um investimento em longo prazo, buscando no futuro a melhoria na qualidade de vida. Especialmente envolvendo os jovens neste novo modo de atuar. Os resultados podem levar anos para serem devidamente avaliados.

n.O policiamento comunitário não é apenas um nome a mais para outras iniciativas da polícia tais como a prevenção do crime, as relações da polícia com a comunidade ou o policiamento através da resolução de problemas. Tais iniciativas apóiam-se em equipes especialistas, quando a filosofia do policiamento comunitário exige que os policiais expressem atenção e sensibilidade com as preocupações dos cidadãos, além disso, importam em permitir que os policiais sejam responsabilizados nos seus comportamentos perante as pessoas. [p. 15-22]

Os autores após essas considerações deixam claro que mesmo havendo resolução de problemas da comunidade, se não houver a participação da comunidade em todas as fases da atuação da polícia não haverá policiamento comunitário.

Aqui mais um motivo para a confusão reinante entre polícia comunitária e, policiamento comunitário, este sempre integrante daquele.

2.4 SEIS GRANDES

TROJANOWICZ e BUCQUEROUX, (1999, p. 3) para a atuação da polícia comunitária, consideram importante que sejam identificados **seis grandes grupos**, que trabalhando em conjunto, assegurem o êxito de qualquer esforço de policiamento comunitário.

- i. O departamento de polícia – todos, da mais alta patente até os funcionários civis.
- ii. A comunidade – líderes comunitários, igrejas, educadores e os cidadãos de rua.
- iii. Autoridades cívicas eleitas – prefeitos, vereadores e funcionários.
- iv. A comunidade de negócios – da tendinha de frutas da esquina até as grandes empresas.
- v. Outras instituições – públicas e privadas e sem fins lucrativos.
- vi. Mídia - eletrônica e escrita.

2.5 CONSEG

Editado pela AMARRIBO, Amigos Associados de Ribeirão Bonito, com apoio do instituto *Ethos* e da Transparência Brasil, O Manual Anticorrupção, afirma: “O exercício da cidadania pressupõe indivíduos que participem da vida comum. Organizados para alcançar o desenvolvimento do local onde vivem, devem exigir comportamento ético dos poderes constituídos e eficiência nos serviços públicos”. [2007, p. 2]

Essa participação pode ser Individual: “É uma constante busca dos melhores caminhos e o aproveitamento de todas as oportunidades para conscientizar os outros e para cobrar a participação de todos”. Ou ainda, coletiva: “É exercida através da integração em qualquer grupo social”. A força do grupo compensa a fraqueza do indivíduo. O grupo sempre consegue mais do que qualquer de seus integrantes conseguiria agindo isoladamente. [idem]

No final da década de 60 um pensador canadense chamado Marshall McLuhan¹² disse que: “O meio é a mensagem”¹³. Ele expressou que as verdadeiras mensagens de um meio são as mudanças por ele produzidas no contexto em que está inserido. Segundo ele, as sociedades têm sido modeladas muito mais pelo tipo de meios com os quais os seus cidadãos se comunicam do que pelo conteúdo da sua comunicação. Os meios modificam o ambiente e, a partir deste momento, suscitam novas percepções sensoriais. [POMBO, 2006, p. 8]

Desse contexto podemos avaliar a importância dos Conselhos Comunitários de Segurança - os CONSEG, tanto pela mensagem – *Estamos preocupados com o nosso Bairro* quanto pelo meio como essa mensagem é repassada, a união dos cidadãos em prol da segurança, da paz social, do exercício salutar da cidadania.

O governo do Paraná no Plano Estadual de Segurança prescreve:

Dentro da idéia de que é prioritário criar, incentivar, orientar e reforçar os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) foi recentemente promulgado decreto governamental regulamentando-os. O Estado do Paraná foi sede dos primeiros Conselhos Comunitários de Segurança do

¹² Marshall MacLuhan foi sociólogo e comunicólogo canadense, 1911 – 1980.

¹³ Em co-autoria com Quentin Fiore, McLuhan publicou em 1967 uma obra com o título, *The Medium is the Message: An Inventory of Effects, Harmondsworth: Penguin*.

Brasil, nas cidades de Londrina e Maringá. Tais organismos partem da premissa democrática de que a comunidade organizada tem muito mais força e capacidade de influir nos rumos das políticas públicas. A participação da comunidade, compartilhando com o Poder Público a elaboração dos diagnósticos dos problemas de Segurança, a formulação das orientações de combate a eles, e a avaliação dos resultados, é tão importante quanto a reivindicação, junto a ele, de meios e fins. Trata-se de introjetar no cidadão o conceito de segurança como dever do Estado, mas responsabilidade de todos. [PARANÁ, 2003, p. 16]

Em panfleto elaborado pela SESP Paraná, em 1984, se explica didaticamente o que são os Conselhos Comunitários de Segurança:

Grupos de pessoas do mesmo bairro ou da mesma cidade que se reúnem para estudar seus problemas de segurança e propor as soluções. O CONSEG conselho comunitário de segurança pública é uma grande ferramenta de organização social e de exercício da cidadania. [PARANÁ, 1984, p. 1]

Deve haver a noção de que a comunidade organizada tem muito mais força que atos isolados e individuais, inclusive quanto à reivindicações, e aqueles que se preocupam com o bem-estar de suas famílias têm o dever de participar de atividades que venham a melhorar as condições do meio em que vivem. Ao sair para viajar ou passear teme-se pela casa que pode ser arrombada; na rua o medo de assaltos e, mesmo no lar não se sente completamente seguro, algo precisa mudar.

Por isso, o CONSEG é uma grande ferramenta de organização social e de exercício da cidadania.

A principal função de um CONSEG é a organização da comunidade que representa. Têm também como objetivo básico a busca da solução para problemas que afetam esta comunidade, melhorando a sua auto-suficiência e, só então, quando absolutamente impossível a este, exigir a participação de órgãos estatais prestadores de serviço.

O CONSEG tem papel decisivo, pode inverter esta cultura perversa que transforma seres humanos em criminosos, pelo simples fato de não terem opção. Os empresários podem disponibilizar algumas horas em sua empresa para que meninos pobres aprendam a operar computadores. Podem ser criadas escolas de trabalhos manuais onde pessoas humildes tenham acesso a alguma profissionalização. Voluntários podem compor uma escola noturna para analfabetos. A comunidade em mutirão pode reaproveitar um terreno público abandonado e fazer uma pequena

cancha de esportes. A comunidade pode também criar uma bolsa de empregos. Grupos religiosos podem compor equipes de visitas a idosos que moram sozinhos ou abandonados pela sua família. Assim de forma simples e barata o CONSEG pode acolher grupos com necessidades específicas, eliminando conflitos que venham a gerar ocorrências policiais.

2.5.1 O primeiro Conselho Comunitário de Segurança do Brasil

Em 1982 na cidade de Londrina houve a criação de um conselho comunitário de segurança, mas de duração efêmera, conforme relatado em livro já citado. Maringá criaria o seu logo a seguir, alcançando ampla divulgação pela mídia (Programa Fantástico) e até hoje (2007) é atuante:

Em Maringá, no dia 05 de maio 1983, componentes de Clubes de Serviço, da Maçonaria, médicos, advogados, representantes da Prefeitura, do Instituto Brasileiro do Café (IBC) em Maringá, no dia 05 de maio 1983, componentes de Clubes de Serviço, da Maçonaria, médicos, advogados, representantes da Prefeitura, do Instituto Brasileiro do Café e do 4.º Batalhão reuniram-se na sede do IBC e decidiram pela criação do Conselho Comunitário de Segurança, sendo que dos presentes na reunião, alguns já passaram a fazer parte da primeira Diretoria quando ela foi mais tarde constituída legalmente.

A idéia para a criação desse Conselho partiu de um diálogo entre o Prefeito Municipal e Oficiais Superiores da PMPR que em nome do Comandante-Geral, estiveram em Maringá para ouvir as reivindicações e apresentar sugestões ao Chefe do Poder Executivo visando ampliação do policiamento ostensivo. [BONDARUK; SOUZA, 2007, p. 123]

Mesmo que no bairro não haja um CONSEG, a comunidade pode se organizar em comissões pró-segurança, clubes de serviço podem encetar campanhas como o **vizinho solidário**, do Rotary Club Internacional, campanhas e mobilizações contra a violência ou pela Paz, ou fazer reclamações específicas. A participação comunitária é ao mesmo tempo um direito e um dever, inerentes à cidadania.

2.6 A BASE FÍSICA

Os princípios já citados no policiamento comunitário (item 2.3, p. 28), devem estar em consonância com os seguintes aspectos:

a) Presença real do policiamento ostensivo;

Como fator inibidor de vontades-delinqüência¹⁴, o melhor patrulhamento executado é o a pé, de motocicleta ou bicicleta - "Ver e ser visto".

b) Decisão conjunta;

Da PM e dos moradores sobre os locais e horários de real necessidade dessa presença; para tanto, o Comandante deverá reunir-se, no mínimo, uma vez por mês com as lideranças do bairro e discutir os problemas.

c) Base física como suporte do policiamento comunitário;

O Módulo Policial torna-se o centro de recebimento de moradores do bairro; os policiais comunitários com os moradores passam a vivenciar os mesmos problemas.

Convivendo, passam a resolver juntos os problemas de Defesa Social.

Ao mesmo tempo, a base física do Módulo torna-se um referencial - centro irradiador de recursos, pelo patrulhamento.

Uma das vantagens do policiamento comunitário é que os moradores não precisam mais sair do bairro para tentar resolver problemas de segurança. O Módulo tem um comandante. Passa a existir alguém para discutir os problemas no próprio bairro.

d) Nova atitude social;

Permanentemente deve-se conscientizar os policiais comunitários e os moradores do bairro para que busquem a soma de esforços, pois ambos possuem o mesmo objetivo: **Prevenção**.

O Policiamento Comunitário é mais preventivo e educativo. Pessoas educadas são amigas da Lei e da Ordem.

e) Compromisso com o bairro;

¹⁴ Para haver um crime é necessário, o criminoso, vontade de delinquir, e a oportunidade. A presença de vigilância retira a oportunidade.

Os policiais são patrulheiros comunitários do bairro e não **plantões** ou protetores das instalações do quartel.

f) Proteção ao inocente;

Antes de pensar na *prisão do culpado* deve-se evitar o crime. As prisões do Estado estão abarrotadas. O Judiciário não consegue julgar todos os delinqüentes. Delegados não conseguem apurar todos os crimes. A ocorrência de um crime custa muito caro. Evitar crimes protege os cidadãos de bem e é mais barato¹⁵.

g) Procedimentos preventivos e não repressivos no bairro;

O Policial comunitário não deve participar de **batidas-policiais** e de *blitz*, tal como se fossem dois pratos de uma mesma balança, na medida em que se treinam homens para enxergar a cidadania das pessoas, não é possível treiná-los para enxergar somente a delinqüência ou marginalidade das pessoas.

O rastreador das batidas e das *blitzes* está essencialmente voltado para a pronta restauração que implica em abordagens, imobilização, identificação, buscas, apreensões e prisões - retirando-se em seguida, sem maiores explicações.

Tais procedimentos, opostos, devem ser mantidos em pessoas diferentes.

h) Compromisso com o momento presente;

Desde o primeiro item, a presença real do policiamento ostensivo, se verifica que a segurança objetiva deve estar em evidência.

A palavra segurança vem do latim, *secure*, que significa sem medo. O indivíduo ao sentir o medo da agressão, e sem conseguir perceber-se longe da interação com outras pessoas, viu-se na necessidade de criar uma instituição que trouxesse para ele a cognição de segurança através da organização policial.

A segurança é uma sensação que pode ser internalizada pelo sensorial, ou seja, - *eu vejo o profissional de segurança na minha rua, no meu bairro, próximo da minha casa. Assim sinto-me seguro.*

Jean Piaget em seus estudos do desenvolvimento infantil, mais especificamente no primeiro estágio de inteligência sensório-motora, diz da construção do real que é a consciência da representação ou exteriorização do

¹⁵ Para os especialistas, cada dólar gasto em prevenção economiza U\$ 5,00 em repressão.

objeto. Nesse período de desenvolvimento, remete a necessidade que a pessoa tem, em através do sensório-visão, condicionar ou internalizar a idéia de segurança, para quando não ver, saber (cognição) que existe. [DOLLE, 1974, pp. 77, 93]

Analogamente se a população vê constantemente o policial, ou sua representação na **Base Física**, (para os curitibanos o módulo) estará introjetando a segurança (sensação) e imagina - quando houver necessidade ele logo estará presente.

A redução do medo, o sentir-se seguro acarreta comportamentos de menor agressividade, verificando-se possivelmente um nível mais adequado de compreensão e ajuda mútua.

2.6.1 Base Comunitária de Segurança

No Estado de São Paulo a estratégia para implantação do policiamento comunitário foi lastreada em bases físicas denominadas “Base Comunitária de Segurança”, conforme as instruções normativas de 2000, que em resumo apresentam:

A Base Comunitária de Segurança constituir-se-á numa base operacional, célula de polícia comunitária, que visa a congregar e atender a comunidade local, tornando-se um ícone referencial, integrando as demais atividades praticadas pela corporação, pela comunidade e demais órgãos públicos que se façam necessárias à melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

A Base Comunitária de Segurança (BCS) difere dos Postos Policiais Militares (PPM) nos seguintes aspectos:

- a.O PPM admite um número mínimo de efetivo (em torno de 02 policiais por turno). É exclusivamente um posto policial, pois suas instalações e condições de atuação não admitem a integração social local;
- b.A Base Comunitária é proativa e possibilita a integração do cidadão, o PPM é reativo, pois atua apenas quando acionado;

As BCS devem ser o endereço de referência profissional dos policiais militares encarregados da prevenção comunitária e do policiamento ostensivo e também deve ser amplamente divulgado.

As Bases Comunitárias de Segurança devem desenvolver as seguintes atividades:

- a. Os policiais militares que estiverem lotados na BCS procederão ao atendimento normal de ocorrências e prestarão informações e outros serviços, atuando conjuntamente com as diversas modalidades de policiamento desenvolvidas pela Corporação;
- b. A atuação do policiamento comunitário deve ser contínua e permanente, de modo a não sofrer solução de continuidade na interação entre a polícia e comunidade. Para tanto, é importante estabelecer-se um processo flexível do emprego de policiais, de forma a coibir as necessidades da comunidade.

Detectando anormalidades que possam contribuir para o comprometimento da segurança pública, os policiais deverão acionar os Órgãos Públicos localizados em sua área para a solução da anormalidade. Tais anormalidades são assim identificadas:

- a. Falta de limpeza e/ou muramento em terrenos baldios;
- b. Deficiências de iluminação pública e pavimentação;
- c. Necessidade de modificações na arquitetura viária e/ou sinalização de trânsito;
- d. Necessidade de alteração nos itinerários de transporte urbano de massa;
- e. Necessidade de atendimento de dependentes de álcool e drogas;
- f. Tráfico e uso de drogas;
- g. Riscos de desabamento;
- h. Vazamentos de água ou gás;
- i. Pessoas ou veículos abandonados;
- j. Animais abandonados ou que representem riscos para a comunidade;
- k. Imóveis abandonados;

- l. Higiene pública;
- m. Necessidade de assistência a crianças e adolescentes; e
- n. Perturbação do sossego público.

Conhecer os principais problemas locais (legais e sociais) visando orientar e encaminhar os cidadãos adequadamente para a resolução desses problemas;

Desenvolver um trabalho preventivo de contato e orientação à comunidade local por intermédio das seguintes entidades:

- a. Ministros religiosos das diversas igrejas;
- b. Líderes de clubes de serviços e associações de benemerência e comunitárias;
- c. Profissionais liberais residentes ou estabelecidos no bairro;
- d. Setor bancário;
- e. Industriais e comerciantes;
- f. Profissionais da área de educação;
- g. Profissionais do meio artístico;
- h. Profissionais que trabalham em serviços essenciais (transporte público, saneamento básico, saúde e assistência social, meio ambiente, agricultura e abastecimento);
- i. Polícia Civil, Forças Armadas, Guardas Municipais e vigilâncias particulares que atuam diretamente em sua área de atribuição;
- j. Entidades sindicais e representativas de segmentos de trabalhadores;
- k. Entidades não-governamentais, especialmente as que se dedicam à proteção de minorias e segmentos sociais fragilizados; e
- l. Entidades sociais de qualquer natureza, que promovam comitês, fóruns, seminários, sobre a questão da ordem pública nos seus variados setores (trânsito, meio ambiente, educação e semelhantes);

Visitar os locais onde ocorreram delitos, durante a sua ronda, especialmente os de natureza grave, para obter informações sobre o desempenho operacional do atendimento da PM;

Reportar-se aos seus superiores imediatos sobre as necessidades, informações e sugestões oferecidas pela comunidade e as orientações e providências por ele adotadas.

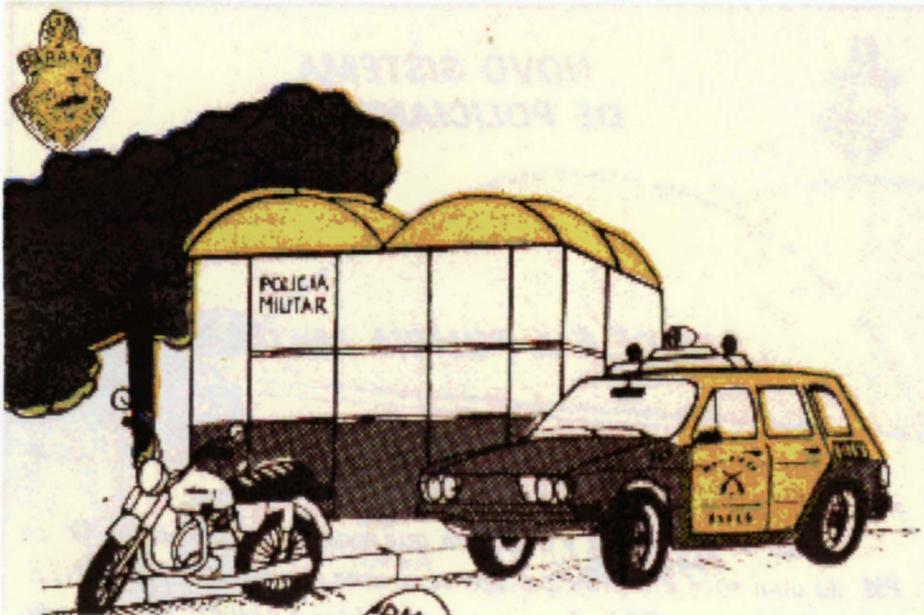
A norma descreve as desvantagens e as vantagens das Bases Comunitárias de Segurança em tópicos distintos, os quais podem ser resumidos conforme a tabela a seguir:

TABELA 1 - DESVANTAGENS E VANTAGENS DAS BCS.

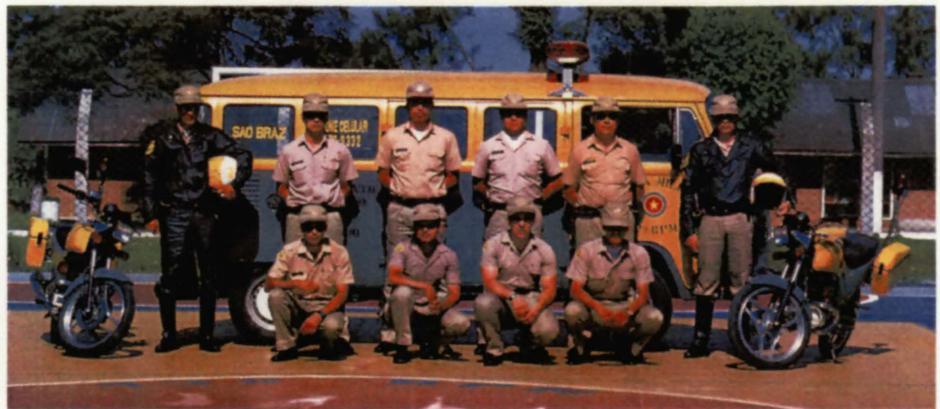
Desvantagens	Vantagens
Restrições quanto à construção das instalações (Estado ou comunidade) bem como os seus custos;	Ícone de referência (é de fácil acesso e simples identificação visual);
Disseminação de Bases Comunitárias identificando estas como a única alternativa para melhorar a segurança pública;	Descentraliza a esfera operacional do programa, conforme novas tendências da teoria geral da administração;
Despreparo de poucos profissionais que não interpretam o fator preventivo das Bases transformando-as em guaritas patrimoniais;	Quando bem estruturado torna-se uma variável positiva de elevação da auto-estima do policial militar;
O interesse coletivo equivocado poderá propiciar um tipo de policiamento privilegiado que atendam apenas alguns;	Quando bem explorado na esfera do relacionamento humano, torna-se um fator de aproximação natural da comunidade local e da instituição Polícia Militar;
A inobservância de um critério técnico de seleção "do homem certo no lugar certo" acarretará resultados desfavoráveis;	Propicia a participação e atuação de outros órgãos públicos, fazendo com que a comunidade entenda que algumas ações dependem de outros órgãos públicos;
Oportunismos e interesses locais podem sobrepor o interesse coletivo.	A Base Comunitária poderá abranger vários subsetores com poucos recursos e utilizando as modalidades de policiamento a pé, de bicicletas, motocicleta.

FONTE: SÃO PAULO, PMESP, 2000 [P. 9 E 10]

CAPÍTULO 3



ESTA É A EQUIPE DO MÓDULO MÓVEL DO SÃO BRAZ



- | | |
|------------------------------------|---------------------------------|
| 1 - 3º Sgt. Evaldo Turman de Paulo | 6 - Sd. Marcio Reikdal |
| 2 - Cabo Lucivânio Cardoso Soares | 7 - Sd. Luiz Fernando |
| 3 - Cabo David N. de Oliveira Jr. | 8 - Sd. Arcindo dos Santos |
| 4 - 2º Sgt. Waldomiro Nunes | 9 - Sd. Roberto Carlos Custel |
| 5 - Sd. Darci de Hávila | 10 - Sd. Mauricio Barcelos Bica |

TELEFONE CELULAR DO
MÓDULO MÓVEL DO
SÃO BRAZ 972-8332
OU LIGUE PARA O 190.

ILUSTRAÇÃO 3: SMPU – POVO.

3 RAÍZES DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO PARANÁ

Conforme visto no capítulo anterior a atuação das polícias nos estados democráticos de direito no século XXI se caracteriza pela gestão comunitária de segurança pública.

O Estado do Paraná, e principalmente a cidade de Curitiba, chamada de capital modelo, talvez por sua vocação em servir como teste para vários produtos, lançou diversos melhoramentos urbanos. Em sede de exemplo: ônibus com vias exclusivas, ruas de pedestres, lombadas eletrônicas, mini-bibliotecas nos bairros (faróis do saber), teatros, parques e espaços de lazer em antigas pedreiras, dentre outras.

No Brasil os primeiros experimentos de Gestão Comunitária da Segurança Pública aconteceram neste Estado, e o primeiro modelo de policiamento comunitário se deu em Curitiba, com o revolucionário Sistema Modular de Policiamento Urbano - SMPU.

3.1 O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO DO PARANÁ

Com a evolução das polícias militares de tropas pagas, no Brasil Colônia, à condição de polícia de preservação da ordem pública, na Nova República, a missão das polícias militares adaptou-se às necessidades da missão a ser cumprida.

Na década de 80 a Polícia Militar do Paraná instalou módulos policiais militares em toda a cidade de Curitiba, e nas principais cidades do interior do Paraná, numa atitude que demonstrava uma mudança extraordinária. Nas duas décadas que antecederam, a população não podia nem passar em frente dos quartéis, e a partir de 1980 a PMPR estava próxima de cada cidadão.

As conjunturas sociais, a resistência interna, natural das organizações, o conservadorismo militar, e a falta de investimentos na Segurança Pública quase extinguiram o serviço, mas a comunidade cobrava uma década de promessas.

Em 1993, com nova roupagem, novo nome e novos recursos tecnológicos, o módulo móvel prometia levar a PMPR a cada bairro de Curitiba, com o Projeto POVO, que logo se estendeu para outras cidades do interior.

Mas o novo sistema também não vingou, faltaram recursos, a manutenção dos telefones celulares era muito alta, o recrudescimento da violência, a necessidade em combater as ameaças rurais, logo o projeto POVO estava esquecido e surgia uma nova promessa: Os Totens.

A concepção destes, em 1998 seria uma primeira fase do policiamento interativo, pela primeira vez os conceitos internacionais de policiamento comunitário chegavam ao Paraná.

Erros grosseiros de execução, como a permanência estática de policiais nos totens que deveriam ser apenas referência de policiamento, o mau funcionamento dos interfones e principalmente a falta de treinamento dos efetivos para conhecerem e defenderem o modelo proposto logo levou o serviço ao desuso. Ainda houve uma tentativa de aportar motonetas “scooters” ao policiamento, mas a fragilidade dos veículos e a escolha dos roteiros de policiamento não evitaram o fracasso da iniciativa. [BONDARUK; SOUZA, 2007, p. 34-41]

O principal marco teórico dessa evolução está no Sistema Modular de Policiamento Urbano.

3.2 SISTEMA MODULAR DE POLICIAMENTO URBANO - SMPU

Em 1979 o Comando-Geral da PMPR participou de uma reunião de Comandantes-Gerais¹⁶ onde apresentou o **Sistema de policiamento ostensivo particularizado por áreas**, estava lançado o embrião do que seria o SMPU.

Avaliado em 1996 na monografia: **Atendimento das radiocorrências no 12.º BPM - PMPR: comparativo do sistema modular de policiamento urbano e policiamento ostensivo volante**, descreve-se que o Sistema Modular foi implantado na cidade de Curitiba em março de 1980 e, na prática, atendeu grande parte dos aspectos doutrinários de emprego e administração de polícia. O módulo

¹⁶ Cel Manoel Abreu de Moraes.

mantinha a estrutura GPM, Pel., e ainda possuía uma imagem positiva junto à população, contribuiu para a segurança e tranquilidade de Curitiba e do Paraná, teve um bom relacionamento com as comunidades de bairros onde foi instalado; sendo que os aspectos menos positivos foram que o bom equipamento para prestação de serviços (viatura e armamento) era em número insuficiente, principalmente de efetivos de policiais para prestação de um bom serviço no bairro. Ângelo Rogério Bonilauri, idealizador do SMPU entrevistado em 1996, fez uma descrição completa do sistema¹⁷, afirmando que o SMPU atendia a todas as variáveis do policiamento urbano, não atendia a doutrina do exército francês que era voltada para quem carregava metralhadora, quem atirava, quem municiaava. O módulo trazia uma concepção inovadora, a organização voltada para o cliente.

Os entrevistados unanimemente afirmaram que as forças políticas facilitaram, num primeiro momento, a implantação do SMPU, onde o sucesso experimental levou a uma expansão acelerada, num segundo momento a viés política (partidária) inviabilizou a manutenção de critérios técnicos, gerando as dificuldades que viriam a determinar a descaracterização do sistema. O Cel Bonilauri reconhece, porém, que a determinante para o desaparecimento do SMPU foi a política interna, conforme suas palavras:

Por outro lado, as dificuldades que impediram o funcionamento do sistema à nível [sic] operacional, na forma concebida, ocorreram no âmbito do público interno participante, o qual, sem o direcionamento e incentivo do escalão superior, reagiu negativamente, por falta de conscientização e preparo para assimilar as mudança de atitude, de comportamento e de mentalidade exigidas pelo novo modelo. Oficiais intermediários, subalternos e graduados sentiram-se diminuídos no seu "*status*" por concorrerem às jornadas de trabalho junto aos seus subordinados,[...]

- Pior ainda, a ação demagógica e eleitoreira por Comandantes que detinham interesses políticos, prosseguiu de forma suicida para o Sistema, mediante uma série de implantações de postos, desvinculados de qualquer estrutura organizacional ou orçamentária, guarnecidos por um ou dois homens sem comando, algumas horas por dia, excluindo qualquer possibilidade de uma reimplantação nas bases programadas inicialmente, e decretando o triste fim de uma aspiração honesta e idealista, de colocar a Polícia Militar no mais alto nível de confiança e orgulho da população paranaense, na área da segurança pública. [p. 101]

Além do Cel Bonilauri, na oportunidade foram ouvidos:

¹⁷ Entrevista completa em anexo.

- i. Cel. PM RR Wilson Odyrley Valla, ex Cmt. do Policiamento da Capital e chefe do departamento de TPM da APMG;
- ii. Cel. PM RR, Valdemar Kretschmer, ex PM/3 da PMPR, ex Cmt. do 12.º BPM, Cmt do CPI, hoje na reserva remunerada;
- iii. Cel. PM RR Osvaldo Hey Andrzejewski, então Comandante do 12.º BPM;
- iv. Cel. QOPM. João José Ramirez Júnior, ex-assessor especial do Comando Geral, amigo do falecido Cap. QOPM Marco Aurélio de Moraes Sarmiento, idealizador do projeto POVO;
- v. Deputado Estadual, Ex-Vice-prefeito de Curitiba, Algaci Túlio;
- vi. Vereador em Curitiba e suplente de senador Jorge Bernardi;
- vii. Então líder estudantil Adalberto Grein.

As respostas foram quase unânimes, a exceção de Adalberto Grein, todos disseram que os módulos, com os policiais militares residentes no bairro, ou trabalhando a maioria das vezes no mesmo bairro, conhecendo os que ali vivem e produzem é a melhor maneira de se ter uma polícia verdadeiramente comunitária, conter a violência tanto da comunidade como da própria PM.

Apenas Grein achava que a mobilidade do módulo móvel suplantaria os MPM.

O Cel Valla, ressaltou que era um equívoco a PM ocupar os módulos que deveriam ser ocupados pela polícia civil, cartorária, ainda, falou que “no Rio de Janeiro aquelas cabines estão servindo de alvo para os marginais”. Cel Oswaldo “A estrutura física frágil, a falta de recursos financeiros para a manutenção dos módulos, e a falta de efetivo, levaram a desativação paulatina dos módulos, pelo viés do desgaste”. Cel Ramirez disse: “A filosofia de funcionamento, todavia, fora imediatamente deturpada pelo poder político que viu no projeto um grande manancial de votos”. [Op. Cit. ANEXO I]

Durante o pouco tempo em que funcionaram os postos modulares, os resultados apresentados foram muito além das expectativas, de tal forma que até o momento (26 anos depois) ainda permanece na recordação da população como uma fórmula que realmente veio ao encontro às necessidades da comunidade.

Nenhum tipo de policiamento repercutiu tão intensamente no seio da população e conseqüentemente nos meios políticos.

Coincidiu a ativação do SMPU com o início da crise da segurança pública no Brasil, sendo que na década de 80, graças ao SMPU, o Paraná teve um período tranqüilo e com os menores índices de crime e violência. Com isso, os módulos se tornaram bandeira política de vários governos.

3.2.1 Descrição do SMPU

O Módulo Policial Urbano, quando isolado, é a menor fração de emprego tático integral do Sistema Modular.

Um Módulo desenvolve um serviço de patrulha do tipo urbano com base no policiamento a pé, apoiado e complementado pelo policiamento motorizado. Um pelotão policial-militar convencional reforçado tem capacidade para acionar um Módulo de Policiamento Urbano.

Os módulos podem se reunir por integração e associação. Na integração, o módulo se vincula a um comando superior, sem alterar a estrutura de comando das guarnições do módulo. Na associação, os módulos têm alterado a estrutura de comando das guarnições, estendendo o trabalho cooperativo ao uso de instalações e equipamentos comuns, derivando-se daí o maior controle e operacionalidade das guarnições. É feita a partir do quarto módulo.

Quatro módulos na área territorial da mesma OPM, acrescidos de um comando, completam uma companhia do Sistema Modular, que pode ser acionada por uma companhia convencional reforçada.

Dezesseis módulos na área territorial da mesma OPM, acrescido de um comando, completam um Batalhão do Sistema Modular, que pode ser acionado por um Batalhão convencional reforçado.

A característica principal do SMPU é a aplicação sistematizada no terreno da estrutura tipicamente militar da PMPR, sob critérios de trabalho racional e técnicas de administração moderna no relacionamento do homem com a organização, com seu grupo de trabalho e com o público em geral.

O posto modular é a base física que abriga o pessoal e material necessário ao desenvolvimento contínuo e eficiente do policiamento da área. (semelhante às atuais BCS de São Paulo)

A guarnição modular atua de forma ininterrupta, mediante o contínuo revezamento dos grupos operacionais no serviço, sempre no mesmo posto e na mesma área, possibilitando aos componentes o reconhecimento dos problemas mais comuns dos moradores, facilitando a identificação dos agentes delituosos.

Este reconhecimento propicia melhores condições de atuação preventiva e promove a aproximação e integração do PM na Comunidade, tira o policial do anonimato, aumenta a responsabilidade moral e ajuda a evitar a prática de atos desabonadores.

A guarnição modular recebe instrução especial, de preparação para entrada em serviço conforme as previsões de atuação e de manutenção para prática e aprimoramento das atividades individuais e conjuntas.

Em princípio, os policiais militares deveriam residir na área de cobertura do posto no qual prestam serviços.

A área de cobertura de responsabilidade da guarnição de um módulo é variável conforme o número de equipamentos urbanos existentes.

Para fins de planejamento, quantificação e programação orçamentária, as áreas foram determinadas conforme os parâmetros:

- a. em área central comercial urbana, com grande concentração populacional, grande número de estabelecimentos comerciais, agências bancárias e intenso tráfego, o posto é responsável pela cobertura de uma área circular com 500 a 1000 metros de diâmetro;
- b. em área periférica ao centro comercial urbano, com menor incidência de estabelecimentos comerciais e bancários e maior número de conjuntos residenciais, o posto é responsável pela cobertura de uma área de 1000 a 2000 metros de diâmetro; e

- c. nos bairros predominantemente residenciais e com menor número de estabelecimentos comerciais, o posto cobrirá uma área de 2000 a 3000 metros de diâmetro.

A quantificação de módulos também poderá ser precedida por avaliação populacional, na proporção de um módulo para 20.000 a 30.000 habitantes, correspondendo uma equivalência de 1 policial em serviço para 3 500 a 5 000 habitantes por turno.

Após a implantação inicial do sistema em área urbana, o desenvolvimento das necessidades de policiamento se faz pela subdivisão do setor, com a implantação de novo módulo, e não com aumento do efetivo da guarnição do módulo do setor.

Os setores de atuação dos módulos não devem ser determinados de uma forma rígida, mas sim com flexibilidade, sendo perfeitamente normal a interpenetração de setores. Deve ser abandonado o conceito rígido de exclusividade de atuação nos setores e subáreas, o que ocasiona distorções a ponto de prejudicar o atendimento de ocorrências em razão da equipe responsável estar indisponível no momento.

O módulo não pretende ser capaz de enfrentar e resolver todos os problemas que ocorrem no seu setor. Para isso o sistema prevê a atuação coordenada de outros módulos do conjunto.

As vantagens do SMPU foram listadas por Matke, (1995, p. 96):

- a) atuação do policiamento prioritariamente no combate à criminalidade nos centros urbanos, de modo mais racionalizado e ativo, com ênfase na vigilância preventiva de vidas e propriedades, de áreas, na assistência e paz social, conforme uma metodologia predeterminada e dirigida no sentido de aumentar a eficiência do policiamento na área de atuação do módulo;
- b) proporcionar uma melhor adaptação e aplicação de estrutura militar clássica nos serviços peculiares de policiamento urbano, que se diferenciam muito do combate militar, sistematizando e definindo as funções a serem desenvolvidas nos níveis de soldado, cabo, 3.º sargento, 2.º sargento, 2.º tenente, 1.º tenente e capitão, no desempenho dos serviços de policiamento ostensivo urbano do sistema modular;
- c) descentralização do Comando até nível de Companhia e aumento das condições de desempenho na execução do policiamento ostensivo urbano, em razão da aplicação direta de pessoal de maior graduação hierárquica, conseqüentemente melhor preparo, de forma mais atuante no policiamento específico, com funções nos níveis compatíveis aos seus postos e graduações, aumentando a eficiência das ações preventivas e repressivas;
- d) possibilidade de padronização do policiamento e execução do policiamento ostensivo urbano, preventivo e repressivo, diminuindo ou excluindo a diversificação de formas esparsas de trabalho por OPM diferente, pela consolidação proporcionada

pelo módulo de policiamento urbano, propiciando um adestramento uma especialização mais aprimorada, uma diminuição de custos e melhor avaliação de resultados;

e) instituição de um policiamento de vigilância padronizada por área, desenvolvido de forma diuturna e ininterrupta, resultando aumento global das condições de segurança particularmente para a área considerada;

f) possibilidade de constituição de uma rede tática de módulos com capacidade de rápida articulação para efetuar bloqueios de áreas e de vias de trânsito, a fim de impedir a evasão de criminosos, com a vantagem de utilização de pessoal conhecedor da área onde está atuando o policiamento conjunto, o que aumenta a eficiência da operação;

g) possibilidade de aplicação de instrução conjunta para grupamentos homogêneos, cujos componentes estarão de serviço nos mesmos turnos e na mesma área, só os mesmos comandos os quais também participam da instrução, nos respectivos níveis;

h) instituição da atuação conjunta do policiamento, pelo permanente rodízio dos grupos em serviço, com emprego permanente na mesma área, aumentando eficiência pela melhor coordenação existente;

i) acrescenta um grupo de complemento na estrutura organizacional do pelotão modular, para substituição de pessoal afastado por qualquer motivo, mantendo no possível um nivelamento médio permanente no efetivo em serviço em um módulo;

j) fornece maior comodismo para o homem em serviço, pela instalação de uma sede operacional de serviços externos, com condições de abrigo das intempéries, de descanso, para lanches rápidos e atendimento de necessidade higiênica;

k) possibilita a descentralização de equipamentos de qualquer ordem, por maior espaço de tempo, sob condições de controle e vigilância;

l) desdobramento para a ampliação da cobertura do policiamento específico, por módulos completos, proporcionando a projeção de necessidades de todos os componentes, e não somente por aumento de efetivo;

m) maior facilidade na identificação de falhas de pessoal contra-indicado, pelas características de emprego do homem nos módulos; e

n) fator de dissuasão psicológica de criminalidade apenas pela presença física do módulo.

3.2.2 Avaliação do SMPU

Pesquisas de Opinião a respeito do Sistema Modular de Policiamento Urbano realizadas em 1982 pela Intermarketing S/C, tomando por base 08 MPM em Curitiba:

Quanto à utilização dos módulos, houve um acréscimo de 8,56% em dezembro de 1982, em relação a fevereiro de 1981, dado ao superior conhecimento pelo público dos serviços oferecidos pelos módulos, o que pode ser explicado pela repetitividade da utilização, ou seja, dos que utilizaram o módulo pela primeira vez, 36,25% o utilizou pela segunda vez. Nota-se que o módulo foi grandemente solicitado para assistência de cunho social, seguindo-se as comunicações de furto e roubo.

Quanto à qualidade dos serviços prestados pelo módulo, notou-se uma acentuada melhoria com acréscimo em dezembro de 1982 de 12,7% em relação à gradação de bom, 8,9 % em relação regular e com diminuição de 27,6% com relação a gradação ruim. Elevaram-se os índices quanto aos bons serviços prestados, ao bom atendimento dos postos modulares e à maior segurança dada à área de atuação. Em contrapartida, os maiores motivos dos serviços prestados terem sido tarjados de regulares, foram a falta de patrulhamento e a morosidade no atendimento às solicitações da comunidade.

Quanto às características assimiladas como mais positivas, em ordem decrescente são: a boa apresentação pessoal, educação e a não-discriminação de classes sociais no atendimento. As menos positivas: a incorruptibilidade, a motivação para o trabalho e a preparação profissional dos componentes do sistema modular.

A população demonstra ter dúvidas no aspecto da corrupção e da motivação pelo trabalho, talvez baseada na suposição de pouco ganho financeiro, o que também viria a refletir na preparação profissional pela dificuldade que se tem para selecionar pessoal melhor qualificado.

Quanto às deficiências detectadas pela pesquisa, em ordem decrescente, foram constatadas a falta de efetivo, a falta de viaturas, falta de módulos e falta de patrulhamento como os principais motivos.

Destaca-se nessa avaliação que não são deficiências inerentes à seleção, preparo profissional ou qualidade do atendimento, mas sim a fatores materiais e à falta de recursos humanos, bem como de planejamento no tocante à falta de patrulhamento. [BONDARUK; SOUZA, 2007, p. 33 – 35]

3.3 MÓDULO MÓVEL - POVO

Conforme relatado no livro **Polícia comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão** o projeto POVO foi lançado em outubro de 1993, por intermédio do Comando do Policiamento da Capital e adveio, basicamente, em função de três fatores básicos:

1.º - Necessidade por parte do Comando do Policiamento da Capital em dar uma pronta resposta aos anseios da comunidade curitibana, em termos de melhores condições de segurança;

2.º - Sucateamento do Sistema de Policiamento Modular, cujos módulos passaram a denominar-se Postos de Policiamento Ostensivo, nos quais as instalações físicas se apresentavam em total estado de precariedade e não existia previsão orçamentária para efetivação de consertos, reparos ou mesmo reformas; aliado a isso, a corporação tinha suporte para manter apenas um PM, por turno de serviço, em cada Módulo Policial, o qual limitava-se a cumprir o papel de segurança física das instalações e informante;

3.º - Reduzido número de viaturas de radiopatrulha para atendimento de ocorrências, o que acarretava elevação do índice da demanda reprimida e do tempo para atendimento ao solicitante. [BONDARUK; SOUZA, 2007, p.35]

O Projeto POVO (Policiamento Ostensivo Volante) consistia na alocação de uma viatura Kombi, equipada com telefone celular e rádio de comunicação ocupada por dois patrulheiros e apoiada por dois motociclistas, para exercerem patrulhamento, diuturno, em cada bairro da cidade de Curitiba (nos limites do bairro, setor). Na lateral da viatura, o número do telefone celular do bairro de atuação, podendo ser acionada diretamente pelo público. A adoção do POVO, substituiu, praticamente, o tradicional sistema de radiopatrulhamento (RP) e, parcialmente, os Módulos Policiais (fixos).

Adotou o discurso de "Polícia Comunitária" e se baseava no trinômio: Policial - Viatura - Comunicação, alocando-os de forma descentralizada, como meio de manter maior aproximação com a comunidade.

Decorrido um ano e meio de sua implantação aventou-se, uma reestruturação, porém devido à forte conotação com o governo que o implantou houve a desativação, alegou-se algumas deficiências e disfunções operacionais. Os melhores resultados encontrados foram à diminuição do tempo de atendimento ao solicitante e redução da demanda reprimida.

Além dos dados constantes na obra adrede citada e na literatura conhecida, existe o projeto original, (inédito) em disquete, restaurado para a presente tese, em anexo.

Alguns fatores essenciais devem existir para que a atividade policial preventiva obtenha sucesso e principalmente justifiquem novos projetos no campo da segurança pública. Esses fatores são, obrigatoriamente:

a) O que a população do Paraná e, no caso de sua Capital, Curitiba, alvo inicial deste projeto, deseja em termos de policiamento?

Ora, diversas pesquisas nos confirmam e os pedidos de reativação dos popularmente chamados “módulos”, que vem se multiplicando dia-a-dia nos levam a pensar que nosso povo deseja, ardentemente, a proximidade policial contínua para prevenção dos delitos. [ANEXO II]

Mais adiante Marco Aurélio de Moraes Sarmiento faz a proposta que daria origem ao projeto POVO:

O Sistema Modular de Policiamento Urbano, necessita ser, urgentemente reativado, [sem grifo no original] mas, reativado dentro de uma nova dinâmica adequada aos tempos, à vontade do povo, aos novos índices de criminalidade e violência e, sobretudo, **à vontade política firme do Governo** [sem grifo no original] que, neste campo está se mostrando bastante sensível. É necessário aumentar a eficácia e a mobilidade do Sistema Modular e, em alguns casos, substituir completamente a sistemática como forma de oferecer respostas aos anseios da comunidade o que enseja, sobremaneira, não só novas formas de policiamento, como reavaliação e dinamização das anteriores como os módulos que possuíam e possuem, grande confiabilidade popular. [...]

Os chamados módulos policiais militares, anseio maior das comunidades de bairro, por carência de recursos humanos, materiais e financeiros, todos decorrentes da crise que atravessamos, vem sendo quase que abandonados, deixando à mercê as populações por eles atendidas. A realidade econômica se impõe e, verificamos, uma completa reestruturação do sistema é inviável se não impossível. Uma simples análise da arrecadação do Estado e dos Municípios que compõe a Região Metropolitana, nos comprova da inexecutabilidade de propostas “faraônicas”. Claro, a estrutura modular antiga, com todos os postos situados em pontos estratégicos, pode ser mantida ou, conforme novos estudos, alterada de sua configuração fixa para uma estrutura com maior dinâmica. Assim e, propósito do Comando do Policiamento da Capital e Região Metropolitana, aproveitar parte da estrutura modular existente e sobrepor à mesma um novo conceito de policiamento operacional, qual seja, a ESTAÇÃO DE POLICIAMENTO MÓVEL – POVO – (Policiamento Ostensivo Volante). [ANEXO II]

E seguia a descrição do sistema. Portanto a filosofia de polícia comunitária do projeto POVO original era inexistente, foi concebido como alternativa a verdadeira aspiração da comunidade, os módulos, tanto que os folhetos iniciais anunciavam os módulos móveis.

O projeto original ainda previa recursos novos (100 veículos, 150 motocicletas, recursos de comunicação em quantidade suficiente e recursos humanos no valor de 1650 soldados, os quais:

Nesta fase, os treinandos, em todos os níveis hierárquicos, divididos em turmas estipuladas pelos encarregados do desenvolvimento de recursos humanos, adequarão suas mentes para uma nova filosofia de policiamento preventivo que tenha como premissa básica um sistema que possua, antes de tudo, QUALIDADE TOTAL. [ANEXO II]

O projeto oficial aprovado pelo Comando-Geral e encaminhado ao governo do Estado¹⁸, suprimiu os recursos humanos, a “reciclagem” e as informações ora apresentadas sobre os objetivos do projeto, inclusive substituindo qualidade total por redução de índices de criminalidade.

Para DEMING¹⁹: “Qualidade é tudo aquilo que melhora o produto do ponto de vista do cliente”. [Apud SEBRAE, 1996, p.56].

Com este conceito de DEMING, se verifica que o idealizado por Marco Aurélio de Moraes Sarmiento, não foi o aprovado e colocado em prática no Projeto para implantação de estações de policiamento volante – **POVO**.

Mais do que questões de semântica, a *qualidade total* e *redução de índices de criminalidade* não são sinônimos, nem alcançam um resultado semelhante. Um prevê a satisfação do cliente, outro o preenchimento de relatórios.

Ao lançar o livro **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**, Carlos Magno de Nazareth Cerqueira, Cel RR PMERJ, afirmava sobre o Policiamento Ostensivo Volante POVO, “que não estava claro ser este um experimento típico de policiamento comunitário.” [1998, p. 129]

3.4 COMPARAÇÃO ENTRE O SMPU E POVO 1993

Embora o projeto POVO 1993 tenha sido anunciado como módulo móvel, ele possuía significativas diferenças em relação aos módulos policiais.

Era destaque o uso do celular e a localização dos módulos, a pesquisa conduzida em 1996 avaliou o uso do celular.

¹⁸ Esse projeto foi base da monografia **Projeto POVO: A experiência de Curitiba** do Cap. PM João Antônio Pazinato, CAO/1, PMESP, 1995, do projeto POVO 2003 e do livro **Polícia comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão**.

¹⁹ Willian Edwards Deming, o mestre do século XX em assuntos gerenciais.

Entre ambos, foi verificado se os projetos eram voltados à elite, tanto pelo uso de tecnologia avançada na época (celular) quanto pela localização dentro dos bairros (próximo aos eixos mais movimentados de cada bairro).

3.4.1 Avaliação Sobre o Uso do Celular

TABELA 2 - VERIFICAR ENTRE OS POLICIAIS QUE ATUAM NO PROJETO POVO SUA OPINIÃO EM RELAÇÃO À DEFICIÊNCIA ATRIBUÍDA DE QUE OS TELEFONES CELULARES PRIVILEGIARIAM AS CLASSES COM MAIOR PODER AQUISITIVO.

OPÇÕES	ABSOLUTO	PERCENTUAL
Privilegia as classes ricas	16	23%
Discorda que privilegia	54	77%
Não opinaram	0	0
TOTAL	70	100%

FONTE: PESQUISA DE CAMPO 1996.

A frase “O projeto POVO, privilegia as classes ricas e mais abastadas que possuem telefone e assim podem ter acesso a Polícia Militar a hora que quiser”. foi utilizada como parâmetro, sendo que 77,14% das respostas discordaram dessa afirmação. [SOUZA, 1996, p. 69]

TABELA 3 - IDENTIFICAR QUAL O MEIO DE ACIONAMENTO MAIS UTILIZADO PELOS PESQUISADOS PARA SOLICITAREM O ATENDIMENTO DA PMPR, E A VALIDADE DO TELEFONE CELULAR COMO TELEFONE DE EMERGÊNCIA.

OPÇÕES	OSÓRIO		SANTA FELICIDADE		TOTAL	
	Ab.	%	Ab.	%	Ab.	%
Pessoalmente	22	17%	24	16,22%	44	16%
Usou celular	3	2%	44	29,73%	47	18%
Ligou 190	96	76%	78	52,70%	174	63%
PM passando	5	3%	2	1,35%	7	3%
TOTAL	126	100%	148	100%	274	100%

FONTE: PESQUISA DE CAMPO 1996.

Os questionários possuíam espaço para complemento das respostas no item “ligou para o celular n.º _____ do Projeto POVO”, sendo que das 47 pessoas que utilizaram o celular para chamar o POVO apenas 3 (6,38%) colocaram o número correto do celular, 43 (91,48%) deixaram em branco e 1 (2,12%) escreveu o nome da estação, *Bairro Mercês*. [1996, p. 89]

A pesquisa confirmou que o telefone celular disponibilizado às equipes não servia para situações de emergência. O uso indevido não foi avaliado.

Em 2007 a Gazeta do Povo encontrou resultado semelhante no novo projeto POVO (2004) “92% dos curitibanos dizem desconhecer o número do telefone pelo qual podem fazer contato com o policiamento comunitário.” [VOITCH, 2007, p.9]

3.4.2 Opinião dos Policiais

TABELA 4 - VERIFICAR JUNTO À AMOSTRA QUE ATUA NO POVO OS ASPECTOS QUE CONSIDERAVAM NEGATIVO E OS QUE CONSIDERAVAM POSITIVO.

OPÇÕES	ABSOLUTO	PERCENTUAL
Aspectos considerados negativos		
Apenas 2 PM na Vtr.	1	1,5%
O celular às vezes não funciona	1	1,5%
Não responderam	68	97%
TOTAL	70	100%
Aspectos considerados positivos		
Uso do celular	28	40%
Há o contato direto com a comunidade	23	33%
Escala de serviço	18	26%
É mais rápido no atendimento	10	15%
Existência da 5ª. equipe	7	10%
Privilegia os pobres	3	4%
Mantém os PM acordados	3	4%
É mais próximo da comunidade	2	3%
Não dá despesas extras para a PMPR	1	1,5%
Só é elogiado	1	1,5%
TOTAL	96	137%

FONTE: PESQUISA DE CAMPO 1996.

Na tabela 4, anterior, a amostra dos policiais que atuam no POVO listou mais de um aspecto positivo, gerando um índice de 137% de respostas. Nos aspectos negativos, 97% dos PM, deixaram esse campo em branco. [1996, p. 84]

Em 2003 através de Pesquisa de Campo pela 5ª Seção de Estado Maior da PMPR, onde se faz um exercício crítico da situação da Segurança Pública em Curitiba, foi verificado:

Qual o item considerado mais importante no sistema de policiamento do Projeto POVO?

(23%) proximidade do PM com a comunidade (conhecimento dos problemas da área de serviço).

(6%) diminuição do índice de criminalidade no bairro.

(18%) confiança e aprovação por parte da comunidade.

(6%) atendimento imediato nas solicitações da comunidade.

(47%) permanência do policiamento nos limites do bairro e possibilidade de acionamento via fone celular da viatura.

Se as equipes do Projeto POVO utilizavam a filosofia e princípios de Polícia Comunitária para a execução de suas atividades?

(10%) sim.

(60%) parcialmente.

(30%) desconhece tal filosofia e princípios.

Na opinião dos pesquisados o Projeto POVO deveria ser:

(20%) ativado.

(3%) extinto.

(77%) aperfeiçoado.

Dos pesquisados no público interno 93% já conheciam o "Projeto POVO" - Policiamento Ostensivo Volante (viatura no bairro com celular para ser chamada) apenas 6% não conheciam e só 1% nunca ouviu falar.

3.4.3 Opinião da Comunidade

Em 1996 a satisfação com os serviços prestados pela PMPR era de 67%, sendo que 28% entendiam que o atendimento tinha sido acima das expectativas, a satisfação era homogênea entre as diversas formas de policiamento apresentadas, POVO, módulo e ambos, cada uma com o índice de 21,17% da amostra.

Para melhor explicitar essa confiança depositada na PMPR em 1996, seguem alguns extratos do trabalho.

TABELA 5 - AVALIAR O GRAU DE CONFIANÇA DA COMUNIDADE NA PMPR.

OPÇÕES	ACIMA		SATISFATÓRIO		ABAIXO		RECLAMAÇÃO	
	Ab.	%	Ab.	%	Ab.	%	Ab.	%
Próximo ao PPO Osório								
POVO	4	3%	10	8%	10	8%	4	3%
Módulo	10	8%	40	32%	5	4%	5	4%
Ambos	12	9%	12	9%	0	0	4	3%
Outros	4	2%	01	1%	5	4%	0	0
TOTAL	30	22%	63	50%	20	16%	13	10%
Santa Felicidade								
POVO	20	16%	48	32%	0	0	0	0
Módulo	14	11%	18	12%	0	0	0	0
Ambos	10	8%	28	19%	0	0	0	0
Outros	2	1%	8	4%	0	0	0	0
TOTAL	46	36%	102	68%	0	0%	0	0%

FONTE: PESQUISA DE CAMPO 1996.

Através da pergunta “*Como foi o atendimento dos policiais militares*”, houve no bairro, com o POVO, 32,43%, de respostas “*satisfatório*” e no Centro o índice dessa resposta, com os módulos; foram 31,75%. Nas proximidades da Praça Osório, Centro da cidade, houve reclamações; destas 3 (23%) foram a respeito do

celular, (fora de área, ocupado), 9 (69,23%) foram pela demora na chegada dos PM e 1 (7,69%) foi quanto a qualidade do serviço. [SOUZA, 1996, p. 93].

TABELA 6 - PESQUISAR SE HÁ CRENÇA NO POTENCIAL DE ATENDIMENTO DOS MÓDULOS POLICIAIS.

OPÇÕES FREQUÊNCIA	UTILIZARAM		NÃO UTILIZARAM		TOTAL	
	Ab.	%	Ab.	%	Ab.	%
Discordam	24	9%	4	3%	28	7%
Concordam	218	80%	104	84%	322	81%
Sem opinião	32	11%	16	13%	48	12%
TOTAL	274	100%	124	100%	398	100%

FONTE: PESQUISA DE CAMPO 1996.

Na tabela acima se verifica que 81 % do universo pesquisado confiava na Polícia Militar através do Sistema Modular de Policiamento Urbano. Esse índice é comparável com outros países de primeiro mundo com taxas de criminalidade e violência muito menores que as brasileiras: Estados Unidos 80,5%, Austrália 73%, Grã Bretanha 70%, Finlândia 63%, França 61%, Espanha 53%, Suíça 50%. [MONET, 2001, p. 278]

Esse estudo internacional foi realizado na década de 80²⁰, mesmo período do auge do Sistema Modular de Policiamento Urbano, também aponta que a criminalidade e violência pouco têm a ver com crime em si, pois a taxa de homicídios na Suíça era de 1,2 homicídios por 100.000 habitantes, enquanto que nos Estados Unidos no início da década de 90 variava de 28,4 homicídios por 100.000 habitantes em Los Angeles até 86 homicídios por 100.000 habitantes em Nova Orleans, segundo a Revista Superinteressante, N.º 11, ano 10 em novembro de 1996.

²⁰ MONET, Jean Claude, **Polícias e sociedades na Europa**. Tr. Mary Amazonas Leite de Barros, original 1986 versão brasileira, 2001, EDUSP.

Ainda, segundo Monet, a Polícia que conta com a maior confiança da População é a do Canadá:

A pesquisa internacional junto às vítimas completa esses dados. Uma questão se refere à maneira como essas pessoas interrogadas avaliam a capacidade da polícia controlar a criminalidade no setor onde moram. A credibilidade de polícia parece muito forte aos olhos dos canadenses, que emitem mais de 89% dos julgamentos positivos. [2001, p. 278]

Na avaliação feita em 1996 ao se tomar a amostra parcialmente, apenas as pessoas atendidas pelo módulo da Praça Osório, grupo vizinho entre si, 100% (186 pessoas que responderam ao questionário) declararam sua confiança na PMPR.

É possível que por ter sido realizada nas vistas do Módulo, a população tenha expressado essa confiança, já na área onde não havia módulo, no bairro, grupo distante entre si, 64,15%, concordaram com a afirmativa, entre os atendidos e os não atendidos da amostra, 62,16% e 68,75%, respectivamente, depositaram sua confiança na PMPR, através dos módulos.

Mesmo com este índice positivo de confiança o SMPU foi abandonado, Ângelo Rogério Bonilauri, idealizador do SMPU, entrevistado em 1996 creditou o desaparecimento dos módulos à política interna da PMPR, em suas palavras ela afirma que o SMPU não chegou a existir:²¹ quando solicitado a fazer uma comparação entre o SMPU e POVO, respondeu:

Não tem como falar nada, até me convidaram para ir na inauguração do módulo móvel, *uma besteira*, o módulo não é o posto, é o conjunto posto - homem - viatura - comunicações. Uma semana depois ninguém viu mais a kombi. Aqui é a uma barbaridade toda então não se poderia dizer que o que tá acontecendo aqui os interesses ou mesmo aquele que o, depois daquelas implantações e tal, quando começaram a funcionar precariamente antes de, acabarem demolindo por que foram demolir módulos tá, então acho que aquilo não podia se chamar sistema modular numa situação daquelas não era o que justificava um soldado no módulo atendendo o telefone, depois tiraram o telefone do módulo também tá, ó então acho que não poderia ter sido a academia, não deveria colocar a situação em estudos agora como se existisse realmente em funcionamento do sistema modular e um projeto POVO e fazendo [...]

Não chegou a existir um sistema modular ouve alguns módulos isolados, alguns módulos em conjunto mas o sistema não chegou a funcionar por inteiro. [Op. Cit. ANEXO I]

²¹ Além da entrevista degravada e constante no TTC – 1996, houve a conversa informal com o Cel Bonilauri, que estava relutante em responder ao questionário. Esta conversa também degravada, inédita, está anexa a presente tese.

Esse abandono dos projetos de Polícia Comunitária por pressões internas também está no relatório final do monitoramento qualitativo; **Segurança pública e cidadania: a experiência de policiamento comunitário em Copacabana (1994-95)**²².

Pesquisando o registro minucioso do projeto de policiamento comunitário desenvolvido pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, no bairro de Copacabana, entre setembro de 1994 e julho de 1995. Tomando como referência o modelo norte-americano, implantado com sucesso em diversas cidades, focalizam-se as características e os obstáculos enfrentados na experiência carioca, com destaque para as resistências internas decorrentes da estrutura e cultura institucionais da PMERJ. O relatório conclui que, apesar das numerosas dificuldades, a iniciativa produziu resultados importantes e seu abandono não se fundamentou em qualquer avaliação de insucesso, mas unicamente na vitória da concepção conservadora e bélica de segurança pública, segundo a qual o *verdadeiro trabalho de Polícia* se restringe ao confronto com bandidos e à repressão (mais do que à prevenção) do crime. [MUSUMECI, 1996, p. v]

²² ISER, Avaliação coordenada por Leonarda Musumeci e realizada por Jacqueline Muniz, Patrick Larvie e Bianca Freire.

CAPÍTULO 4



ILUSTRAÇÃO 4: BASES FIXAS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO, AUSTRÁLIA, JAPÃO E CINGAPURA.

4 EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Além das experiências exitosas do passado é importante conhecer as visões comparativas internacionais – olhar comparativamente para ter uma perspectiva mais ampla de modo a aumentar as chances de reformas bem sucedidas. A exportabilidade ou importabilidade das práticas policiais é muito mais fácil que profundas reformas estruturais.

Tanto no Japão, que possui Polícia Comunitária desde 1879, quanto no Canadá, que iniciou sua experiência em policiamento comunitário na década de 90, as bases físicas de *Kobans* e *Chuzaichos* no Japão e os distritos policiais no Canadá, foram fatores fundamentais para a credibilidade do programa e são sustentáculos para que estes países tenham os menores índices de criminalidade e violência no mundo.

Para Dantas:

“A mudança mais radical é a redistribuição dos policiais, de seus veículos, para pequenos postos policiais descentralizados. Eles são chamados “shopfronts” na Austrália, “postos policiais de bairros” em Cingapura e “Koban” no Japão. [DANTAS, 2007, p. 6]”

David Bayley²³ também coloca Austrália, Cingapura e Japão como os exemplos mais bem sucedidos de policiamento comunitário, integrante da gestão comunitária da segurança pública. [LEEDS, 2007, p. 1]

4.1 AUSTRÁLIA

A Austrália (oficialmente Comunidade da Austrália) é, com enorme vantagem, o maior país da Oceania, ocupando todo o *continente australiano*, e várias ilhas adjacentes.

A Austrália é uma monarquia constitucional. O chefe de estado é a rainha Elizabeth da Grã-Bretanha, representada pelo governador geral australiano. O

²³²³ Cientista político, é consultor da *Police Foundation*, Washington, D.C., e professor de Justiça Criminal na *State University of New York, Albany*.

governo emana de um Parlamento eleito por sufrágio universal. O Parlamento Federal é composto pelo Senado e pela Câmara dos Representantes.

A Austrália é um estado federal constituído por seis estados e cinco territórios.

Sua superfície é de 7 686 850 km². A sua população em 2006, 20.180.878 habitantes.

A capital Camberra tem pouco mais de 300.000 habitantes, e as maiores cidades da Austrália são:

- 1 - Sydney (NSW) - 4.323.356 habitantes;
- 2 - Melbourne (VIC) - 3.696.342 habitantes;
- 3 - Brisbane (QLD) - 1.842.342 habitantes;
- 4 - Perth (WA) - 1.445.704 habitantes;
- 5 - Adelaide (SA) - 1.072.038 habitantes.

A Austrália possui sete forças policiais estaduais e uma força federal que faz o policiamento em geral, somente na área da capital.

As forças policiais australianas desenvolveram o policiamento comunitário principalmente nas áreas de prevenção do crime baseada na comunidade e na ampliação do serviço policial para uma clientela especial. A vigilância de bairro está se expandindo através de *Police Stations* colocadas em todos os bairros. [BAYLEY e SKOLNICK, 2001, p.41-42]

A Polícia é competente, equipada e educada, sendo requerimento básico para se tornar um policial, possuir nível superior.

A maioria das ruas com grande movimento é monitorada da central, através de câmeras de vídeo, instaladas em postes, sinais de trânsito e locais turísticos.

O sistema policial possui responsabilidade pelos resultados, as investigações são compartilhadas e inclui perspectivas locais e incorporadas. Filosofias como estas permitem que o serviço policial seja uma organização de aprendizagem que constrói os seus sucessos e estuda os fracassos.

Na Austrália existe um *time de revisão* no Departamento de Polícia que está atento às situações policiais e criminais livremente baseado no modelo de Nova Iorque *CompStat*. A filosofia (quer dizer, ao invés da responsabilidade individual,

responsabilidade compartilhada habilitando um ambiente de aprendizagem) é adotada em todos os departamentos de Polícia.

A Investigação e o combate ao crime fazem parte de uma estratégia ampla de policiamento. Esta estratégia atinge todos os níveis no Estado. Usando o modelo australiano é essencial para o chefe de polícia desenvolver um plano de ação baseado em ligação com a comunidade em todos os níveis. Este documento daria uma mensagem clara para o policiamento comunitário sobre essas áreas. Esta ampla ação seria traduzida então pelos gerentes e supervisores a todo nível em estratégias e táticas para combater o crime nas áreas para as quais eles têm responsabilidade, particularmente nos Distritos. É essencial assegurar uma aproximação e interação consistente evitando o crime e o medo do crime.

Por muito tempo as posições práticas de polícia tradicionais e a ausência de integração com a comunidade impediu estratégias conjuntas, muito mais apropriadas ao mister da segurança pública, uma missão comum.

O patrulheiro que alinhar as metas incorporado com as necessidades da comunidade atendida, um dos maiores desafios do serviço policial, terá alcançando o lugar de destaque como líder comunitário, dentro da filosofia do policiamento comunitário.

Tais esforços a costurar iniciativas amplas para condições locais não são nada de novo. Experimentar idéias novas e aproximações é algo que gerentes policiais progressistas têm feito durante algum tempo. O diferencial na Austrália foi que essa iniciativa foi encorajada a todos os gerentes e supervisores, dirigidos pelo imperativo de servir à comunidade e melhorar a qualidade de vida do bairro.

4.2 CANADÁ

O Canadá é um Estado parlamentarista federal, cuja capital é Otawwa. Possui, uma população aproximada de 30 milhões de habitantes; (2005); é oficialmente bilíngüe, com 75 % da população falando inglês, e os demais 25%, francês. Estes últimos habitantes se concentram principalmente na cidade de Quebec (85%). A população canadense ocupa um território de aproximadamente

dez milhões de quilômetros quadrados, dividido em dez províncias e dois territórios autônomos.

Um dos aspectos mais importantes, que melhor podem caracterizar a polícia canadense é a importância do distrito como base territorial de atuação. Complementa-se com a estrita relação com a comunidade, através de uma extensa rede de postos de atendimento ao cidadão. Em função da sua capacidade de absorver as influências e as mudanças que ocorrem em outras regiões da América, principalmente do país mais vizinho, que são os Estados Unidos, o Canadá tem conseguido conciliar aspectos como a descentralização e a eficiência de resultados operacionais.

A polícia canadense está estruturada em três níveis de responsabilidade.

Em nível Federal, existe a Polícia Montada (*Royal Canadian Mounted Police - RCMP*) que, em virtude de acordos com as províncias que no passado possuíam polícias próprias, salvo Ontário e Quebec, assumiu a responsabilidade do serviço de polícia provincial (fora das cidades). Situação similar se encontra nos territórios autônomos do país, em que a prestação do serviço de polícia, nas áreas territorial e municipal, é feito exclusivamente pela *RCMP*. Esta possuía em 1999 cerca de 22.000 integrantes, sendo que setenta por cento se dedicavam ao serviço regular de policiamento.

Cada uma das Províncias promulga suas leis de polícia e assume a responsabilidade legal, administrativa e financeira com os respectivos serviços policiais. Elas podem, ainda, ser contratadas por pequenos municípios para assumir a responsabilidade de execução da polícia municipal. Este é o exemplo da Província de Quebec cujo serviço de policiamento local atende a 22 pequenos municípios.

Cada município conta com a sua polícia local, salvo as exceções anteriormente referenciadas. As polícias municipais se encarregam de fazer cumprir o código penal, as leis provinciais, os regulamentos e as normas municipais, podendo, em áreas metropolitanas, reunir-se para a prestação de diversas missões.

4.2.1 Polícia Comunitária – O Exemplo do Canadá

Em maio de 1997 uma comitiva canadense esteve em São Paulo para participar do seminário **São Paulo sem medo** promovido pela universidade de São Paulo, e pela Rede Globo. Em outubro desse mesmo ano a Universidade de Ottawa retribuiu o convite. Delegados, policiais militares, sociólogos, ativistas dos direitos humanos e jornalistas foram a sete cidades do Canadá, conhecer como funciona a polícia canadense, considerada uma das melhores do mundo. Dessa visita surgiu uma série de reportagens exibidas nos telejornais locais da TV Globo de São Paulo e também um documentário distribuído pelo Instituto São Paulo Sem Medo.

No documentário apresenta-se o policiamento comunitário em pequenas cidades como BURNABY²⁴, pouco mais que um vilarejo até TORONTO, uma das maiores cidades do Canadá. Nesta, houve uma divisão da cidade em distritos e vizinhanças. Levou 8 anos para ser implementado devido a resistência interna. O processo não foi fácil. Todos os policiais tiveram que passar por uma reciclagem. O documentário apresenta como destaque o sistema penitenciário de Toronto bastante integrado à Polícia.

A Real Polícia Montada Canadense (federal) contrata para seus quadros pessoas ligadas aos diversos tipos de comunidades existentes no Canadá, principalmente indígenas. Por meio deles busca entendimentos e ajustes com essas comunidades em ações de polícia comunitária, o que lhes permite conseguir desejados níveis de tranqüilidade pública em relação aos conflitos étnicos registrados no dia-a-dia.

Os direitos de imagem da *RCMP* foram vendidos para a Disney. Com o dinheiro são mantidos diversos programas de assistência social.

Na cidade de VANCOUVER os destaques foram a ênfase nas penas alternativas, e o maior centro comunitário do Canadá, destinado a apoiar pessoas viciadas em drogas. O empreendimento se constitui num exemplo de sucesso que integra forças da comunidade e do Poder Público no combate ao uso de drogas. As

²⁴ Integrante da Grande Vancouver, um dos programas destaque é o Programa de apoio às vítimas, executado majoritariamente por cidadãos.

pessoas da comunidade (drogaditos) envolvidas sentem-se motivadas a manterem-se afastadas do uso de drogas motivando outras a agirem da mesma forma.

CALGARI tem uma das experiências mais antigas de polícia comunitária, data do início dos anos oitenta. Marca o profissionalismo. A chefe de polícia foi considerada a mulher do ano no Canadá, Christine Silverberg²⁵. Os relatórios detalhados com os crimes e as ações da polícia permanecem à disposição da imprensa e da população.

Em MONTREAL foi implantado em 1997, aumentou de 22 delegacias para 49 – de modo a atender bairros com no máximo 24.000 pessoas²⁶. Um dos destaques é que as queixas não precisam ser feitas na delegacia. A pessoa liga faz a queixa e um policial vai à residência.

Na delegacia o prazo de atendimento é de uma hora. É dada autonomia aos policiais. Há formação de grupos para resolução de problemas inter-pessoais: policiais e grupos da sociedade discutem juntos problemas comuns e buscam soluções.

Em HALIFAX a polícia não existe só para prender pessoas.

Campanha *fique esperto fique seguro* – mantido pela associação dos chefes de polícia desde 1990.

Ainda em Halifax existe o Projeto Transição – para jovens de 12 a 18 anos (projeto passagem). Este projeto identifica nas *gangs* quem quer sair e apóia a socialização desses jovens com teatro amador, esporte e outras atividades.

Em CALGARY os destaques são o torneio de *voley* 3 vezes por ano envolvendo policiais e jovens.

O *Blue thunder* (Trovão Azul) é trabalho de polícia, trata-se de um conjunto musical de policiais veteranos que tocam *rock* e fazem palestras para jovens, sobre o perigo das drogas e álcool – segundo eles não são palestras “é conversa e música”.

Pequeno trecho do relatório da visita feita ao CANADÁ em 1997:

²⁵ 1995 - Julho 17 - Christine Silverberg Aos 45 anos de idade foi escolhida a primeira mulher chefe de Polícia da maior cidade do Canadá, Calgary, no estado de Alberta.

²⁶ Semelhante aos módulos que atendiam de 20.000 a 30.000 pessoas, com a vantagem que no Canadá a Polícia é de ciclo completo.

A delegação foi recepcionada em Toronto por um magnífico fim de outono com temperaturas equivalentes ao nosso inverno paulista e um colorido exclusivo das terras canadenses graças aos tons avermelhados das folhas da *maple tree*. As atividades da viagem tiveram início com uma visita à *Parkdale*, distrito da cidade de Toronto que apesar de seus modestos 17,2km² é o que mais recebe queixas telefônicas contra o grande problema de drogas e de prostituição. Aqui, há dez anos a parceria entre comunidade, polícia, políticos e imprensa é responsável pelo êxito do policiamento comunitário e de projetos de prevenção contra o crime. Para isso, aparelharam um trailer²⁷ em plena praça pública onde os moradores trocam sugestões com os policiais para tornarem o bairro mais seguro. Foi dessa experiência que surgiram idéias como a de se colocar divisórias nos assentos públicos para impedir que sejam usados como cama por aqueles que vivem nas ruas.

Calgary: policiamento comunitário em pleno oeste canadense

Até os anos 70, Calgary tinha uma polícia centralizada e de difícil contato com a população. No entanto, as denúncias de abusos e desrespeito aos direitos humanos fizeram com que a instituição tivesse que passar por uma mudança significativa e fossem tomadas iniciativas no sentido de aproximar a polícia da comunidade, aumentar a sua participação no desenvolvimento de programas de combate ao crime e envolver voluntários nos trabalhos de policiamento comunitário. Nos postos de policiamento comunitário são feitas queixas sobre acidentes de trânsito, batidas de automóveis, pequenos roubos e pequenas fraudes, entre outros problemas.

Calgary é também conhecida em todo o país pela sua excelente Comissão de Controle Civil da Polícia que, com orçamento próprio tem como função estabelecer as prioridades estratégicas para a polícia, escolher a chefia da polícia, fazer o levantamento de recursos financeiros e analisar as queixas contra a chefia e policiais. Todas as reclamações encaminhadas à Comissão são aceitas e quando julgadas injustificadas, pode-se apelar para outra instância. [ISPC, 1998, p. 9]

4.3 CINGAPURA

Recentemente foi perguntado a Bayley²⁸, se nos países em que ele trabalhou e que são mais parecidos com o Brasil há alguns exemplos onde a intervenção do policiamento comunitário foi bem sucedida, a resposta foi:

BAYLEY: Vou dar um exemplo ainda melhor. Acredito que as maiores mudanças no comportamento policial ocorreram em Singapura [sic] nos anos 1980 e início dos anos 90, onde eles tinham um modelo de cima para baixo – uma mentalidade de distribuir os policiais, não consultar o público, fazer rondas em viaturas. Eles mudaram e adotaram o sistema japonês do *Koban* em aproximadamente três anos. Tinham consultas à comunidade, começaram a organizar grupos de vigilantes comunitários, tinham

²⁷ Base Física para apoio ao policiamento comunitário.

²⁸ David Bayley, entrevistado por Elizabeth Leeds Tradução: Liana de Paula, Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 1, Edição 1, 2007.

escritórios-satélites de delegacias – muitas práticas que eram japonesas e nunca tinham sido vistas no modelo inglês que havia vigorado por lá até os anos 1980. Os dirigentes da polícia disseram: - precisamos nos aproximar do público em uma sociedade multirracial e servi-lo melhor para que ele esteja do nosso lado. [LEEDS, 2007, p. 1]

No estudo coordenado pelo Itamaraty²⁹ intitulado **Mundo afora: programa de combate à violência urbana**, 2005, se faz uma apresentação da situação atual de Cingapura³⁰, que pode ser resumida:

Nível de criminalidade baixo, cuja principal preocupação é a segurança interna para captar credibilidade internacional, e o combate ao terrorismo.

Há uma rigidez no tratamento de criminosos, incluindo menores e tráfico de drogas (pena de morte) a reintegração de faltosos é por meio de persuasão, educação e apoio da sociedade

A população é formada por multietnias (70% predominantemente chinesa)

Em 1993 não houve homicídio em Cingapura, estupros, 80, roubos 1008 e roubos de veículos 3162, no mesmo ano em Los Angeles (EUA) houve 1100 homicídios, 1.855 Estupros, 39.277 roubos e 65.541 roubos de veículos.

O modelo de *Kobans* foi utilizado para descentralizar a presença da polícia. O conceito de ordem interna permitiu fazer de Cingapura um dos países mais ricos do mundo. [PORTO JÚNIOR, 2005, p. 62-65]

4.4 JAPÃO

A JICA³¹, Agência de Cooperação Internacional do Japão, que desde 1995 vem apoiando a implantação do policiamento comunitário em São Paulo e as informações divulgadas por Bayley em duas de suas obras demonstram que o sistema policial japonês está estruturado em dois níveis: nacional e local. Em nível nacional existem dois órgãos: a Comissão Nacional de Segurança Pública (*Kokka Koan Linkai*) e a Agência Nacional de Polícia (*Kolsatsucho*). Os dois órgãos têm a seu encargo o controle, relacionamento e coordenação entre as polícias locais, bem

²⁹ Ministério das Relações Exteriores do Governo Federal

³⁰ Em português Cingapura. Singapoure e Singapura se referem ao mesmo país, são formas aporquêsadas de expressar o nome do país.

³¹ *Japan International Cooperation Agency, 1995-2006*

como a administração de assuntos ligados ao treinamento, comunicações, estatísticas criminais e controle de todos os equipamentos utilizados pelo sistema policial japonês.

A polícia japonesa é uma organização civil, não integrante das Forças Armadas, porém, possui estrutura, formação e disciplinas nos moldes de uma corporação militar. Suas atividades envolvem o policiamento preventivo, policiamento ostensivo e os serviços relativos à polícia judiciária; executam o ciclo completo de polícia.

A Comissão Nacional de Segurança Pública, subordinada ao Primeiro Ministro, é composta por um presidente e cinco membros. Um Ministro de Estado é indicado para o cargo de Presidente, os demais membros são indicados pelo Primeiro-Ministro e referendados pelo Parlamento, sendo vedado o exercício de qualquer atividade político partidária.

A Agência Nacional de Polícia esta subordinada diretamente à Comissão Nacional de Segurança Pública e é o seu órgão executivo. Possui uma estrutura organizacional composta de cinco Departamentos: Administrativo, de Investigações Criminais, de Trânsito, de Segurança e de Comunicações.

Vinculadas à Agência Nacional de Polícia estão a Academia Nacional de Polícia, o Instituto Nacional de Pesquisas Científicas de Polícia e o Quartel-General da Guarda Imperial. É chefiada por um Comissário-Geral, que também dirige e controla, para efeito de integração nacional, as atividades das polícias locais, cuja estrutura é composta pelas Comissões Locais de Segurança Pública e pelos respectivos Quartéis Gerais. No caso da cidade de Tóquio, existe ainda um Departamento de Polícia Metropolitana.

O policiamento local em cada Prefeitura é dividido em sub-áreas e, em cada uma delas existe uma Guarnição Policial (*Keisatsu-Sho*), com responsabilidade sobre aquela parte da cidade. A Guarnição Policial constitui a linha de frente das unidades operacionais das polícias locais, pois é encarregada prioritariamente da manutenção da ordem pública. Existem cerca de 1.200 Guarnições Policiais distribuídas pelo país, com efetivos que variam de 15 a 500 policiais cada uma.

Essas guarnições possuem módulos policiais (*Kobans*) instalados em vários locais nos centros urbanos mais densamente habitados. Os módulos podem

ser de três tipos: **comuns**, que seguem a arquitetura do local onde estão instalados; **residenciais**, (*Chuzaichos*) que são localizados em pequenas vilas e comunidades, destinando-se também à residência da família do policial; **módulos de segurança policial**, empregados para segurança de determinadas instalações. O número de policiais empregados em cada uma delas varia de acordo com as necessidades do serviço policial.

Embora diferentes *Kobans* e *Chuzaichos* são considerados parte do mesmo sistema: *Koban*.

O *Chuzaicho* localiza-se normalmente nos bairros residenciais ou em áreas rurais. O *Chuzaicho* é uma casa que serve de posto de polícia 24 horas por dia e onde um agente policial reside com seus familiares, e na ausência deste a esposa atende aqueles que procuram o posto e a polícia, recebendo uma ajuda de custo para tanto. As despesas mensais de taxas luz, gás, água, etc, são pagas pela prefeitura.

O *Koban*, que também funciona 24 horas por dia, localiza-se nos centros urbanos, normalmente nos locais onde há um grande fluxo de pessoas, como zonas comerciais, turísticas, áreas de serviço, ou próximo de estações de comboio, metrô ou outros meios de transporte.

No *Koban* trabalham equipes compostas por três ou mais policiais, conforme o número de pessoas que residem na respectiva área de competência.

Há aproximadamente 6.600 *Kobans* e 9.000 *Chuzaichos* em todo o Japão.

Apesar dos *Chuzaichos* serem em número superior aos *Kobans*, a verdade é que o *Koban* tem uma maior importância em relação àqueles, já que a maioria da população japonesa vive em áreas urbanas (aproximadamente 80% dos cerca de 127 milhões de japoneses).

Como comparação, um *Chuzaicho* pode exercer competência sobre um território com 29 Km² e servir 3.000 pessoas, enquanto que um *Koban* típico pode exercer a sua competência sobre uma área com 0,5 Km² e servir uma população de 8.500 pessoas.

Há mais de mil *Kobans* na cidade de Tóquio que, somados a outros dez *Keisatsusho* (equivalentes às delegacias no Brasil), e 240 *Chuzaicho*, formam uma

verdadeira rede de vigilância na cidade. Cada *Koban* tem o registro de quase todos os moradores da região, controlando inclusive a mudança de famílias. Outra atividade rotineira é o patrulhamento periódico, através de visitas às residências dos moradores.

Existem cerca de 2.000 policiais aposentados ou ex-policiais (exonerados a pedido) contratados para trabalhar como atendente nos *Kobans*. Eles trabalham 30 horas semanais recebendo o salário através de verba repassada pelo Governo Federal às Polícias Provinciais.

Quanto ao tempo de permanência de um policial comunitário em um mesmo *Koban*, este pode variar de dois a cinco anos, mas é extremamente importante o tempo mínimo de permanência, para que haja efetivamente o engajamento do policial num determinado setor específico da comunidade, criando uma relação de pertinência, em caráter de longo prazo.

Cada *Koban* é comandado por um “*Assistant Police Inspector*” ou por um “*Police Sergeant*”, conforme sua importância, e cada equipe é comandada pelo policial mais antigo da guarnição, ou o mais graduado no respectivo turno.

Miguel Libório Cavalcante Neto faz um comparativo entre Tóquio e São Paulo no ano de 1998 (p. 2):

Tóquio com 24 milhões de habitantes, o índice de ocorrências policiais é baixo, em comparação com o de outras cidades do mundo. Em 1996 foram 501 assaltos, 117 assassinatos, e 1983 roubos de veículos. Na maior cidade brasileira, São Paulo (15 milhões de pessoas), no mesmo período foram registrados 54.518 assaltos, 4.891 assassinatos e cerca de 180 mil roubos de veículos.

A importância dada ao Policiamento Comunitário pela Polícia Japonesa, o qual é seguido à risca, se deve a algumas premissas tidas como imprescindíveis:

a) a impossibilidade de investigar todos os crimes pressupõe um investimento de recursos na prevenção de crimes e acidentes, para aumentar a confiança da população nas leis e na polícia;

b) impedir o acontecimento de crimes e acidentes é muito mais importante do que prender criminosos e socorrer vítimas acidentadas;

c) a polícia deve ser levada aonde está o problema, para manter uma resposta imediata e efetiva aos incidentes criminosos individuais e às emergências, com o objetivo de explorar novas iniciativas preventivas, visando a resolução do

problema antes de que eles ocorram ou se tornem graves. Para tanto, descentralizar é a solução, sendo que os maiores e melhores recursos da polícia devem estar alocados na linha de frente dos acontecimentos;

d) as atividades junto às diversas comunidades e o estreitamento das relações polícia e comunidade, além de inculcar no policial a certeza de ser um “mini-chefe” de polícia descentralizado em patrulhamento constante, goza de autonomia e liberdade de trabalhar como solucionador dos problemas comuns por ser a garantia de segurança e paz para a comunidade e para o seu próprio trabalho. [SILVA, 2004, p. 13]

Sobre o policiamento comunitário no Japão, Silva na palestra em Queluz aos 6 de maio de 2004, ao encerrar sua fala aos policiais lusófonos, exortou:

Não sendo um sistema directamente transponível para a realidade portuguesa, o sistema *Koban* pode no entanto conter alguns ensinamentos e soluções que a experiência de mais de 100 anos e a sua aplicação pela Polícia Nacional Japonesa mostram ser válidas e eficazes.

Países como os EUA e o Canadá desde há algum tempo acompanham com interesse a realidade *Koban*. O Brasil é outro país que vem estudando atentamente o sistema *Koban* e o entrosamento social que este permite à polícia alcançar com as comunidades locais. Aliás, o Brasil não só vem acompanhando a realidade *Koban* como inclusive vem aplicando de forma entusiástica o sistema *Koban* de policiamento comunitário, tendo a decorrer em vários pontos do seu território experiências neste domínio há já alguns anos.

Termino, permitindo-me sugerir-vos que estejam atentos ao sistema *Koban*, àquele que pode vir a ser o seu desenvolvimento e às soluções que dele possam emergir para concretos problemas comunitários. Penso que no sistema *Koban*, vós, futuros capitães da Guarda, podereis colher ensinamentos válidos para o vosso dia-a-dia, enquanto militares e enquanto comandantes da força policial. [2004, p. 15]

4.5 RESUMO DOS MODELOS APRESENTADOS

O conhecimento dos diferentes modelos de polícia permitiu identificar a diversidade de estruturas, sistemas operacionais e condições de segurança pública que esses modelos procuram atender. Os diferentes modelos deixam transparecer que não existem critérios únicos, ou melhores, no sentido de atendimento das necessidades de uma determinada sociedade.

Algumas considerações podem ser feitas a respeito dos vários modelos de organizações policiais apresentados:

Todos os países focalizados têm mais de um organismo policial.

As polícias executam o ciclo completo das funções policiais: de polícia preventiva, investigação criminal e polícia judiciária.

É possível identificar que na maioria dos países existe pelo menos uma corporação policial com características militares (todas federais e centralizadas).

As polícias civis apresentadas organizam-se com base na hierarquia e na disciplina, como ocorre nas organizações militares.

Tanto a polícia administrativa quanto a judiciária tem seus próprios agentes com subordinação direta.

A subordinação das forças policiais é feita tanto a Ministérios que integram o governo central do país a que pertencem, quanto aos governos provinciais (Estados).

As tarefas das organizações policiais são múltiplas, não se restringindo apenas ao combate da violência e da criminalidade.

O policiamento ostensivo é feito unicamente por pessoal uniformizado.

Pessoal em trajes civis pode ser encontrado nas áreas de investigação criminal ou em atividades exclusivamente burocráticas.

Há necessidade da existência de instalações próprias, equipamentos e domínio de técnicas para execução de perícias e exames técnicos, para o pleno desempenho de suas atividades de investigação.

A base territorial e a descentralização de atuação da força policial têm produzido melhores resultados para a sociedade.

É importante destacar que apenas modelos com bases físicas locais foram apresentados, destacando-se que cada país tem procurado se ajustar autonomamente e, ainda, é possível identificar o grande predomínio de forças policiais com atuação local (município).

CAPÍTULO 5



PROJETO POVO
POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

O Governo Do Paraná
Está Implantando Em Curitiba
O Melhor Programa De
Segurança Pública Do Brasil.

O Policiamento Comunitário.

O Policiamento Ostensivo Volante (POVO) foi idealizado em 1993. O governo do Paraná idealizou não apenas um projeto de policiamento, mas percebeu e tentou Acabar com o que seria a grande falha da polícia nos tempos de hoje: **o distanciamento da população.** Infelizmente, o projeto foi praticamente esquecido nos anos posteriores, bem como o investimento na formação humana dos policiais.

**PROJETO POVO
Agora É Para Valer.**

Agora, o governo do Estado quer reverter o quadro. O Projeto POVO está sendo reeditado sem se distanciar do objetivo principal: **policiais bem treinados e comunidade participativa unidos no combate à marginalidade.** Para agilizar o atendimento, **os policiais receberam novas viaturas e motocicletas, equipamentos de alta tecnologia, como celulares e palm tops,** e poderão registrar as ocorrências no mesmo momento, on-line, sem precisar ir até o quartel. Além disso, **a população do bairro vai conhecer cada um dos policiais**

pelos nomes, pois eles vão trabalhar diariamente no mesmo local. Dessa maneira, conhecendo os moradores e a movimentação das pessoas no bairro, eles terão mais condições de prevenir, orientar e agir. **Cada morador deverá ter sempre com ele o número do celular dos policiais.** A convivência e a comunicação direta vão colaborar para a solução mais rápida dos problemas de segurança do bairro.

**Você Mora No Bairro
Receba Bem O Policial
Comunitário Em Sua Casa.**

Os Policiais Comunitários vão explicar o Projeto POVO, **orientar o modo de atendimento e distribuir a Cartilha de Segurança.** E, mais importante, vão fornecer o número do celular que deverá ser utilizado para esclarecer qualquer dúvida que envolva segurança e bem-estar da sua família. O Projeto Povo é uma iniciativa única no Brasil. E quer fazer do seu bairro e da sua cidade um lugar seguro, ordeiro melhor para se viver e progredir.

**Participe, receba bem e seja amigo do seu melhor amigo no bairro.
O Policial Comunitário.**

**POLICIAL COMUNITÁRIO.
O AMIGO CERTO, NO LUGAR CERTO, NA HORA CERTA.**

GOVERNO DO PARANÁ

ILUSTRAÇÃO 5: FOLDER DE LANÇAMENTO DO PROJETO POVO COMO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO.

5 A VOLTA DO PROJETO POVO

Os exemplos do passado e do mundo apontam para o policiamento comunitário como a forma que a polícia atuará no século XXI, a gestão comunitária da segurança pública é a forma inteligente da polícia trabalhar, é possível reduzir o problema da criminalidade se o público estiver ao lado da polícia.

Conforme apurado em 1996, o projeto POVO (original) não foi avaliado pela administração estadual. Para retratar a aceitabilidade do Projeto POVO, utilizou-se em parte os dados da monografia **Atendimento das radiocorrências no 12.º BPM - PMPR: Comparativo do sistema modular de policiamento urbano e policiamento ostensivo volante**. Foi realizada pesquisa Técnico-Científica com amostra do atendimento do POVO Santa Felicidade e do Módulo Policial da Praça Osório.

O novo projeto POVO partiu do projeto piloto de polícia comunitária em andamento em Curitiba cujos coordenadores eram o então Major Roberson Luiz Bondaruk e o Major César Alberto Souza, autores do livro de Polícia Comunitária: Polícia Cidadã para um povo cidadão, cuja primeira edição foi lançada em 2003 junto com o novo projeto POVO.

A base de atuação do Policiamento Ostensivo Volante é a aplicação da filosofia e estratégia de Polícia Comunitária no projeto POVO, ampliando o trinômio Policial treinado – Comunicação – Viatura especial, para:

a. Policial com tríplice responsabilidade:

(1) Responsabilidade Territorial

Baseava-se em setores censitários do IBGE para cada policial, agrupados em vilas ou bairros.³²

(2) Responsabilidade pelos resultados

O policial comunitário é um policial com atuação dentro de sua área, cabe a ele prender criminosos, inibir a criminalidade, solucionar os problemas existentes e melhorar a qualidade de vida da comunidade.

³² O conceito de responsabilidade territorial não é de exclusividade de atuação nas áreas, as viaturas, apesar de identificadas com o nome dos bairros ou vilas que atendem, poderão socorrer áreas próximas e contíguas; o viés do conhecimento será por intermédio da atuação continuada, e não subproduto único de propaganda.

(3) Responsabilidade Social³³

O profissional de segurança pública tem sido um ponto de referência para a população. Porém, mais do que isso, a população deve ver na figura do policial-militar, atuante e prestativo, um zeloso guardião da ordem e disciplina da vida social, digno da confiança e da admiração pública.

Os problemas sociais, aí incluídos os de segurança pública, ultrapassam a capacidade técnica dos órgãos policiais e terão solução efetiva se tratados em conjunto com a comunidade.

b. Comunicações múltiplas

A central com o policial, através da rede-rádio PMPR com um HT para cada policial.

Policial com policial, através da rede-rádio.

Comunidade com o policial através de celulares.

c. Viaturas e estruturas especiais

A Estação Móvel POVO é composta de uma viatura, e de duas até seis motocicletas em apoio, podendo também ser desenvolvida em bicicletas ou a cavalo, uma guarnição de quatro PM até 18 PM, sendo dois na viatura e os demais em motocicletas, em bicicletas, à cavalo, ou a pé, atuando com telefone celular para cada integrante da estação e rádio VHF móvel nas viaturas e VHF portátil para cada policial nas bicicletas ou motos. Ou então rádio troncalizado³⁴, para os comandantes, bases, viaturas e motos possibilitando contatar diretamente a cada um deles, ou a todos simultaneamente.

Cada Estação POVO é designada para atendimento a um determinado sub-setor de policiamento, baseado nos setores censitários do IBGE, e nos fatores criminológicos do bairro, onde se permita que a cada oito meses o policial passe ao menos uma vez em cada domicílio.

Considerando as experiências do passado no Sistema Modular de Policiamento Urbano, Projeto POVO e Projeto Piloto de Polícia Comunitária, cada

³³ Segundo o Instituto *Ethos*, a Responsabilidade Social "é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

³⁴ *truncking*

policial da Estação POVO (executor) deveria ficar responsável por um setor censitário, no máximo dois, aproximadamente 600 domicílios que equivalem a 2.000 (dois mil) habitantes, devendo a escala contemplar turno de patrulhamento preventivo no bairro, turno de visitas nos domicílios, turno de instrução e folga. Assim, uma cidade como Curitiba precisa de aproximadamente 2.400 policiais para patrulhar e cobrir todos os domicílios³⁵, sendo que a distribuição deve respeitar a geografia local, pois há bairros com apenas um setor censitário com 200 moradores por setor, como o bairro do Riviera e outros com 214 setores censitários com 750 moradores por setor, como a Cidade Industrial de Curitiba, razão pela qual as estações são de tamanho variável com 4 a 18 PMs e equipamentos variáveis conforme a topologia do terreno.

Ao invés do bairro se adequar ao pelotão (SMPU) a estação POVO se adequaria ao bairro.

As Estações POVO poderiam se ligar a bases comunitárias fixas.

5.1 OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO POVO 2004

Com o conhecimento das dificuldades o POVO - Policiamento Ostensivo Volante, em meados de 2004, foi instalado no Município de Curitiba (10 bairros), e no interior do Estado, na cidade de Londrina (cinco bairros). No final de 2004 foi instalado em mais 14 bairros de Curitiba e nas cidades de Colombo, Guarapuava, Ponta Grossa e Maringá.

Essas Estações POVO do interior não estavam previstas para esta fase, pois se pretendia em Curitiba a substituição dos "Totens" do projeto Policiamento Ostensivo Localizado.³⁶ e não havia telefone celular habilitado para outras cidades. (fora da Região Metropolitana de Curitiba).

³⁵ Apenas para o Projeto POVO, no máximo 40% do policiamento ostensivo geral.

³⁶ Totem foi criado em maio de 1998 com a finalidade de somar aos demais processos e modalidades de policiamento ostensivos já existentes. Era feito por veículos radiomotorizados com um ou dois policiais armados e equipados prontos para responder às ações de caráter criminal ou assistencial, diuturnamente. Quando a Viatura não está no local definido como ponto de "parada", possibilita ao cidadão acionar a radiopatrulha pelo sistema 190 com a linha telefônica ali instalada, que dá comunicação direta sem precisar de discagem (tal qual um interfone), com o COPOM - Centro de Operações Policiais Militares. [BONDARUK e SOUZA, 2007, P. 32]

As estações em Curitiba também passavam por problemas (a maior parte por resistência interna) conforme exemplo do memorando abaixo, onde foram retirados os nomes das pessoas e OPMs para evitar constrangimentos:

Projeto POVO – Correção de rumos

Principais falhas encontradas até agora:

Foi determinado por este Comandante-Geral, através do memorando 006/2004, que se mobiliassem os bairros com policiais com curso, motorista e motociclistas, e marcada reunião com a participação de todos os bairros envolvidos, DETERMINADA UNIDADE trouxe o REPRESENTANTE DE BAIRRO que não estava contemplado na 1ª fase, gerando constrangimento na apresentação (previa-se a presença do SESP, que felizmente não ocorreu no dia);

A NS 021/2003 Comando-Geral determinou a presença dos motociclistas em curso promovido pela Yamaha, o outra OPM não mandou ninguém;

O memorando 009 propiciou vagas às OPMs para cursos de instrutores de motociclismo, OUTRA OPM não mandou ninguém.

Em 3 de março o memorando 012-2004 determinou que fossem fotografados os policiais, encaminhada a relação com urgência, até 15 de março as fotos não tinham chegado, foi então determinada a presença de todos os policiais no QCG, para fazer a foto, UMA DAS OPMs não compareceu a reunião.

No lançamento do projeto

Nas Estações POVO dos 122 policiais necessários a ativação das 9 Estações oficiais, 45 policiais não são possuidores do Curso de Atualização Profissional em Polícia Comunitária, sendo que NUMA OPM não foi possível fazer uma avaliação mais completa, pois 14 policiais faltaram à reunião.

De outra OPM faltaram à reunião todos os capitães.

Resumo por OPM

com curso	14	38	15
sem curso	24	10	21

A Polícia comunitária está em nova fase.

O governo Federal fará avaliação do projeto.

O governo Estadual faz acompanhamento semanal através do APG, Acompanhamento de Programas Governamentais.

A comunidade faz acompanhamento diário, a mídia está no beneplácito, mas lembrem-se do Toten, no primeiro dia foi desacreditado pela Gazeta do Povo, uma foto dele vazio e a legenda de que permaneceu assim por 4 horas. [PMPR, CG, 2004]

Em 2005 o major Scheremetta assumiu a coordenação do projeto POVO, em seguida foi substituído pelo coronel Celso Roberto Arantes.

Foram ativadas 75 estações do projeto POVO em Curitiba, uma por bairro, na prática o projeto POVO tornava-se semelhante ao de 1994, abandonando as iniciativas inovadoras, como basear-se em setores censitários, conceder poder aos praças de execução para resolver os problemas.

Número de Bairros e Estações: 75; Número de Comandantes: 51; Total de Policiais Militares no POVO: 692; Total de Viaturas POVO: 126; Total de Motocicletas POVO: 152; Total de Viaturas RPA: 17.

Para um bom policiamento é importante considerar a potencialidade de cada Unidade, suas necessidades e o relacionamento com a comunidade somente virá com as visitas, ações preventivas e o bom atendimento.

Em 2006 o coronel PM RR Aramis Linhares Serpa passou a ser o coordenador-geral e o projeto foi estendido para as maiores cidades do Estado:

Foz do Iguaçu, Cascavel, Paranaguá, Apucarana, Pinhais, Toledo, Araucária, Campo Largo, Umuarama, Almirante Tamandaré, Cambé, Arapongas, Campo Mourão, Paranaíba, Piraquara, Sarandi, Francisco Beltrão, Castro, Fazenda Rio Grande, Pato Branco, Telêmaco Borba, Cianorte, Irati, Rolândia, União da Vitória, Cornélio Procópio, Prudentópolis, Ibiporã, Marechal Candido Rondon, Santo Antonio da Platina e Jacarezinho, que se somavam as estações já instaladas em Curitiba, Londrina, Colombo, Guarapuava, Ponta Grossa, Maringá e São José dos Pinhais (estas receberam significativo reforço).

Conforme dados a serem confirmados na contagem geral da população pelo IBGE (2007), em andamento, quatro milhões de pessoas devem estar sendo atendidas pelo projeto.

Segundo informações da imprensa, em 2007 o projeto ainda não foi bem aceito pela população e não conseguiu reduzir a insegurança da população.

Sete em dez curitibanos se sentem inseguros.³⁷

A maioria dos moradores de Curitiba não confia plenamente no trabalho da polícia paranaense, sente-se inseguro ao andar pela cidade e dá uma nota que não passa dos 6,3 para o trabalho das polícias na capital do estado. Os dados fazem parte de um levantamento, encomendado pela Gazeta do Povo ao instituto Paraná Pesquisas, que ouviu mais de 600 moradores da capital na semana em que a Polícia Militar (PM) completou 153 anos. [VOITCH, p. 9]

A pesquisa também mostra que os curitibanos sentem falta de mais policiamento nas ruas e de uma maior integração entre PM, Polícia Civil e Guarda Municipal. Sobre o projeto POVO a pesquisa constatou:

³⁷ Projeto Povo ainda está distante dos moradores, diz pesquisa) Data: 12/08/2007. Autor: Guilherme Voitch, GAZETA DO POVO.

O Projeto POVO – uma das principais bandeiras da política de segurança pública do governador Roberto Requião – ainda está longe de atingir seus objetivos em Curitiba. Implementado há quatro anos, o objetivo do programa é aproximar a Polícia Militar da comunidade, fazendo com que os moradores de determinada localidade conheçam, saibam o nome e tenham os telefones dos policiais que atendem seu bairro ou região. De acordo com o levantamento da Paraná Pesquisas, seis entre dez curitibanos conhecem ou já ouviram falar do projeto, mas, mesmo dentre essa parcela da população, mais de 96% dos entrevistados afirmam não saber o nome dos responsáveis pelo policiamento na sua localidade.

Segundo a pesquisa, 92% dos curitibanos dizem desconhecer o número do telefone pelo qual podem fazer contato com o policiamento comunitário. [VOITCH, p. 9]

Também no mês de agosto a Gazeta do Povo anunciava que o centro de Curitiba seria revitalizado em projeto de R\$ 1,2 milhão, mas que não atendia a antiga reivindicação da volta do módulo policial na Praça Tiradentes. [05/08/2007]

5.2 ORIENTAÇÃO FEDERAL

O projeto POVO faz parte do Programa Estadual de Segurança Pública, tendo recebido recursos federais para sua implementação e expansão.³⁸

Afinal, a Polícia Comunitária é um ordenamento da União, desde o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), em 1996, o qual estabeleceu as experiências de polícia comunitária entre suas prioridades, no PNDH II, em 2002, o compromisso 32 ratifica e expande essa prioridade; igualmente, o Plano Nacional de Segurança Pública, (PNSP) plano estruturado em quatro capítulos que relacionam os compromissos a serem assumidos no âmbito do governo federal, e deste em cooperação com os governos estaduais e outros poderes da sociedade civil. O PNSP também estabelece as ações que serão desenvolvidas para que os resultados esperados sejam alcançados.

Das ações que tratam o Plano Nacional de Segurança Pública, a de n.º 93, que trata da criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, assevera:

“Criar, no âmbito do Governo Federal, um Fundo Nacional de Segurança Pública destinado a apoiar financeiramente o reaparelhamento, reestruturação e qualificação das polícias estaduais e as ações previstas

³⁸ Meta 2 do plano básico - Implantar o Projeto POVO, resultou no convenio 110/2004.

neste Plano, especialmente aquelas voltadas para a implantação de polícias comunitárias, seu intercâmbio nacional e internacional com polícias e líderes comunitários, delegacias especializadas, sistemas de produção e coleta de dados, núcleos de combate à impunidade, investigações de homicídios, chacinas, missões especiais de patrulhamento integrado e estratégias comunitárias.” (BRASIL- 2000)

Em 14 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.201, criou o Fundo Nacional de Segurança Pública, que em seu artigo 4º consagra a Polícia Comunitária como credora do Fundo, o que se manteve com a nova redação dada Lei nº 10.746, de 10 de outubro de 2003.

Mesmo a mudança de orientação no Governo Federal, não retirou de pauta a Polícia Comunitária, conforme prevê o Sistema Único de Segurança, SUSP, que substitui o PNSP:

A metodologia de policiamento denominada “comunitária” recebe nomes diferentes, como “de proximidade” ou “interativa”, conforme os países e as tradições. Mas o que importa é seu conteúdo e os valores que encerra. Esses têm, felizmente, atravessado fronteiras e se expandido no rastro da extensão da consciência cívica democrática e dos direitos de cidadania. Em poucas palavras, policiamento comunitário é a modalidade de trabalho policial ostensivo e preventivo correspondente ao exercício da função policial definida pelo compromisso inalienável com a construção social da paz e com o respeito aos direitos humanos. Equivale também ao aperfeiçoamento profissional, uma vez que implica mais qualificação e mais eficiência na provisão da segurança pública. Os exemplos brasileiros e internacionais são ricos em experiências bem sucedidas de policiamento comunitário, nas quais decrescem as taxas de crimes e as práticas violentas, enquanto cresce, na mesma proporção, a confiança popular na polícia.[...]

Nesse tipo de policiamento, cada policial converte-se em um agente dotado de autonomia e responsabilidade. Cabem a ele ou a ela as tarefas de identificar os problemas da área em que atua e de hierarquizá-los, diagnosticando suas causas imediatas e definindo estratégias de intervenção preventivas, que devem ser acompanhadas criticamente por avaliações sistemáticas, conduzidas em conjunto com os supervisores e os representantes da comunidade local. A identificação e hierarquização dos problemas, cuja finalidade é a composição de uma pauta que servirá ao planejamento das ações policiais, não são trabalhos solitários, factíveis por um profissional isolado. Pelo contrário, dependem da colaboração dos moradores da área, de suas opiniões e de suas observações detalhadas e cotidianas. Os bons profissionais de polícia saberão evitar os pontos de vista que apenas traduzem preconceitos ou que simplesmente traduzem o interesse individual. Também por isso, a supervisão cumpre um papel fundamental.

Essa modalidade de policiamento transfere poder para a ponta, descentraliza, altera a cultura institucional e força a corporação a qualificar melhor seus profissionais.

O soldado que atua nas ruas deixa de ser um autômato cumpridor de ordens. O modelo tende a pressionar a estrutura vertical de poder no sentido de substituir o formalismo das ordens superiores pela discussão

minuciosa de seus conteúdos específicos, sem prejuízo do indispensável respeito à hierarquia. Portanto, a aplicação desse método provocará, naturalmente, a reforma da Polícia Militar, responsável, no Brasil, pelo policiamento ostensivo. Daí, pelo menos em parte, a resistência que costuma despertar – e que não é privilégio brasileiro.

O(A) policial comunitário(a) não pode atuar em territórios controlados por traficantes de drogas ou por qualquer organização criminosa que afirme seu poder de forma ostensiva. Em certas áreas urbanas, esse método só poderá funcionar depois que forem desalojados os bandidos armados e liberada a área para o pleno exercício da liberdade e dos direitos civis. Nas demais situações, constituirá o modo mais eficaz de policiamento e o mais compatível com o respeito aos direitos humanos, mesmo e sobretudo nas regiões mais pobres e desassistidas das cidades. [BRASIL, 2003, p. 39-41]

5.2.1 Pronasci

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), lançado pelo Governo Federal no segundo semestre de 2007, destina-se à prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes sócio-culturais, além de articular ações de segurança pública com políticas sociais, composto por 94 ações, por meio da integração entre União, Estados e Municípios.

Inicialmente, o programa será implementado nas 11 regiões metropolitanas brasileiras mais violentas, segundo dados dos Ministérios da Justiça e da Saúde. São elas: Belém, Belo Horizonte, Brasília (entorno), Curitiba, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória. O governo federal investirá R\$ 6,707 bilhões até o fim de 2012.

O Pronasci irá regulamentar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), já pactuado entre Estados e União, mas ainda não instituído por lei. O SUSP dispõe sobre o funcionamento dos órgãos de segurança pública. Seu objetivo é articular as ações federais, estaduais e municipais na área da segurança pública e da Justiça Criminal. Em relação ao policiamento comunitário prevê:

A instituição do policiamento comunitário é imprescindível ao Pronasci. Trata-se de um conceito de segurança pública que se baseia na interação constante entre a corporação policial e a população. Os policiais comunitários acompanharão sempre a mesma região e serão capacitados em temas como direitos humanos, ética e cidadania – construindo, assim, uma relação de confiança com a população. No Pronasci, o policiamento comunitário será agregado em núcleos. Sempre que necessitar, a população poderá remeter-se a um deles para acionar o serviço. A ação contará com a realização de cursos pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). [BRASIL, 2007, p. 15]

A imprensa já havia veiculado que Bases Comunitárias de Segurança seriam implantadas em todo o país. A fonte da informação seria o coordenador-geral do Departamento de Política, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), tenente coronel Eraldo Marques Viegas e foi feita durante a 3ª Reunião Ordinária de coordenadores estaduais de polícia comunitária, realizada nos dias 30 e 31 de maio, em Goiânia, Estado de Goiás.

“Como será uma política a ser adotada pelos Estados, serão sugeridos projetos para construção das Bases bem como o reaparelhamento e a assessoria de uma equipe do Japão para troca de tecnologia de informação e o intercâmbio e a capacitação para o manuseio dessa tecnologia”
[SENASP, 01/06/2007]

Curitiba como uma das capitais beneficiadas pelo Pronasci poderá então pleitear recursos federais, com a contrapartida de 2%, pra implantação de Bases Comunitárias Fixas, com orientação e apoio do Japão.

CAPÍTULO 6



ILUSTRAÇÃO 6: ROBOCOP: O POLICIAL DO FUTURO.

6 A POLÍCIA DO FUTURO

No capítulo anterior foi relatada a volta do Projeto POVO, apresentado inicialmente como sendo um programa de policiamento comunitário, como aspiração maior da comunidade paranaense, principalmente da curitibana, adaptado à realidade do século XXI.

O projeto, porém, partia de uma falsa premissa, de um engodo, crassos erros do passado que o distanciavam do verdadeiro anseio da população.

Charles Silberman³⁹, afirma que “Quanto mais próximo for o relacionamento entre o policial e as pessoas na sua ronda, quanto mais pessoas ele conhecer e quanto mais essas pessoas confiarem nele, maiores são suas chances de reduzir o crime”.

O projeto POVO através de propagandas se dizia como polícia da família, que cumpriria essa premissa (proximidade e relacionamento)⁴⁰ mas, a prática foi absolutamente outra, a cultura continuou sendo **a polícia do depois** prender, atender ocorrência e combater os criminosos.

O Projeto POVO até poderia ser classificado como um programa de policiamento de resultados, mas não se enquadra na Gestão Comunitária de Segurança Pública, pois a comunidade não foi ouvida.

Os policiais estão encapsulados em carros e motocicletas, pouco se conversa com a comunidade, e embora o projeto determinasse no máximo 2 setores censitários para cada policial, com a colocação de 12 PMs em cada bairro, a média está em 3,2 setores censitários para cada policial, sendo que nos grandes bairros como Boqueirão, Cajuru e Uberaba a média é de 7 setores para cada policial e a situação mais desalentadora é na Cidade Industrial de Curitiba, que segundo o relatório do Projeto POVO 2006, tem 165.748⁴¹ habitantes e conta com uma viatura e 4 motocicletas para atender o bairro.

Se a viatura e a motocicleta não estão no bairro, ou se estão em ocorrência, se estão no quartel fazendo uma refeição, ou se a viatura está em

39 *criminal violence, criminal justice, 1978* artigo de 1978 violência criminal, Justiça Criminal.

⁴⁰ Ver figura 5 [p. 60] com o panfleto do projeto.

⁴¹ Dados do censo 2000, sujeitos a atualização com a contagem populacional 2006/07

reparos, o bairro fica sem a referência. O telefone celular não substitui a **base física**, aquela que se vê, que está próxima.

No capítulo 4 foram mostrados os exemplos de Austrália, Canadá, Cingapura e Japão, com destaque a importante contribuição de Bayley, de que é mais fácil a transportabilidade ou importabilidade de programas, do que a construção de um modelo próprio.

Bayley sabe o que está falando, ele mesmo foi consultor do governo de Cingapura para a implantação do Policiamento Comunitário naquele País, onde o modelo japonês foi o utilizado.

Ninguém duvida que um dos problemas mais urgentes do Brasil é a Segurança Pública, ou mais especificamente a falta de Segurança.

Bondaruk, em sua mais recente obra **A prevenção do crime através do desenho urbano**, alerta:

Nestes momentos de crise, a sociedade clama por soluções rápidas, que dum golpe só resolvam a questão da segurança pública. O problema é que tais soluções rápidas e prontas não existem. O combate ao crime e ao medo do crime é constituído no dia-a-dia das comunidades, não apenas pelas ações da polícia, mas de toda a sociedade, do governo e todos os setores da Nação, congregados e voltados para um mesmo objetivo, estabelecido e perseguido de forma incansável. [2007, p. 53]

Canadá, conforme mostrado, teve programas que começaram a ser implantados em 1997, e outros há mais de 30 anos.

Nos Estados Unidos, segundo Bayley, o policiamento comunitário é mais freqüentemente uma aspiração do que uma implementação.

São Paulo, o estado que possui um dos programas mais bem sucedidos de Polícia Comunitária no Brasil, e que tem a Base Física como suporte, está implantando-o desde 1997.

São Paulo, como está na página 72 desta tese, adaptou-se ao modelo *Koban*, e está sendo citado como exemplo a ser seguido em Portugal.

Na Venezuela, na cidade de Chacao, uma das cinco que compõe a capital Caracas, os módulos policiais são mostra da seriedade com que se implanta naquela cidade uma política de proximidade, que nada mais é que um programa de policiamento comunitário.

Como parte de la política de proximidad, que consiste en que la policia esté cada vez más cerca de la comunidad, el día de hoy estamos inaugurando el

módulo policial en la urbanización El Bosque, que es una de las entradas del Municipio Chacao, este va a ser un punto de contacto permanente con los transeúntes, vecinos y comerciantes.⁴²

Como a parte da política da proximidade, em que as polícias estão cada vez mais perto da comunidade, hoje nós inauguramos o módulo policial no “bairro El Bosque”, que é uma das entradas da municipalidade de Chacao, este será um ponto permanente da reunião com a comunidade, os vizinhos e os comerciantes. [CHACAO, 2006]

Essa notícia entrelaça o capítulo 4 Experiências internacionais com o capítulo 3 Raízes do policiamento comunitário no Paraná, onde os módulos foram apresentados como um revolucionário sistema de policiamento urbano.

Nas entrevistas em anexo, o Cel. Valla afirma que o SMPU seria cópia dos *Kobans*, mas o criador dos módulos, Cel. Bonilauri afirma que não, que se baseou nos postos de trânsito integrados para iniciar seu estudo.

Somos forçados a concordar com o Cel. Bonilauri, de que o sistema Modular não foi cópia dos *Kobans*, pois se fosse, traria também a base teórica, a **Polícia Comunitária**.

Embora no SMPU aos poucos a comunidade e a polícia interagissem, não havia uma liderança, não houve a união necessária para lutar pela segurança pública e pela própria preservação dos módulos.

Como visto no Capítulo 2 Gestão comunitária da segurança pública, este conceito nos remete a uma cultura pública de segurança, que transcende os organismos policiais propriamente ditos, na medida em que mostra o problema como uma questão política de Estado, envolvendo vários outros setores do poder público. Mais que tudo isso, demanda uma liderança não só com o tema, mas também com toda uma política estrutural.

Os bairros mais organizados, com associações de bairros atuantes, mantiveram seus módulos, cerca de 20 deles ainda estão em atividade na cidade de Curitiba. O próprio módulo da Praça Osório, avaliado em 1996 pelo autor desta tese, e reavaliado em 2000, quando o mesmo foi comandante da 1ª companhia, continua atuante, com novos recursos tecnológicos, com a participação da Guarda Municipal de Curitiba; este módulo é mostra que o sistema Modular não foi implantado na sua totalidade, mas os módulos, sua menor fração, continuam a existir.

⁴² Tradução do autor.

O tempo presente traz para a discussão o mais revolucionário Programa de Segurança Pública, o Pronasci [Op. Cit. p. 83], Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Avaliado em sua base teórica, nesta tese, o Pronasci coloca a necessidade de núcleos territoriais, ou bases comunitárias fixas, sem dúvida isso é um reconhecimento dos técnicos e das autoridades federais de que o compromisso com a comunidade deve ser sério, visível.

Quando se tem uma base física obtém-se uma relação de confiança e de proximidade, o que maximiza o emprego de recursos pelas modernas teorias de descentralização na execução e centralização no Planejamento.

Para a efetiva redução do crime e a conseqüente redução do medo do crime, deve-se, urgentemente, **reativar o Sistema Modular de Policiamento Urbano**, inicialmente em Curitiba que é uma das 11 cidades brasileiras beneficiadas pelo Pronasci.

A base física, representada pelos **módulos** em Curitiba e no Paraná, associa uma imagem de proteção, uma segurança objetiva.

Representa também uma descentralização, com os recursos tecnológicos da atualidade os antigos módulos ganham em eficiência e efetividade.

Os registros policiais podem ser feitos diretamente nos módulos, atendendo um dos principais ordenamentos federais, a integração entre as polícias, principalmente entre a Polícia Militar e a Polícia Civil.

Para a Polícia Civil, os registros feitos nos módulos entrarão automaticamente no sistema, e ela, também chamada de judiciária, terá mais tempo para dedicar-se aos crimes mais difíceis, de autoria desconhecida, principalmente a chamada criminalidade organizada e semi-organizada.

O projeto POVO, em 1993, foi a transição para a desativação do sistema Modular de Policiamento Urbano, agora pode ser a transição para a volta do SMPU, conforme a notícia divulgada em março de 2007 no *site* da COHAPAR:

As 1.792 famílias da Vila Zumbi dos Palmares, no município de Colombo, podem contar agora com um novo módulo da Polícia Militar que abriga o projeto POVO (Policiamento Ostensivo Volante). [COHAPAR, 9/3/2007]

O anseio é reconhecido pelo poder público, principal incentivador do projeto POVO.

6.1 ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE

Quando se fala em polícia do futuro a primeira imagem que vêm à cabeça é o filme **Robocop, o policial do futuro**⁴³ que contava a história de Alex Murphy, um policial que atuava nas ruas de Detroit. Após uma perseguição aos suspeitos de um roubo a banco, Alex é brutalmente trucidado ao chegar à Velha Usina (local onde a quadrilha se escondeu), tendo sua mão direita estourada e logo depois seu braço direito arrancado com tiros de armas e seu peito fuzilado, e ainda vivo levava um tiro certo no crânio dando assim o fim de Murphy pela quadrilha do maníaco Clarence Boddicker.

Dado oficialmente como morto, Alex é transformado pela OCP (Omni Produtos de Consumo), uma poderosa multinacional instalada em Detroit, em um moderno e poderoso *cyborg* de combate ao crime, batizado de **Robocop**, dotado da mais alta tecnologia e poder de fogo. Robocop assume o papel de defensor da lei e da ordem nas ruas da decadente Detroit, que está carcomida pelo crime e pela corrupção.

Antes do *cyborg* a OCP tentara fazer robôs, mas os resultados foram desastrosos, com destruição dos robôs ou a morte dos técnicos.

Atormentado pelas lembranças de Alex Murphy, sua verdadeira identidade, o Robocop passa a realizar com mais humanidade suas missões e assume uma postura vingativa contra a *gang* que o matou e contra o corrupto diretor da OCP, Dick Jones. Murphy consegue tanto vencer a sua programação⁴⁴ quanto ao robô original, apresentado anteriormente como mais poderoso.

Mesmo nessa ficção científica a parábola entre o bem e o mal se faz presente, a máquina e o homem, e uma realidade é afirmada, segurança pública não será substituída por máquinas.

⁴³ Título Original: "Robocop" (1987)

Realização: Paul Verhoeven

Argumento: Edward Neumeier & Michael Miner

Atores: Peter Weller – Alex Murphy / Robocop; Nancy Allen – Anne Lewis; Ronny Cox - Dick Jones Kurtwood Smith - Clarence Boddicker;

⁴⁴ i."Serve the public trust" (Servir à população) ii."Protect the innocent" (Proteger o inocente) iii."Uphold the law" (Cumprir a lei) iv."Classified" (Classificado. Esta era a diretiva que o impedia de atacar executivos da OCP)

David Bayley, é autor do livro *Police for the future* (A Polícia do Futuro) ainda sem tradução para o Brasil.

Na resenha em sua página na internet, o livro é apresentado como fruto de suas pesquisas na Austrália, Canadá, Grã Bretanha, Japão, e nos Estados Unidos.

David Bayley, demonstra nessa obra que a integração entre os agentes de segurança e a comunidade é mais eficiente do que carros e outros equipamentos no aparato policial.

Bayley analisa o que as polícias estão realizando em sociedades democráticas modernas, e pergunta se as organizações das polícias estão usando seus recursos eficazmente para impedir o crime e o medo do crime.

Detalhadamente avalia alguns dos obstáculos principais à prevenção eficaz do crime, descreve algumas das reformas que estão sendo testadas pelas polícias, e explica as escolhas que as sociedades modernas têm com respeito a criar forças policiais eficazes.

Em seu capítulo final, Bayley descreve e advoga alguns papéis novos e originais para a força das polícias. Primeiramente, recomenda criar um título novo do trabalho para polícias “o policial da vizinhança”.

O oficial de polícia da vizinhança, ou NPO (*neighborhood*=vizinhança) para Bayley, transformar-se-ia em protetor geral, como no campo da medicina fazem os médicos da família (médico em casa).

De acordo com Bayley, NPOs já estão sendo empregados tão largamente quanto policiais convencionais da patrulha (p. 146). O foco principal de seu trabalho seria diagnosticar e resolver problemas da comunidade. O desempenho de um NPO seria avaliado nos termos de seu conhecimento das necessidades do local e de sua habilidade de formular os planos que conduzissem a uma redução daquelas necessidades (p. 148).

Em seguida, Bayley conclama para as mudanças principais na estrutura organizacional das polícias.

Descreve como as unidades básicas das polícias devem ser, define como responsabilidade territorial e a unidade de comando devem ser menores, (descentralização) (p. 152).

Essas unidades descentralizadas focalizariam o crime e a desordem aparente, não de forma repressiva, mais através do *accountable* (servindo o cliente) para qualquer coisa.

Finalmente, o professor Bayley gostaria de ver as tarefas da gerência superior literalmente reconstruídas. Os comandantes devem pensar sobre “a macro-gerência” e evitar a micro-gerência. Algumas das habilidades que necessitariam são: um conhecimento do que está acontecendo em sua organização, uma consciência dos problemas potenciais, a habilidade de propor e iniciar reformas, uma ênfase forte na avaliação de programas, a habilidade de se ajustar às novas práticas organizacionais, e incentivar uma cultura proativa em relação ao crime. Os sistemas policiais devem ser estratificados de acordo com os indicadores do desempenho, e principalmente com a vontade do cliente (p. 159).

Dessa resenha concluímos que, para Bayley, a polícia do futuro, é a polícia do passado, a centenária polícia do Japão, a polícia inglesa do século XIX, aquela em que a polícia é o povo e o povo é a polícia, que tem suas premissas em resgatar a fé do público e proteger o inocente, para só então sustentar a lei.

CAPÍTULO 7



ILUSTRAÇÃO 7: DESENHO FEITO POR CÉSAR LOBO: CIDADE ILUSTRADA – CURITIBA.

7 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho foi-se descortinando o que faz a sociedade. Como se constituiu a sociedade brasileira, qual o pacto que fizemos e juramos respeitar. As leis que seguimos.

A Constituição Federal apresenta em seu preâmbulo:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. [Op. Cit. p. 9]

A Polícia é uma instituição, instrumento de autoridade política, sua origem etimológica foi bem mostrada. A *polis*, raiz de polícia e de política, emprega esse poder em nome dos interesses coletivos. É uma organização burocrática cheia de místicas formais e informais. É também uma profissão caracterizada por interesses e cultura próprios.

Essas relações de poder, no Brasil, desde o nascedouro das polícias, são relegadas a um segundo plano. Inicialmente, antes da chegada do príncipe regente, a Polícia era para os escravos, para os negros e mulatos. Ela capturava, castigava, conferia as alforrias. Para os Nobres havia a justiça.

Tanto no Brasil quanto no mundo, durante a maior parte da história, a segurança pública não apenas dependia, como também era, de fato, exercida pelas próprias comunidades.

No Brasil a primeira polícia veio para proteger a corte portuguesa dos nativos. Na primeira República consolidou o poder dos marechais, em 30 garantiu a governabilidade de Vargas e em 64 dos generais.

Na volta do Estado democrático de direito a polícia tem que proteger o cidadão, tem que atuar na segurança pública, na defesa social.

Logo no parágrafo único do artigo primeiro de nossa Carta Magna se lê: "Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes ou diretamente, nos termos desta Constituição." [Op. Cit. p. 9]

A **gestão comunitária da segurança pública**, vista no capítulo 2 deste trabalho, nada mais é do que uma forma de implementar essa democracia participativa do parágrafo único, a influência direta do cidadão nos rumos da segurança pública, desde a sua autoproteção até a definição das prioridades a serem implementadas.

E entre as prioridades apresentadas nesta tese, está a implementação do Sistema Modular de Policiamento Urbano, conforme o descrito no capítulo 3: **raízes do policiamento comunitário no Paraná**.

A concepção comunitária e sistêmica dos módulos policiais demonstrou nas diversas pesquisas apresentadas⁴⁵ um confiança potencial de 83,87%, e ainda hoje (2007) a população de Curitiba quer a volta dos módulos.

O Japão tem bases comunitárias fixas desde 1879, e conforme relatado no capítulo 4: **experiências internacionais**, esse sistema pode ser exportado e adaptado, como o foi para Cingapura, quando o sistema *Koban* foi praticamente copiado, ou adaptado como aconteceu no Canadá, sendo que o sistema canadense serviu de base para a Austrália. O Brasil já teve suas incursões no policiamento comunitário, e um dos programas mais promissores está em curso no Paraná.

O projeto POVO em sua primeira versão 1993 não tinha a filosofia de polícia comunitária e se apresentava como módulo móvel, este descrédito, acumulado com o fracasso dos totens, vêm dificultando a implantação do novo projeto POVO, apresentado no capítulo 5: **volta do projeto POVO**.

Conforme discutido amiúde na p. 79, os curitibanos ainda sentem falta de mais policiamento nas ruas e de uma maior integração entre a Polícia Militar e os demais órgãos encarregados da segurança pública. O projeto POVO como policiamento comunitário é apenas um embrião, falta agregar-lhe um valor: **a base física**.

No capítulo 6 **a polícia do futuro**, discutiram-se os principais tópicos deste trabalho, buscando como se orientar para o futuro, como a base física pode dar uma segurança objetiva ao cidadão, a visão futurista de uma sociedade moderna

⁴⁵ 1982 pela Intermarketing S/C, [op. cit. pp. 34,35,36], 1996 por SOUZA, Cesar Alberto, [op. Cit. p. 39-44]

decadente através das lentes de Paul Verhoeven⁴⁶. A parábola de 1997 poderia estar retratando o Brasil de 2007. De fato, assistimos ao domínio mundial por parte de um grupo minoritário de grandes empresas (que controlam inclusive a mídia), a corrupção é uma realidade (no filme, personificado pelo presidente da OCP) e assiste-se, tal como em Robocop, a um crescente e gritante aumento da violência por parte do crime organizado, do narcotráfico, violência essa, cada vez mais presente.

A moral da parábola serve para a nossa compreensão do tema. A humanização! Assim como Murphy renasce, mais forte, melhor equipado, mas sem perder sua humanidade, o Sistema Modular deve renascer, ou apenas acordar, com sua filosofia de policiamento comunitário, conforme mostrado no capítulo 5.

O futuro é hoje. A polícia que nos interessa é a que podemos construir, com paciência e colaboração de todos.

A BASE FÍSICA É FATOR FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO, PARA A EFETIVA REDUÇÃO DO CRIME E A CONSEQÜENTE REDUÇÃO DO MEDO DO CRIME.

A partir desta tese, com os experimentos já realizados em Curitiba, pode-se iniciar um programa de transição entre o Projeto POVO e o SMPU.

O cronograma de implantação do Sistema Modular de Policiamento Urbano poderá ser fixado pelo Gabinete de Gestão Integrada do Município de Curitiba, considerando o aporte de recursos federais para implementação e capacitação dos policiais e da própria comunidade

Como visto, o presente tema é por demais amplo, e não se esgota nesta tese, que se constitui em ponto de partida para uma avaliação dos resultados alcançados pelo policiamento comunitário no Paraná e como se poderá efetivamente alcançar a gestão comunitária da segurança pública.

⁴⁶ produtor e diretor de Robocop

REFERÊNCIAS

- AMARRIBO, Amigos Associados de Ribeirão Bonito, **Manual anticorrupção**. apoio instituto Ethos e Transparência Brasil disponível em www.kas.de/db_files/dokumente/7_dokument_dok_pdf_10087_1.pdf acessado em 10 de setembro de 2007.
- BAYLEY, David H. e SKOLNICK, Jerome H. **Nova polícia: Inovação na polícia de seis cidades norte-americanas**. Tr. Geraldo Gerson de Souza, Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. 2ª Edição. São Paulo: EDUSP (série Polícia e Sociedade nº 1) 2002.
- BAYLEY, David H. **Police for the future. Summary**. www.albany.edu/scj/bayley.htm, acessado em 3 de outubro de 2007.
- BECCARIA, Cesare – **Dos delitos e das penas**, afiliada ABDR, 2001.
- BONDARUK, Roberson Luiz. **A prevenção do crime através do desenho urbano**. Curitiba. Do autor, 2007.
- BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA, César Alberto. **Polícia comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão**. 3 ed. Curitiba: Comunicare, 2007.
- BRASIL Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Relatório de gestão 2003 – 2004 – 2005**. disponível em <http://www.mj.gov.br/senasp/SUSP/SUSP.pdf>, acessado em 05 de maio de 2007.
- BRASIL, Secretaria Nacional de Segurança Pública , **Manual para elaboração de convênios 2003** disponível em <http://www.mj.gov.br/senasp/FNSP/manual.pdf>, acessado em 07 de junho de 2004.
- BRASIL, PNDH. **Programa nacional dos direitos humanos**. Decreto federal 1904, de 13 de maio de 1996.
- BRASIL, PNDH II. **Segundo programa nacional dos direitos humanos**. 13 de maio de 2002.
- BRASIL, Secretaria Nacional de Segurança Pública, SUSP. **Plano nacional de segurança pública**, disponível em <http://www.mj.gov.br/senasp/pnsp.pdf>, acessado em 17 de outubro de 2003.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).
- BRASIL. Ministério da Justiça. **PRONASCI – Programa nacional de segurança pública com cidadania**. disponível em: http://www.mj.gov.br/banner_pronasci acessado em 05 de setembro de 2007.
- CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia da era Vargas**. UNB. 1994.

CARVALHO, Glauber Silva de. **Policamento comunitário origens**, Núcleo de Estudos da Violência/USP, material distribuído no primeiro Curso Nacional de Polícia Comunitária, 1999.

CAVALCANTE NETO, Miguel Libório **A polícia comunitária no Japão: uma visão brasileira** Major PM – Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1996.

CERQUEIRA, Carlos Magno de Nazareth, Org. **Do patrulhamento ao policiamento comunitário** – Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

CERVO, A. L. e BERVIAN, P. A.. **Metodologia científica**, Ed. McGraw-Hill, São Paulo, 2. Ed, 1978.

CHACAO. Início \ Noticias \ **Chacao activa nuevo Módulo Policial en El Bosque** – disponível em <http://www.chacao.gov.ve/noticiasdetail.asp?Id=1860> acessado em 3 de outubro de 2007.

COHAPAR, www.pr.gov.br/cohapar notícia de 9/3/2007 acessado em 3 de outubro de 2007.

CONTE, Augusto. **Reorganizar a sociedade**. 1822, Trad. Antonio Geraldo da Silva, Escala, 2007.

CPC, Comando do Policiamento da Capital. **Projeto para implantação das estações de policiamento móvel – POVO**, 1993.

DA SILVA, Jorge. **Segurança pública e polícia: criminologia crítica aplicada**. Rio de Janeiro/RJ: Forense. 2003.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. 13 ed. Brasiliense, 1994.

DANTAS, George Felipe de Lima. **Em busca de um modelo de gestão da segurança pública: policiamento comunitário**, 2007.

DANTAS, George Felipe de Lima. **O que é polícia comunitária?** 2004.

DEJOURS, Christopher – **A banalização da injustiça social**, Fundação Getúlio Vargas editora, 3ª edição, 2000.

DESCARTES, René – **Discurso do método regras para a direção do espírito**, afiliada ABDR, 2001.

DIAS NETO Theodomiro **Em busca de um conceito de “nova prevenção”**. Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas. RECJ.03.01/06 disponível em www.pgj.ma.gov.br/ampem/ampem1.asp, acessado em 24 de julho de 2007,

DIMENSTEIN, Gilberto – **Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil**, Companhia das letras, 1996.

DOLLE, Jean Marie. **Para compreender Jean Piaget**, 2 ed., Zahar, 1978.

FRAZIER, Thomas, **Community Policing**. I Fórum Internacional de Polícia Comunitária e Direitos Humanos, 3 a 5 de novembro, Anhembi, São Paulo: 1999.

GAARDER, J. **O mundo de sofia**. Romance da História da Filosofia. São Paulo: Campanhia das Letras, 1995.

GIBRAN, Khalil – **O profeta**, Vozes Ltda: 1974.

GONZAGA JR, Luis, **Alô Alô Brasil**, LP EMI-Odeon: 1983

GORBACHEV, Mikhail. **Perestroika, novas idéias para o meu país e o mundo**, Tr J. Alexandre. 5 ed. Best Seller, 1987.

ISPPC, Instituto São Paulo Contra o Crime. **Relatório da visita em 1997 ao Canadá**. 1998,

ISTO É, revista – **Não dá mais; insegurança, violência, corrupção, incompetência, exclusão social e omissão**, Ed. Três, edição nº 1666, 2001.

JEAN – Paul Brodeur (organizador). **Com o reconhecer um bom policiamento: problemas e temas**. São Paulo EDUSP (série Polícia e Sociedade nº 4) 2002.

JICA Agência de Cooperação Internacional do Japão **“Koban” para o mundo! – Polícia Comunitária no Estado de São Paulo** disponível em <http://www.jica.org.br/pt/content,0,0,938,0,0.html> acessado em 9 de setembro de 2007.

LEEDS, Elizabeth. **Entrevista David Bayley**, Tradução: Liana de Paula, Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 1, Edição 1: 2007

MACLUHAN, Marshall **O meio é a mensagem**

MARCINEIRO, Nazareno e PACHECO, Giovani C. **Polícia comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI**. Editora Insular. 2005.

MATÉRIA JORNALÍSTICA – **Caso de polícia, conselhos para a sua segurança**, fonte jornal Verde Curitiba: 2001.

MINAS GERAIS, **Anais do I encontro de comandantes de policias militares do Brasil**, PMMG, 5v. 1987.

Ministério das relações exteriores. **Mundo Afora: programas de combate à violência urbana**. Gráfica Vera Cruz – Brasília/DF. 2005.

MONET, Jean Claude, **Polícias e sociedades na Europa**. Tr. Mary Amazonas Leite de Barros, original 1986, versão brasileira, EDUSP, 2001.

MUSUMECI, Leonarda (coord.), MUNIZ, Jacqueline, et. al. **Segurança pública e cidadania: a experiência de policiamento comunitário em Copacabana (1994-95)** Rio de Janeiro, ISER, 1996..

OLIVEIRA JUNIOR, João de, **O caos vem computadorizado**. São Paulo, Cartagraf, 1987.

OSBORNE, David e GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo**. 2. ed. Brasília : MH Comunicação, 1994.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Segurança Pública, **CCS – conselho estadual de segurança pública**. 1984.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Segurança Pública, **Plano estadual de segurança**. 2003.

PLATÃO. **A república: diálogos III** Tr. Leonel Vallandro, Coleção a universidade Ediouro, 1980.

POLÍCIA COMUNITÁRIA: O exemplo do Canadá. Instituto São Paulo Sem Medo. TV Globo de São Paulo: 1998

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Comando-Geral**, memorando 008, coordenação Geral do projeto POVO de 2004.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. - **Avaliação de resultados das OPM e OBM da PMPR**. Diretriz PM/3 - N.º 002/2002.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. **PM/3 - Projeto para implantação de estações de policiamento volante – POVO**. 1993.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Um novo sistema de policiamento urbano - O policiamento ostensivo particularizado por áreas**, Manoel Abreu de Moraes, 1980.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ., Polícia Militar do Paraná. - **Policiamento comunitário na PMPR: Projeto POVO**, Diretriz PM/3 N.º 002/2004.

POMBO, Olga. **O meio é a mensagem**. Universidade de Lisboa, Departamento de Educação. Faculdade de Ciências: 2006.

PORTO JÚNIOR, **Mundo afora: programa de combate à violência urbana**, Gráfica Vera Cruz – Brasília/DF. 2005.

Revista Isto é, N.º 1571 – 10 de novembro de 1999.

Revista Superinteressante, N.º 11, ano 10, novembro de 1996.

ROBOCOP: **O policial do futuro**. Título Original: "Robocop" (1987). Realização e Direção: Paul Verhoeven; Argumento: Edward Neumeier & Michael Miner. MGM, Orion:1987.

ROLIM, Marcos F. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

SÃO PAULO, Polícia Militar do Estado de, PMESP. **Orientações para instalação e manutenção da Base Comunitária de Segurança – BCS**. CPC, 2000.

SEBRAE. **Qualidade total** - 1. Fascículo. Folha de São Paulo : Disponível em www.folha.uol.com.br acessado em 7 de dezembro 1996.

SILBERMAN, Charles. **criminal violence, criminal justice**, New York: Random House, 1978.

SILVA, Eurico João: **Intervenção social e institucional – relações institucionais dos comandos locais de polícia**, Palestra em Queluz aos 6 de Maio de 2004.

SIMÕES JR. José Geraldo. **O pensamento vivo de Maquiavel**. Martin Claret: 1986.

SKOLNICK, Jerome H. e David H. Bayley. **Policamento comunitário: questões e práticas através do mundo**. São Paulo: EDUSP (série Polícia e Sociedade nº 6) 2002.

SKOOLNICK, Jerome H. e David H. Bayley. **Nova polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas**. 2ª Edição. São Paulo EDUSP (série Polícia e Sociedade nº 2) 2002.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro. Sextante, 2006.

SOUZA, César Alberto, Cap. PMPR. **Comparativo do sistema modular de policiamento urbano e policiamento ostensivo volante**, APMG/ CAO/2 1996.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policamento comunitário: como começar**. 2. ed. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalho**. v. 2. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

VINADE, Gelson. **Policia comunitário: comunidade cidadã**. Rio Grande do Sul: Autêntica. 2002.

VOITCH, Guilherme. **Projeto Povo ainda está distante dos moradores, diz pesquisa**. Gazeta do Povo. Curitiba, 12 de Agosto de 2007.

ANEXO I

ENTREVISTAS 1996 PARA O TTC/CAO ATENDIMENTO DAS
RADIOCORRÊNCIAS NO 12.º BPM - PMPR: COMPARATIVO DO SISTEMA
MODULAR DE POLICIAMENTO URBANO E POLICIAMENTO OSTENSIVO
VOLANTE

Entrevista completa com o criador do SMPU, Cel PM RR Ângelo Rogério

Bonilauri:

1. Uma avaliação sobre o SMPU concepção frente aos princípios e variáveis doutrinárias do policiamento ostensivo.

O Sistema Modular de Policiamento Urbano apresenta como premissa básica, que o policiamento ostensivo em áreas urbana, para ser eficaz frente ao aumento contínuo da criminalidade e da violência deve ser executado por grupos operacionais reforçados, que atuem mediante revezamento, de força a cobrir sempre uma mesma área diuturna e ininterruptamente. Esta forma de atuação, evidentemente, a única que realiza o maior grau possível de presença preventiva sobre uma área, pois o cobre por 24 horas. O efetivo maior por turno, em número de homens comparativamente às radiopatrulhas, capacita para ações repressivas imediatas, de alto impacto, quando a situação assim o exigir. - A partir desta premissa, foi criado o MÓDULO DE POLICIAMENTO URBANO, que é um conjunto operacional composto por:

a) Uma guarnição correspondente ao efetivo de um pelotão orgânico da Companhia de Policiamento Urbano da OPM da área. Os quadros das OPM seriam organizados nos moldes do sistema constituindo o pelotão de policiamento urbano por um Grupo de Comando normal, quatro grupos operacionais para revezamento nos turnos de serviço, e mais um grupo de *recompletamento* para alocar pessoal de reserva destinado a completar as faltas que ocorressem no turno de serviço;- fazendo com que o grupo sempre trabalhasse com o efetivo completo;

b) Um posto policial padrão, com as cores das viaturas operacionais, ostensivo, para facilitar a identificação pela clientela;

c) Recursos técnicos e materiais, de transporte, comunicação, armamento, etc, [sic] - conforme as disponibilidades orçamentárias e planejamento da Seção de Operações da OPM, desde que condizente com as diretrizes do Estado Maior.

-Acionado conforme a concepção original, o módulo apresenta-se como menor elemento de emprego descentralizado, e seria capaz de proporcionar na sua área de atuação, segurança aproximada, diuturnamente do policiamento ostensivo, mesmo o revezamento da presença pessoal permanente e ininterrupta para o cidadão e para a comunidade, grupos completos -, por turno, seria feito no próprio posto, não proporcionando nunca períodos descobertos. No caso de deslocamentos para dar encaminhamento ou atendimento às ocorrências, sempre resta pessoal para cobertura da área, o que não ocorre com o policiamento tipo radiopatrulha, que ao deslocar-se deixa sua área descoberta, geralmente por muitas horas, propiciando a ação criminosa nesta ocasião e deixando a clientela insegura sem ter a quem recorrer no caso de necessidade,

- Os grupos com maior efetivo comparando-se as outras formas de policiamento bem equipadas e apoiados, com um ou mais tipos de viatura, teriam maior capacitação para desencorajar a ação de marginais, que se agrupam para fazer frente à duplas ou grupos menores de policiais como vemos freqüentemente em logradouros públicos, onde a presença de uma radiopatrulha não inibe a formação de grupos de marginais à espreita de uma vítima.

São inovadores os conceitos de *recompletamento* e de Desenvolvimento(desdobramento) das áreas de cobertura, a saber:

- para propiciar a continuidade dos serviços, face aos afastamentos dos elementos por exclusão, saúde, férias, cursos, seria acrescido no pelotão quaternário operacional, um grupo de igual valor para *recompletamento* de faltas.

Este artifício não é utilizado nem nos Quadros de Organização, nem na prática operacional da OPM, mesmo que preconizado desde 1978, pelo Estado Maior da Corporação, e apesar das OPM sempre sentirem a falta de reserva, que acaba sempre por levar à descontinuidade e paralisação de serviços que são implantados sem considerar esta necessidade, Cabe ao Comando da OPM estar atento e manter um rigoroso controle sobre a flutuação do efetivo, e tomar as medidas necessárias sempre que os valores negativos se aproximarem de uma situação que lê:e à diminuição dos efetivos dos grupos nos turnos de serviço, o que tem de ser evitado a todo custo, e pode ser evitado, já que no Sistema Modular são previstos os mecanismos e criadas as condições, para tal procedimento. Basta dedicação do sistema administrativo.

- Outro aspecto inovador, dentre muitos, é que o desenvolvimento da OPM que ainda não tenha completado seu efetivo orgânico e atue sobre uma área em expansão, será feito através de fração de tropa completa, acima de pelotão, que iniciará as atividades operacionais na forma de acionamento de um módulo completo. Este procedimento repete-se até a OPM completar o seu

quadro orgânico, e sedimentar a atuação sobre sua área. De outra forma, quando as necessidades de uma área requerem policiamento tipo Modular Urbano, sendo que não existe estrutura de OPM Modular para expandir os serviços, deve ser criada em Quadro Organizacional, uma SUB-UNIDADE de Policiamento Modular, que completada na sua estrutura administrativa e de comando, acionará inicialmente um pelotão operacional, correspondendo; a um módulo, iniciando o processo na área. Note-se que é um procedimento completamente inovador, até revolucionário, que daria plenas condições para a Polícia Militar acompanhar o processo de expansão da sociedade, mas que, em contrapartida, exige dedicação trabalho, planejamento, acompanhamento e sobretudo vontade política do Escalão de Comando e Sistemas administrativos de Gerência que no mínimo devem estar firmemente coesos dentro de uma unidade de doutrina, sem dúvida, vital para a Corporação. O costume tradicional é simplesmente alegar-se falta de pessoal e meios, sem a projeção antecipada da estrutura de pessoal, nem de recursos financeiros, que quando aceita pelo escalão superior redundam em um aumento do número de homens que logo são absorvidos pelas demais emergências paralelas que sempre existem.

Mesmo que omitindo-se uma série de consideração que exigiriam um estudo mais aprofundada verifica-se que o Sistema Modular de Policiamento Ostensivo revoluciona como forma de atuação todos os princípios e variáveis doutrinarias do policiamento ostensivo, pois o próprio sistema encerra nas suas premissas, a sua doutrina própria, baseada na experiência de dezenas de anos de serviços junto à sociedade e sob as mais diversas orientações e administrações governamentais, - desde 1961, quando o então Comandante Geral Cel. PM Orlando Xavier Pombo colou nas ruas, somente no período noturno das 20 h 00 min. às 24 horas, as duplas de policiais sob a supervisão do próprio Cmt Geral, recebiam suas áreas de destino aonde se dirigiam - ida e volta a pé, e eram fiscalizadas pelo único Jeep disponível pelo *Oficial de Dia* do então Batalhão de Guardas. Esta mudança, radical na época, exigiu a supervisão e acompanhamento do próprio Cmt. Geral já que implicava em uma mudança de atitudes e mentalidade. Já que a variável comportamental é de grande relevância.

O Sistema Modular encerra em si próprio a sua doutrina particularizada e a sua metodologia de execução, baseado nos aspectos práticos e reais das áreas localizadas, frente à contravenção, criminalidade e violência típicos, e não em princípios e variáveis doutrinárias a maior parte das vezes advindas da comparação com a doutrina militar baseada em operações de guerra contra um inimigo que tem de ser destruído,

A partir de sua premissa básica, o Sistema Modular encerra com históricas discussões e, controvérsia e debates a respeito de emprego de pessoal, de menor fração de emprego, de percentuais numéricos de efetivo policial para população, que em nada contribuíram ao longo dos anos, para tornar a Polícia Militar uma empresa dinâmica e coesa capaz de acompanhar o desenvolvimento social de forma eficaz quanto a sua organização, sem pulverizações e deformidades estruturais face a organização tipicamente militar que obrigatoriamente deve conservar, para preservar sua posição especial face ao funcionalismo público civil e por imposição constitucional como força auxiliar do Exército Nacional.

A vinculação do grupo operacional à estrutura organizacional da OPM elaborada conforme as necessidades e premissas do sistema, coloca em operações grupos homogêneos e estáveis, em todos os turnos de serviço, oferecendo uma padronização em nível de atendimento ao público que não encontra similar em nenhum; dos tipos de policiamento ostensivo em uso na Corporação. O desenvolvimento do Sistema Modular sendo feito por implantação sucessiva de módulos aliada à sistemática de estabelecer nova unidade para atendimento de novas áreas, quantifica e define exatamente o "tamanho" do Batalhão Modular, encerrando igualmente as discussões a este respeito que muitas vezes acabam provocando o inchamento da OPM levando a efetivos de até mais de 1.000 homens por Batalhão PM São Paulo, por exemplo o que redundam em grande prejuízo para as funções de comando, controle, disciplina, supervisão, instrução, e outros.

Por outro lado a Unidade de Policiamento Urbano, compartimentada rigidamente em uma estrutura especializada imposta pelo próprio modelo, trabalha livre de pressões e de questionamentos quanto ao seu emprego de pessoal, já que todas as atividades se processam voltadas para fora da organização com ênfase nos resultados evitando distorções de qualquer espécie, como desvio de pessoal para outras atividades.

2.- Uma avaliação sobre como foi a implantação do SMPU as dificuldades enfrentadas na implantação:

- A implantação (parcial e sem as condições planejadas)- do Sistema; Modular em Curitiba, não apresentou nenhuma dificuldade, visto que o Comando da Corporação contava com todas as

condições ofertadas pelo Governo do Estado através da Secretaria de Segurança Pública, que tinham o máximo interesse em apresentar uma proposta inovadora de forte impacto, para uma população carente de segurança. Infelizmente, o que ocorreu, foi falta de vontade política em nível de Comando da Corporação, para refrear as distorções e corrigir os erros decorrentes de uma implantação atropelada e extemporânea, efetuada para atingir objetivos políticos do momento, sem a observação da metodologia, das ações preparatórias, da preparação do pessoal prescritas no plano original.

- Deixou o Comando subsequente a implantação do protótipo, de atuar de forma a que diversas etapas que garantiriam o sucesso do projeto, fossem cumpridas gradativamente, conforme planejado, até o nível de Batalhão Modular protótipo (16 módulos), Pior ainda, a ação demagógica e eleitoreira por Comandantes que detinham interesses políticos, prosseguiu de forma suicida para o Sistema, mediamente uma série desmesurada de implantações de postos, desvinculados de qualquer estrutura organizacional ou orçamentária, guarnecidos por um ou dois homens sem comando, algumas horas por dia, excluindo qualquer possibilidade de uma reimplantação nas bases programadas inicialmente, e decretando o triste fim de uma aspiração honesta e idealista, de colocar a Polícia Militar no mais alto nível de confiança e orgulho da população paranaense, na área da segurança pública.

- Por outro lado, as dificuldades que impediram o funcionamento do sistema em nível operacional, na forma concebida, ocorreram no âmbito do público interno participante, o qual, sem o direcionamento e incentivo do escalão superior, reagiu negativamente, por falta de conscientização e preparo para assimilar as mudanças de atitude, de comportamento e de mentalidade exigidas pelo novo modelo. Oficiais intermediários, subalternos e graduados sentiram-se diminuídos no seu "status" por concorrerem às jornadas de trabalho junto aos seus subordinados, comandando-os, e dirigindo viaturas, transportando soldados subalternos.

Perdeu a Polícia Militar, que por inoperância e comodismo de seus próprios componentes, deixou de adotar como padrão operacional de policiamento urbano, um Sistema original inovador e capaz de eliminar uma Série de distorções e conflitos de jurisdição que impedem a Corporação de projetar-se no conceito nacional e até internacional.

3- Uma avaliação política sobre o SMPU.

Compete ao Governo garantir a segurança do cidadão em nível individual, familiar e coletivo (comunitário). Os órgãos da Segurança Pública responsáveis para prover esta segurança, são a Polícia Civil e a Polícia Militar.

No aspecto institucional, jurídico e legislativo, ambas as Corporações têm as suas estruturas organizacionais e competências claramente definidas: - Os componentes da Polícia Civil, são agentes da lei, representantes do Sistema Judiciário; na promoção da justiça.

- Os componentes da Polícia Militar são agentes da ordem representantes do Sistema Executivo na promoção da segurança e paz social.

No aspecto operacional, todavia, cada organização procura sobressair-se perante ao Governo, conflitando-se nos seus interesses e ações externas extrapolando as suas competências e jurisdições legais, transmitindo para o povo uma imagem de desordem e desorganização, mascarado pelo pretenso empenho em mostrar serviços, pela qual em última análise o Governo é responsável.

A situação atinge níveis absurdos quando vemos grupos de policiais civis ostensivamente identificados, homens e viaturas, fortemente armados, desenvolvendo ações repressivas de guerra, típicas até das Forças Armadas, acompanhadas e registradas pela imprensa e televisão, ao vivo transmitidas para todo País. Por outro lado, vemos a Polícia Militar trabalhando como polícia secreta, formando grupos de investigação que trabalham sem uniforme e procedendo torturas em suspeitos para extrair informes criminais, bem fora das suas atribuições legais.

Cabe ao Governo definir oficialmente uma política para o segmento específico- segurança pública-, através da legislação pertinente: - Lei de Diretrizes e Bases, para que os órgãos responsáveis possam estabelecer suas formas de atuação mediante projetos que levem à consecução dos objetivos preconizados, dentro dos programas orçamentários específicos.

Falta definição política de Governo, cabe aos escalões dirigentes apresentar propostas através dos canais de comando para apreciação superior. A aprovação de tais propostas define a política de governo para a atividade considerada, sendo traduzida em documentos oficiais. Tal procedimento não é adotado na Segurança Pública. As propostas, quando existem, são aprovadas quando muito em nível de Comando Geral, e tem efeito temporário, até surgirem outras necessidades ou mudança de governo e de comandante.

Na execução do policiamento urbano, aplicam-se fórmulas múltiplas e variadas, sem qualquer vínculo com a estrutura organizacional na OPM da área. O policiamento se pulveriza e passa a trabalhar apoiado no Soldado ou em duplas, sobre os quais recaem todas as responsabilidades das decisões que Devem ser tomadas nos momentos críticos, enquanto permanecem ociosos nos quartéis os comandantes, sargentos e Tenentes-, que deveriam participar ativamente do processo e exercerem na prática suas funções de comandantes, para as quais foram preparados.

Com a adoção do módulo como elemento básico de operações de policiamento urbano, a Polícia Militar exerce claramente a sua competência exclusiva na execução do policiamento ostensivo preventivo e repressivo -cumprindo a sua missão sem conflitos de jurisdição e ainda propiciando integração com outros órgãos, conjugando esforços em benefício da comunidade, que em última análise é a razão de ser da Corporação.

A padronização dos postos, a homogeneidade dos grupos operacionais, a presença dos comandantes hierárquicos nos turnos de serviço, assumindo suas lideranças, distribuindo serviços e impedindo desvios de conduta, transmitem para a população atendida a determinação do Governo em dar cumprimento ao seu dever constitucional de propiciar efetiva segurança pública à população, que assim obtém retribuição na sua parte de colaboração que realiza através do pagamento de impostos.

Durante o pouco tempo em que funcionaram alguns postos modulares em 1980, embora de forma experimental, os resultados: apresentados foram muito além das expectativas, de tal forma que até o momento (16 anos depois) ainda permanece na recordação da população como uma fórmula que realmente veio de encontro às necessidades da comunidade. Nenhum tipo de policiamento repercutiu tão intensamente no seio da população, embora tenha sido instalado sem as condições e os cuidados preconizados. Na concepção inicial, Mereceria portanto, o SMPU uma atenção maior, e face os resultados, ser adotado como forma oficial de atividade. Para execução do policiamento urbano pela Polícia Militar do Paraná.

Quanto as perguntas 5 a 8 não tem como falar nada, até me convidaram para ir na inauguração do módulo móvel, *uma besteira*, o módulo não é o posto, é o conjunto posto - homem - viatura - comunicações. Uma semana depois ninguém viu mais a kombi.

O módulo é sensacional, se tiver recursos então. [SOUZA, 1996, p.]

Além da entrevista para a monografia também foi gravada uma conversa inicial, que não fez parte do TTC em razão de não estar de acordo com o roteiro.

Inicialmente o Cel Bonilauri se recusava a participar da entrevista afirmando:

- O módulo funciona, puseram a funcionar os módulos de acordo com as situações fizeram algumas alterações de escala e tal, diminuíu o efetivo por falta de pessoal porque não tinha, estruturas que deveriam ser montadas de recompletamento para poder para não deixar nunca diminuir e tal, mas foi assim.

Mas no interior da para ter uma melhora.

- Então ele tá funcionando até agora inclusive em Ponta Grossa já funciona.

- Então mas aqui é a uma barbaridade toda então não se poderia dizer que o que tá acontecendo aqui [Curitiba] os interesses ou mesmo aquele que o, depois daquelas implantações e tal, quando começaram a funcionar precariamente antes de, acabarem demolindo por que foram demolir módulos. Então acho que aquilo não podia se chamar sistema modular numa situação daquelas não era o que justificava um soldado no módulo atendendo o telefone depois tiraram o telefone do módulo também tá, ó então acho que não poderia ter a Academia (APMG) não deveria colocar a situação em estudos agora como se existisse realmente em funcionamento do sistema modular e um projeto povo e fazendo a comparação.

Argumentamos que o sistema funcionou em outra época:

Não chegou a existir um sistema modular ouve alguns módulos isolados alguns módulos em conjunto mas o sistema não chegou a funcionar por inteiro.

Mas nunca então só que eu digo talvez precisasse de um curso inteiro para dar conta de estudar o sistema modular, porque eu acho que o fato da academia fica transtornando o assunto agora como fora da realidade não leva a nada.

Eu acho que o apelo posto com a idéia de fazer uma avaliação dessa experiência inovadora por que o governo esta cobrando hoje uma reativação do sistema modular você viu propaganda viu alguma coisa então eu acho que a idéia é pesquisar como foi feito, quais os acertos, e como é possível reativar o sistema ou implantar o sistema agora.

Mas o governo esta pedindo uma reativação por pressão do eleitor da população que não queria a extinção, desde aquela época e já se passarão 16 anos, quem não viu daquela época para cá uma evolução um melhoramento uma estratificação uma servidão do trabalho como deveria ser cultivado.

Foi feito o contrário, se viu a policia militar demolindo os módulos, prometer coisa melhor. Uma coisa é prometer, outra é fazer. Mas o povo não quer saber disso o que o povo está sentido naquele momento inicial naquelas implantações iniciais deveriam ser quatro módulos só. Funcionando bem direitinho, tal, dai sendo

aprovado então a corporação assumiria esse sistema como a doutrina básica do policiamento ostensivo urbano.

O pessoal já fazia tanta coisa, mas aí economiza o pessoal interno, pois o maior problema, e seria agora também, por que teria de receber a portaria do comandante geral que teria de ser recebida como um regulamento, como uma bíblia, como uma profissão de fé. - Não tem mais nada de agora em diante acabou! Não tem mais radiopatrulha, não tem mais ronda, não tem mais ROTA não tem mais coisa nenhuma. Nada! Nada! Lógico permanece aquele que tem viatura de ação de choque, coisas que são de outra área, uma outra coisa que não é o policiamento urbano, preventivo e efetivo, voltado para a segurança do cidadão. É para outras áreas da situação da polícia militar na manutenção da ordem. Eu enfatizo ali aquela coisa para ficar bem claro isso, misturam tudo. Essa coisa aí né. Então lógico, só o módulo, um só no mesmo sistema numa cidade inteira não poderia ficar encarregado das ações de choque de outros tipos de policiamento de assumir como muitos queriam, não sei a gente já faz trânsito e não sei o que, não pode ou se faz uma coisa bem ou não se faz e o que tá acontecendo na polícia é isso tão fazendo tudo, mal acabando, não fazendo nada certo né, então acho que o caminho de volta módulos. Polícia militar é isso, é tão simples. Basta simplesmente assumir então que quer.

Assim a gente vai trabalhar como se fosse seguir um novo regulamento se fosse assim agora veja então falta isso na competência do trabalho faltou ter ocorrido esta proposta para governo do estado, o secretário de segurança deveria mandar, daí a partir do governo então inicia novamente o aprimoramento pelo governo. Inicia como um plano básico para polícia militar uma diretriz básica do policiamento urbano o governo que ia ditar através de um decreto a forma de atividade na polícia militar do estado.

- artigo primeiro constituir organização -a unidade de policiamento ostensivo urbano será organizada da seguinte forma assim posta no arquivo né aí ali na cartilha que tinha que ser aprendida [estudada] por todos e o comandante tinha que seguir aquilo o CPC para onde tivesse de por os módulos decidir aonde tivesse e pronto deveria ser assim mas as coisas que não se produzem assim, começam a ser debatidas, eu ainda lembro no CAO de 1980 como foi difícil. O pessoal não aceitava então ficavam questionando a mim sabe com é que é mais senhor o senhor já teve muita experiência como é que é como se a gente né o senhor já comandou uma unidade operacional e não sei o que não porque achavam que eu era administrativo porque eu fiquei muito tempo no QG no arquivo geral. Tem mais, o que eu fiz lá ninguém teve coragem de fazer.

Extrato das demais entrevistas:

Cel. QOPM Valdemar Krestschmer, Cmt. do CPI (RR)

Pesquisa realizada em 11 de outubro de 1996 no Comando do Policiamento do interior.

Cel. Krestschmer com sua experiência, que em 1993 era chefe da PM/3 e já foi Cmt. do 12.º BPM, pode fazer uma avaliação do Sistema Modular de Policiamento Urbano?

O Sistema Modular de Policiamento Urbano, SMPU, foi um dos tipos de policiamento ostensivo que mais foi de encontro as aspirações da população. Uma concepção de alguns anos do Cel. Bonilauri e que com a sua implantação houve de tal forma aumento nos níveis de satisfação da população, que esse tipo de policiamento teve que se ampliar de uma forma muito grande. Em princípio nós temos que considerar que o policiamento modular constitui uma base fixa, a esta base fixa deveria ser apoiado com uma viatura e dimensionada uma guarnição, para esse módulo corresponderia a um pelotão a comando de um tenente, que teria a responsabilidade do policiamento ostensivo preventivo/repressivo na área de abrangência desse módulo. Esse Pelotão seria dimensionado em equipes e tendo o apoio de uma viatura ele propiciaria uma guarnição de aproximadamente 8 homens por turno o que possibilitaria um plantão permanente no módulo.

E o que é mais importante o sistema de policiamento nas imediações do módulo de sorte a atender a população e evidentemente evitar a prática do ilícito e também propiciar uma coisa muito importante que é a integração comunitária.

É propiciar um nível de integração da Polícia Militar com a comunidade, estar mais próxima da população, e na época até se usa essa idéia força, com a expressão que o policial poderia até auxiliar a uma senhora gestante na troca de um botijão de gás. .

Era importante que esse policial conhecesse a rotina de sua área a ponto de saber quais as moças e rapazes que chegavam da faculdade, do colégio, as 11h 30 min., porque conhecia a rotina daquela família.

Então os princípios de aplicação do policiamento modular, sob o ponto de vista da população eram excelentes, desde que fossem os efetivos dimensionados e os recursos materiais necessários, de forma adequada para aquela região.

Nós estamos considerando neste primeiro enfoque a colocação do módulo em pontos estratégicos para atender a uma determinada faixa de comunidade.

Agora nós não podemos desprezar uma outra parte que eu acho de vital importância. Eu quando comandante do 12.º BPM vivi essa experiência, a alocação dos módulos nos terminais de

transporte coletivo urbano e principais praças de Curitiba, Osório, Rui Barbosa, Tiradentes e Carlos Gomes, só faltou na Santos Andrade, enfim naqueles locais de grande circulação de pessoas, apesar de serem locais de atividades comerciais, há pessoas que estão em trânsito, há um grande adensamento populacional, e é muito grande o número de ilícitos, principalmente contra o patrimônio, furto, roubo.

Esses módulos além da presença ostensiva da polícia eles tinham uma outra grande virtude, outra propriedade, que é eles servirem de base de apoio para fazer o isolamento de um detido, quando preso, enquanto aguardavam a chegada de uma viatura.

Nós temos vários casos de policiais que usaram o módulo como local para fazer esse isolamento. Tanto nos módulos da Rui Barbosa, quanto da Tiradentes se prestaram muito para isso.

E inclusive em operações especiais como uma situação de comício ou greve ou coisa assim.

Os módulos foram pontos de referência e continuam sendo.

Por exemplo, hoje, eu que fui comandante do 12.º BPM não entendo porque não existe mais o módulo da Tiradentes? Foi um módulo atuante, ponto de apoio importante num terminal de transporte coletivo, numa área problemática, com bares que ficam a noite inteira aberta. Aquele módulo tem histórias, até tristes, onde policiais foram assassinados.

A atividade era muito intensa. Nós tínhamos dois tipos de módulos - Os módulos nas áreas comerciais e nas áreas residenciais/comerciais.

Eu acompanhei bem essa coisa de implantação dos módulos, a partir de 1982, 1983, já no governo Richa, com o secretário Haj Mussi, criou-se na SESP uma assessoria de relações públicas com a comunidade, e o que a comunidade queria era módulo.

Num primeiro momento os módulos foram projetados tecnicamente, a partir de um segundo momento a PMPR não teve força para impor as condições técnicas e foram redimensionados os objetivos iniciais, de 16 já se passou para 67 módulos, aí já sem o efetivo necessário, não digo nem o ideal.

Com o passar do tempo passou-se a ter um policial cuidando das instalações físicas do módulo, e a comunidade construindo mais módulos, e a PM ocupando.

Essa situação de ter apenas um policial no módulo é muito desgastante para a PMPR, ele já não pode atender ocorrências, ao chamar uma viatura essa demora a chegar, tem até um exemplo interessante que aconteceu naquele módulo da Carlos Gomes: - o policial saiu para atender uma ocorrência, e chegou outro cidadão no módulo, esse segundo cidadão ficou em tal estado de revolta, por não encontrar o policial, que estava atendendo outra ocorrência, que começou a chutar o módulo a quebrar o que conseguisse.

O módulo foi uma experiência que deu certo e que dá certo, desde que: Esteja em local onde possa exercer uma ação preventiva; possa ser operacionalizado com recursos humanos e materiais a guarnição, a viatura, equipamentos e assim por diante.

Se a Polícia Militar não permitir a proliferação indiscriminada - Vale a pena.

Alguns são fundamentais, o da Tiradentes, que eu já disse, o do Guabirota, estava numa posição estratégica, tanto que foi o primeiro a ser construído em Curitiba, tinha critérios técnicos.

Causas da desativação do SMPU

O sistema inchou, não cresceu, ou evoluiu.

Alguns módulos foram construídos pela comunidade sem contatar a PM. Os efetivos foram insuficientes.

Outras modalidades de policiamento foram surgindo - policiamento ostensivo com motos etc.

A repressão imediata através do 190 não pode ser desprezada.

O policiamento a pé no Centro da cidade, é um mínimo, hoje exige-se o crescimento do policiamento radiomotorizado, as ocorrências 400/dia em Curitiba, quase 2 000 no Estado não podem ser esquecidas.

Os módulos foram ficando em segundo plano, foram sendo esquecidos devidos as outras prioridades, não se fez esforço para manutenção, e logo os módulos viraram "quitandas", "banca de revistas", "plantão de vendas".

QOPM Oswaldo Hey Andrzejewski - Cmt 12.º BPM

O Sistema modular demanda efetivos pré-dimensionados, esses efetivos a partir da implantação dos módulos os efetivos não seriam mais mexidos, tornando-se referência para a população.

Era um patrulhamento dirigido. Os módulos, PPO, são uma referência, a população sabe onde encontra um policial-militar.

Em experiência pessoal lembra-se que era previstos poucos módulos. As associações, empresários e comunidade em geral iam solicitando e até construindo mais módulos, e a PM foi mobiliando e guarnecendo esses módulos, levando a um dimensionamento de até 72 módulos construídos.

A estrutura física frágil, a falta de recursos financeiros para a manutenção dos módulos, e a falta de efetivo, levaram a desativação paulatina dos módulos, pelo viés do desgaste.

Sobre a reativação.

Houve determinação para o 12.º BPM reativar alguns módulos, como o do Pilarzinho, que funciona apenas 12 horas por dia e no Alto da Glória que em função da igreja do Perpétuo Socorro não pode ser desativado, haja vista o turismo e fluxo de pessoas naquele local.

Cap. QOPM João José Ramirez Júnior - ex assessor do CPC e CG (Cel QOPM)

A meu ver o Sistema Modular de Policiamento Urbano foi um sistema desenvolvido por Oficiais interessados em, de alguma forma, já naqueles idos, aproximar a população da Polícia Militar, oferecendo maior sensação de segurança à comunidade. (hoje denominado policiamento comunitário). Foi uma visão avançadíssima para a época e que proporcionava ao POVO, contato imediato com o policial-militar em caso de necessidade. A filosofia de funcionamento, todavia, fora imediatamente deturpada pelo poder político que viu no projeto um grande manancial de votos, para tanto, a vertente de pedidos de novos postos tinha como desaguadouro natural o Comando Geral da Polícia Militar do Paraná, quando não, a própria população ávida de segurança, construía com seus próprios meios um posto qualquer e clamava por efetivo, de formas a, sem querer e nem conhecer tecnicamente, desestabilizar totalmente um projeto que poderia ter-se tornado um modelo mundial de segurança pública.

No Sistema Modular original, foi desenvolvido tecnicamente, sobre o mapa de Curitiba, uma rede modular de policiamento, onde cada módulo policial era constituído de quatro postos de policiamento. O posto, com valor efetivo pelotão, seria apoiado logisticamente por uma viatura, sistema de comunicação transceptiva e telefônica, duas motocicletas, armamentos, equipamentos, etc.[sic] O módulo, com valor efetivo Companhia mais, seria a somatória dos quatro postos e seria uma célula do sistema Batalhão, o qual teria, também, quatro módulos. Três Batalhões somariam um efetivo de 1480 Policiais Militares, 48 viaturas e 96 motocicletas, tudo numa primeira fase. A segunda fase previa (futuramente) a implantação de mais vinte e quatro postos (seis módulos), totalizando o número de bairros à época existentes na Capital. Seria, indubitavelmente, um projeto de sucesso se governos posteriores tivessem apenas implementado tal sistema, porém, a necessidade de se "descobrir" a forma "ideal" de policiamento fez com que, anos mais tarde, o Governo do Paraná iniciasse a substituição do SMPU pelo sistema de Policiamento Modular móvel (troca de postos por Kombis). Com o desgaste natural da frota, voltamos ao antigo sistema de radiopatrulhamento.

Cel. PM RR Wilson Odirley Valla - Ch. do Departamento de TPM da APMG

O SMPU, efetivamente, como filosofia, sistema, atende a todas as características do policiamento ostensivo.

Como prática nas organizações, foi, e é inviável.

Cada posto, com área física, território e guarnição era alocado numa base quaternária, enquanto a época o CPC era ternário e binário. Após nossa passagem no Comando do CPC, deixamos todas as OPM a quatro Cia. de quatro pelotões.

A própria organização da PMPR não é adequada ao Sistema, por isso não deu certo, faltou controle.

Na época vivíamos o início da crise da segurança pública e o sistema modular passou a ser bandeira política -ao concluir-se um conjunto residencial o que se pedia e se construía era um módulo, a própria comunidade construía o módulo, e criava uma situação difícil para a PMPR.

Há um equívoco, quem deve ser imobilizado pelo desdobramento de estruturas físicas, é quem faz atividades cartorárias, é a polícia civil.

A polícia ostensiva, preventiva, administrativa, essa deve ser dinâmica, tem que se caracterizar pelo patrulhamento o que vai acontecer é que vão de novo se multiplicar os postos imobilizando os efetivos, e o sistema que atua o patrulhamento, efetivamente vai ficar desguarnecido. Pode ser que

no Japão funcione, em razão da cultura do povo e das condições geográficas de grandes aglomerados urbanos funciona.

No Brasil, quem defende o sistema modular é quem mora próxima a um, quem mora a 200 ou 300 metros já não é tão entusiasta.

No Rio de Janeiro aquelas cabines estão servindo de alvo para os marginais.

Como imagem é ótimo.

Se os recursos fossem dimensionados, fosse o módulo um irradiador de diversas formas de policiamento, e um receptor dos anseios da comunidade.

A descentralização tem que ser das companhias, e depois dos pelotões.

Chega de modismo, as coisas simples é que são eficientes. A PM tem é que patrulhar.

Vice-prefeito de Curitiba Algaci Túlio

Vice-prefeito eleito de Curitiba, deputado estadual radialista e apresentador de televisão em Curitiba.

Sempre que precisou da PMPR foi bem atendido, sendo que apenas utilizou o 190.

Que os módulos, com os policiais militares residentes no bairro, ou trabalhando a maioria das vezes no mesmo, bairro, conhecendo os que ali vivem e produzem é a melhor maneira de se ter uma polícia verdadeiramente comunitária, conter a violência tanto da comunidade como da própria PM.

Defende uma atuação integrada dos programas de policiamento, não apenas uma forma de atuação.

Considera positivo a utilização de motos como complemento do policiamento motorizado e a pé.

É obrigado a reconhecer que o módulo policial-militar é a melhor forma da Polícia Militar atender as ocorrências policiais.

Vereador em Curitiba Jorge Bernardi

Entrevista com o vereador mais atuante em Curitiba no ano de 1996.

Na nossa opinião a melhor maneira da Polícia Militar atender as ocorrências policiais é através dos módulos policiais.

A presença do módulo policial equipado, com viatura é sem dúvida a forma mais eficiente de garantir segurança em todos os sentidos à população.

O módulo policial funciona como um ponto de referência. O cidadão sabe onde se dirigir, para onde pedir ajuda.

Durante os anos que funcionaram na cidade a população sentia-se mais protegida.

A maior quantidade de reivindicações que chegam ao nosso gabinete em relação a segurança pede sempre o módulo. Como sei que é impossível atender todas as solicitações acabo transformando em requerimentos de policiamento ostensivo.

Adalberto Grein - líder estudantil

Entrevista com o Sr, Adalberto Grein líder estudantil e acadêmico de direito.

O projeto POVO sem dúvida alguma deixou a existência do módulo policial obsoleto, porque ter uma unidade fixa, sendo que se pode ter uma unidade móvel, de forma a chegar mais rápido ao local da ocorrência? A pouca função do módulo policial e marcar a presença do policiamento de forma a inibir a ação delituosa. Mas esta presença é apenas na localidade onde se encontra o módulo. Em questão de operacionalidade, o Projeto POVO se destaca pela agilidade em cobrir, supostamente uma região abrangente

Teoricamente, o relato acima funciona, sendo que na prática se dará com eficácia no caso das unidades serem bem aparelhadas, os policiais com boa instrução (o que no Paraná é exemplo para o País) e grande motivação do efetivo, o que se dá com bons salários.

ANEXO II

PROJETO POVO ORIGINAL

PROJETO PARA IMPLANTAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE POLÍCIA-MENTO MÓVEL – POVO
(Policimento Ostensivo Volante) 1993
JUSTIFICATIVA

Alguns fatores essenciais devem existir para que a atividade policial preventiva obtenha sucesso e principalmente justifiquem novos projetos no campo da segurança pública. Esses fatores são, obrigatoriamente:

a) O que a população do Paraná e, no caso de sua Capital, Curitiba, alvo inicial deste projeto, deseja em termos de policiamento?

Ora, diversas pesquisas nos confirmam e os pedidos de reativação dos popularmente chamados “módulos”, que vem se multiplicando dia-a-dia nos levam a pensar que nosso povo deseja, ardentemente, a proximidade policial contínua para prevenção dos delitos.

b) O que o Governo do Estado, através da Polícia Militar, está oferecendo para esse povo?

Diversas formas de policiamento, dentro dos recursos existentes, estão sendo encetadas com o firme propósito de atender os anseios da comunidade e, assim, por determinação expressa do Governo, surgiram no biênio 91/92, diversas modalidades dinâmicas de policiamento equalizadas à realidade fática de nossa sociedade.

Desse modo, após exaustivas pesquisas, planejamento e experimentação, surgiram, foram aprovados e estão em funcionamento, os dispositivos intermediários de policiamento como a RONE, (Rondas Ostensivas de Natureza Especial) encarregada de operações especiais preventivas e de apoio ao policiamento básico, o GIP, (Grupo de Investigação Preventiva) encarregado do serviço de inteligência destinado a subsidiar com informações todos tipos de policiamento preventivo, as FOCO, (Forças de Contenção) encarregadas de bloqueios, barreiras e campanhas educativas com vistas à contenção permanente da criminalidade, etc. ainda nesse escopo, estão sendo ainda propostas outras formas como a criação de uma Força de Patrulhamento Escolar Feminina – RPFem, para atuar como fator inibidor da delinquência das crianças e dos adolescentes nas escolas das Redes Pública e Privada.

O que mais se pode fazer?

O Comando do Policiamento da Capital e Região Metropolitana vem, ao longo dos tempos, sempre seguindo normativas e determinações técnico-políticas, procurando difundir táticas e procedimentos operacionais que se co-adunem à realidade que, em constante mutação, não atinge apenas Curitiba, mas, todo o Estado e, também, o Brasil.

A diversidade de modelos e padrões de policiamento adotada até hoje pela Polícia Militar, é óbvio, apresentou e apresenta mérito indiscutível, pois, nossa cidade, possui, entre as de porte semelhante, os menores índices de violência do país. Porém, alguns dos métodos utilizados para operacionalizar o sistema, foram adequados a uma época e aos padrões vigentes para a mesma.

Claro, os valores e padrões evoluem e, dessa forma, a Polícia Militar tem que, igualmente evoluir, pois, sua missão precípua constitucional é a preservação da ordem pública. A ela como organização permanente compete estudar, analisar, planejar e executar ações e operações que, integradas à realidade atual, dentro dos ditames legais e padrões éticos, produzam resultados eficientes no socorro, assistência e proteção ao povo.

O Sistema Modular de Policiamento Urbano, necessita ser, urgentemente reativado, mas, reativado dentro de uma nova dinâmica adequada aos tempos, à vontade do povo, aos novos índices de criminalidade e violência e, sobretudo, à vontade política firme do Governo que, neste campo está se mostrando bastante sensível.

É necessário aumentar a eficácia e a mobilidade do Sistema Modular e, em alguns casos, substituir completamente a sistemática como forma de oferecer respostas aos anseios da comunidade o que enseja, sobremaneira, não só novas formas de policiamento, como reavaliação e dinamização das anteriores como os módulos que possuíam e possuem, grande confiabilidade popular.

O PROBLEMA

A cidade de Curitiba vem sendo apontada como uma das metrópoles viáveis do futuro. É, inquestionavelmente, uma cidade que deu certo, pois, possui, invejável sistema de saneamento, transportes, habitação, telefonia, educação, saúde etc. Curitiba, graças a constantes boas administrações, não se cansa de ir em frente buscando soluções adequadas ao futuro que se aproxima.

Porém, na cidade, no campo da segurança, apesar da manutenção dos índices em um patamar aceitável, verifica-se um paulatino sucateamento, apenas minimizado por injeções esporádicas de recursos do Governo do Estado.

Os chamados módulos policiais militares, anseio maior das comunidades de bairro, por carência de recursos humanos, materiais e financeiros, todos decorrentes da crise que atravessamos, vem sendo quase que abandonados, deixando à mercê as populações por eles atendidas.

A realidade econômica se impõe e, verificamos, uma completa reestruturação do sistema é inviável se não impossível. Uma simples análise da arrecadação do Estado e dos Municípios que compõe a Região Metropolitana, nos comprova da inexecutabilidade de propostas "faraônicas".

Claro, a estrutura modular antiga, com todos os postos situados em pontos estratégicos, pode ser mantida ou, conforme novos estudos, alterada de sua configuração fixa para uma estrutura com maior dinâmica.

Assim e, propósito do Comando do Policiamento da Capital e Região Metropolitana, aproveitar parte da estrutura modular existente e sobrepor à mesma um novo conceito de policiamento operacional, qual seja, a ESTAÇÃO DE POLICIAMENTO MÓVEL – POVO – (Policiamento Ostensivo Volante).

A estratégia, desencadeamento, detalhamento, custos, composição do novo sistema, etc. são descritas a seguir:

DESCRIÇÃO DO SISTEMA

O sistema é basicamente composto do trinômio: Policial treinado – Comunicação – Viatura especial. É dotado de mobilidade relativa dentro de áreas especificadas pelo pré-planejamento. Obriga, graças a essa relativa mobilidade, a alocação de policiais militares que residam próximos e sejam conhecidos na área onde irão atuar. Este fator reduz, ao máximo, dispêndios com uma excessiva fiscalização de parte da PMPR, que passa, por isso mesmo, a ser, em muito, auxiliada pela população dos bairros onde o policiamento está atuando.

A Estação de Policiamento Móvel – POVO – é composto de uma viatura tipo furgão, (Kombi, Besta, Furglaine, etc.) duas motocicletas, uma Guarnição de quatro Policiais Militares, telefone celular e rádio. Tal Estação é designada para atendimento a um bairro onde, não necessariamente exista um Módulo.

O nome do Bairro é afixado na Viatura que nele atua, bem como, seu número telefônico e outras informações destinadas ao usuário. As Estações – POVO, alocadas na área central deverão ter sua designação escrita em diversos idiomas para identificação visual rápida, pelos estrangeiros que visitem nossa Capital, Essas Estações Centrais, devem atuar sempre em conjunto com os Módulos.

ESTRATÉGIAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

O programa, basicamente, é composto de fases interligadas que pressupõe a redenção da problemática da insegurança do povo. Neste escopo é propósito deste projeto:

1. Ampliar o novo modelo, através do "feedback" apurado após sua instalação.
2. Captar e treinar, inicialmente, um efetivo adequado, dentro de seus recursos humanos atuais, para funcionamento do novo modelo de policiamento.
3. Destinar, inicialmente, 100 (cem) viaturas para as ESTAÇÕES, uma para cada bairro de Curitiba, com respectiva reserva, através de uma aquisição de recursos adequada.
4. Destinar 150 (cento e cinquenta) motocicletas equipadas para a composição do sistema.
5. Designar para o Comando deste segmento especial de policiamento, policiais que reúnam requisitos necessários para que não haja percalços no desencadeamento do programa.
6. Dotar as ESTAÇÕES de comunicação telefônica celular e rádio.

FASES PARA DESENCADEAMENTO DO PROJETO

1ª FASE

Treinamento dos recursos humanos designados para o novo sistema.

DETALHAMENTO

Nesta fase, os treinandos, em todos os níveis hierárquicos, divididos em turmas estipuladas pelos encarregados do desenvolvimento de recursos humanos, adequarão suas mentes para uma nova filosofia de policiamento preventivo que tenha como premissa básica um sistema que possua, antes de tudo, QUALIDADE TOTAL.

2ª FASE

Aquisição da infra-estrutura material

DETALHAMENTO

Adequação das viaturas dentro do "lay-out" escolhido como o melhor para localização visual dos veículos pela população e alocação do armamento, equipamento e apresto necessários aos policiais que atuarão.

APROXIMAÇÕES INOVADORAS PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

As restrições econômicas e sociais da atualidade devem ser consideradas para o encetamento do projeto. Há que se ponderar que o projeto contém uma mudança radical a partir dos procedimentos tradicionais de policiamento preventivo.

Assim, a dedicação dos segmentos envolvidos deverá ser incrementada ao máximo tendo-se por escopo obrigatório a bandeira INOVAR.

Ter-se-á que, forçosamente, levar em conta as limitações de recursos e a realidade social da cidade de Curitiba.

Outro requisito básico embutido na nova filosofia é a utilização compulsória pela gerência do projeto, de organismos externos à corporação que, através de talentos, desenvolvam novas idéias que sejam testadas pelo gerente deste protótipo de polícia especial.

OBJETIVOS

1. Específicos

Criar um serviço de Polícia Preventiva Especial que possibilite:

a. Aproximação povo X polícia;

b. Aumentar a proporção de policiais militares disponíveis para serviço nas ruas em patrulhamento ativo;

c. Aumentar o tempo real de patrulha dos que são designados para a atividade, através de princípios de racionalização dos recursos humanos empregados e maximização do homem policial como agente de impedimento dos delitos;

d. Utilizar o tempo de patrulha para obtenção das seguintes vantagens:

1) impedimento do crime

2) serviços supletivos não criminais.

2. Gerais

A Polícia Militar do Paraná, através do Comando do Policiamento da Capital, com este projeto, está objetivando abraçar o conceito da produtividade como uma filosofia, e, para tanto, visará de modo geral:

a. Desenvolver um processo de implementação que esteja enquadrado dentro das mais modernas técnicas de administração e gerência policiais;

b. Identificar as metas de oportunidades;

c. Desenvolver medidas para avaliação dos progressos do novo sistema.

METODOLOGIA

O fator básico que diferencia este tipo de policiamento daquele tradicional, consiste na atuação contra o crime e contra as manifestações inerentes a ordem, sempre de acordo com as condições específicas existentes na área em crise.

Uma vez completamente identificado com a comunidade, o novo sistema pretende atingir o principal objetivo de integração, ou seja, uma constante permuta de atitudes visando a redução da criminalidade e da sensação de insegurança, promovendo ainda, um aumento da resistência ao crime na implementação de técnicas preventivas e, finalmente, eliminando as condições que afetam a manutenção da ordem pública. Desta forma serão atribuições rotineiras das ESTAÇÕES DE POLICIAMENTO MÓVEL – POVO – (Policiamento Ostensivo Volante).

Desempenhar um patrulhamento motorizado ostensivamente visível;

Dialogar com comerciantes e residente sobre problemas nas áreas;

Participar dos fatos de polícia ocorridos juntamente com o policiamento normal (RPA, TMA, TMChq, RONE, HIPO e a PÉ);

Solicitar informações de atividades criminais existentes nas áreas;

Exercer, quando necessário, o poder de polícia nas violações da lei, sempre que a manutenção da ordem não puder ser obtida através de técnicas não coativas;

Visitar vítimas que residam ou trabalhem em sua área de atuação e se inteirasse dos procedimentos criminais adotados contra as mesmas;

Visitar escolas, associações de moradores, clubes de serviço ouvindo sempre seus responsáveis, para vivenciamento de toda a dinâmica comunitária em suas áreas de atuação;

EMPREGO DAS ESTAÇÕES – POVO – COMO POLICIA-MENTO

a. Regime de serviço

O regime de serviço deste novo modelo é totalmente adequado ao regime da criminalidade na cidade de Curitiba e sua Região Metropolitana. Onde estiver acontecendo o crime, o sistema estará atuando, é claro, dentro de inferências estatísticas precisas.

b. Objetivos em função de regime e horário de trabalho

Maior controle e acompanhamento das ações do policiamento pelo Comandante.

c. Objetivos permanentes das ESTAÇÕES POVO

1) Especialização – concentrar esforços no sentido de desempenho apenas da atividade fim, evitando sempre, a atribuição de tarefas que possam conflitar com as características do novo modelo;

2) Instrução – preparar intelectual, física e psicologicamente o policial militar para o exercício da atividade, bem como, promover o desenvolvimento do espírito de corpo, para que a tropa tenha condições de enfrentar as situações adversas com profissionalismo, consciência e moral elevados;

3) Policiamento Ostensivo – através da otimização e maximização da presença de homens e vtr ostensivamente, mantendo-se uma atividade relativamente móvel e perceptível pela população para evitar situações potenciais de crimes e influir sobre a redução dos fatores criminogênicos.

d. Características do policiamento das ESTAÇÕES – POVO

1) É uma modalidade versátil, relativamente dinâmica que objetiva combater e reduzir o índice de ilícitos penais, através de ações preventivas ou repressivas dentro da competência da PM;

2) Está dotada do trinômio homem-viatura-comunicação, com VTR e homens ajustados qualitativamente e quantitativamente, possibilitando agir com eficiência, eficácia e efetividade;

3) Através do patrulhamento constante está sempre pronta a inter-vir onde houver necessidade, o atendimento de ocorrência por vtr da estação ocorre, quando não houver outra guarnição em condições, por:

a) acionamento do COPOM;

b) solicitação direta da população;

c) iniciativa do comandante da Estação em situações potenciais de ocorrência de ilícito penal ou em decorrência dela.

e. Operacionalidade do policiamento da ESTAÇÃO POVO

1) A área de patrulhamento é previamente estabelecida por planejamento operacional do CPC; as viaturas deverão ser alocadas nos bairros e no centro e modo visível e por períodos que permitam uma integração total com a comunidade.

2) A disciplina operacional e de comunicações deverá ser rigidamente observada, sendo o atendimento de ocorrências em apoio ou auxílio a policiais ou civis fora das áreas pré-determinadas e sem prévia autorização do comandante da Estação;

3) O comandante da Estação deverá elaborar relatório de serviço desenvolvido pelas mesmas, utilizando-se de formulários próprios, remetendo-os ao escalão superior ao término do turno de serviço;

4) Os comandantes deverão elaborar o relatório de serviço, no formulário próprio, entregando-o ao Escalão Superior de sua respectiva Unidade ao final do turno de serviço.

COMUNICAÇÕES

A natureza relativamente dinâmica e o emprego das viaturas nas diversas situações de policiamento em ações da Estação POVO, determinam que as comunicações da mesma sejam feitas em canaletas própria de rádio comunicação e telefonia celular, obedecendo as normas estabelecidas pela corporação sobre o assunto.

a. Atendimento de ocorrência

1) mediante acionamento do COPOM. O despachante do COPOM notificará a ocorrência e o comandante de grupo determinará o deslocamento de viatura, obedecendo a área de atuação;

2) mediante iniciativa própria do comandante da Estação o mesmo informará ao COPOM e, em seguida ao seu respectivo comandante;

3) mediante solicitação da população o mesmo procedimento acima;

4) em qualquer destas situações, o COPOM fornecerá a FAOC dentro das normas em vigor.

b. Início e término de patrulhamento

1) No início, o comandante da Estação solicitará ao COPOM o talão de patrulhamento, fornecendo: nome do encarregado da mesma, KM inicial, prefixo e área, recebendo número e horário do talão;

2) Ao término, o comandante da mesma solicitará ao COPOM o encerramento do talão de patrulhamento, fornecendo o KM final da viatura.

ADMINISTRAÇÃO

1. Armamento, Equipamento e Aprestamento

O orgânico em uso na PMPR, adequado aos tipos das Guarnições Policiais Militares em serviço de Rádio Patrulha, a serem definidos por Ordem de Instrução específica, em consonância às prescrições do R 105 – Decreto Federal n.º 55.649, de 28 Jan. 65 e Manual Básico do Policiamento Ostensivo da IGPM.

2. Uniforme

2º RUPM para os cabos e Soldados e 4º RUPM para Oficiais e Sargentos.

3. Instrução

Será ministrada pelos comandantes de UopA respectivamente.

CRONOGRAMA PARA DESENCADEAMENTO DO PROJETO

JUNHO

Até o dia 30

Captação dos recursos humanos e materiais.

JULHO

Até o dia 15

Treinamento do pessoal destinado ao sistema.

Até o dia 30

Funcionamento do sistema.

COMANDO E ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA

a) Comando

Um Oficial a ser designado no âmbito CPC.

b) Administração

Unidades Operacionais de área

ANEXOS

- Custos em US\$

- Relação dos bairros a serem atendidos

- Escalas de serviço dos policiais com demonstração carga de trabalho diária, semana, mensal e anual;

- Relação visual de **módulos a serem desativados** mantidos.

- Número de colégios a serem atendidos pelo Programa.

SÉRGIO ITAMAR ALVES, Cel QOPM

Comandante do CPC

MAMS/CAP